

RELATÓRIO DE GESTÃO



XIX Plenário | Gestão 2022– 2025

DIRETORIA

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Presidente

Alessandra Santos de Almeida
Vice-Presidente

Célia Mazza de Souza
Tesoureira

Izabel Augusta Hazin Pires
Secretária

CONSELHEIRAS(OS) EFETIVAS(OS)

Carla Isadora Barbosa Canto
Secretária Região Norte

Juliana de Barros Guimarães
Secretária Região Nordeste

Carolina Saraiva
Secretária Região Centro Oeste

Roberto Chateaubriand Domingues
Secretário Região Sudeste

Neuza Maria de Fátima Guareschi
Secretária Região Sul

Ivani Francisco de Oliveira
(vice-presidente de 16/12/2022 a
19/04/2024)

CONSELHEIRAS(OS) SUPLENTES

Nita Tuxá
Suplente

Evandro Morais Peixoto
Suplente

Rodrigo Acioli Moura
Suplente

Fabiane Rodrigues Fonseca
Suplente Região Norte

Clarissa Paranhos Guedes
Suplente Região Nordeste

Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo
Suplente Região Centro Oeste

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
Suplente Região Sudeste

Marina de Pol Poniwas
Suplente Região Sul

CONVIDADOS

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Jefferson de Souza Bernardes
Raquel Souza Lobo Guzzo
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

Emanuelle Santos Silva
Coordenação Geral Estratégica

Rafael Menegassi Taniguchi
Coordenação Geral Executiva

Fernanda Araújo Mendes
Secretaria Executiva

Fabíola Borges Corrêa
Secretaria de Orientação e Ética

Ana Clara de Medeiros Araújo
Ouvidoria

Antônio José Rodrigues Neto
Gerência Administrativa

José Eli de Vasconcelos Filho
Gerência Financeira

Marília Mundim da Costa
Gerência de Comunicação

João Diego Rocha Firmiano
Gerência Jurídica

Daniel Arruda Martins
Gerência de Relações Institucionais

Camila Dias de Lima Alves
Gerência Técnica

Leomar Santana
Gerência de Tecnologia da Informação

Lisly Telles de Barros
Gerência de Gestão de Pessoas

Rosângela Duarte de Almeida
Setor de Planejamento e Execução Orçamentária

Jucyara Moura dos Santos
Setor de Pagamentos

Mônica Neves da Silva
Setor de Compras

Verônica Pierre Costa
Setor Logística

Diego Ramos Castro
Setor de Folha de Pagamento

Antonio Carlos Everton Muniz
Setor de Suporte Físico

José Arnaldo de Góis Júnior
Setor Contábil

Elton Ramos da Silva
Setor de Infraestrutura e Suporte de Tecnologia da Informação

Mateus de Castro Castelluccio
Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

Erick Vieira / Fernanda Gusmão
Assessoria Parlamentar

Wladimir Rogério dos Reis
Auditoria

Diego Soares da Silva
Projeto gráfico

Tatiany dos Santos Fonseca
Diagramação

SUMÁRIO

Mensagem do presidente..... 4

1. VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO..... 6

Introdução sobre o Conselho 7

Organograma de estrutura organizacional 8

Atribuições das áreas 9

2. GESTÃO ESTRATÉGICA 11

Governança e gestão..... 12

Planejamento estratégico..... 13

Cadeia de Valor: Macroprocessos e Valor Público 16

Modelo de Negócio 17

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 18

Principais riscos 19

Gestão de riscos e controles internos..... 19

Compreensão do papel institucional 21

Setores de auxíliam no controle interno 23

Oportunidades e perspectivas 25

4. AÇÕES DESENVOLVIDAS 22

Exercício da profissão..... 30

Incidência política 44

Articulação em rede 53

Aprendizagem e desenvolvimento institucional..... 58

Recursos aplicados nas atividades finalísticas 69

Comunicação..... 72

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS..... 75

Gestão Orçamentária 76

Gestão de Custos 79

Gestão Patrimonial e Infraestrutura..... 85

Demonstrações Contábeis 86



MENSAGEM DO PRESIDENTE

“
***Uma categoria em
franca expansão,
bem como a atuação
e o reconhecimento
social do exercício
da Psicologia no
Brasil.***”

Pedro Paulo Bicalho
Presidente do CFP

Finalizamos o ano de 2024 com 551.885 psicólogas e psicólogos em atividade regular no Brasil, inscritas e inscritos nos atuais 24 Conselhos Regionais de Psicologia. Uma categoria em franca expansão, bem como a atuação e o reconhecimento social do exercício da profissão no Brasil, com destaque para a consolidação da possibilidade de intervenção psicológica mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação – fato que demandou, em 2024, a construção de nova resolução sobre a temática. Esse cenário tem permanentemente levado o Conselho Federal de Psicologia a buscar caminhos e soluções para melhor conduzir a categoria profissional ao trabalho contínuo ao conjunto da sociedade, cumprindo seu ofício de promover contínua regulamentação da profissão no Brasil.

Muitos desafios têm se desdobrado sobre a gestão do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia e, nesse sentido, é importante enfatizar conjunturas específicas sobre os conselhos profissionais que têm impacto direto no atendimento autárquico a essa categoria profissional sempre crescente de Psicologia e na sua própria capacidade de funcionamento.

O primeiro desses desafios diz respeito ao entendimento inequívoco por parte do Tribunal de Contas da União sobre a função reguladora do Conselho Federal sobre os Conselhos Regionais, com especial atenção às funções finalísticas da autarquia como regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício profissional. Pode parecer simples,

mas, no caso do Sistema Conselhos de Psicologia, é algo que traz uma alteração profunda na relação histórica estabelecida entre o Conselho Federal e os respectivos Conselhos Regionais de Psicologia.

Se a atual apreensão é de que os Conselhos Federais possuem responsabilidade sobre as funções precípuas desempenhadas no âmbito dos Conselhos Regionais, necessitou-se traçar estratégias a fim de qualificar, em nível nacional, as diversas áreas que compõem a autarquia, desde a parte operacional e tática, o dito “chão de fábrica”, composto por trabalhadoras e trabalhadores, até a parte político estratégica formada por conselheiras e conselheiros eleitos.

Outra questão que se apresenta como desafio concreto é o fato de a capacidade operacional da autarquia não ter crescido proporcionalmente à quantidade de profissionais de Psicologia no mercado de trabalho. No marco dos 50 anos de regulamentação da profissão, somávamos 216 mil profissionais de Psicologia no país. Doze anos se passaram e atualmente somos mais que o dobro. Também dobramos a quantidade de fiscalizações e o julgamento de processos éticos. Mas o número de trabalhadores e de conselheiros, na totalidade dos casos, permaneceu quase que inalterado. No Conselho Federal de Psicologia, avançamos em 2024 na concretização de um concurso público. Mas a lei que estabelecia duas dezenas de conselheiras e conselheiros no início dos anos 70 permanece a mesma.

Nesse sentido, foi preciso inovar. E, no ano de 2024, a real perspectiva de funcionamento sistêmico da autarquia ganhou proporções inauditas. O Conselho Federal de Psicologia propôs às instâncias políticas e deliberativas do Sistema Conselhos uma série de novas políticas visando o aperfeiçoamento da autarquia como um todo: um investimento massivo para corrigir problemas estruturais históricos, disparidades regionais e, inclusive, distorções nas atividades finalísticas.

Lançaram-se, assim, em 2024, projetos basilares capazes de responder efetivamente a esses desafios. Na questão infraestrutural foi proposta a Política Nacional de Tecnologia da Informação – não apenas para digitalizar integralmente a carta de serviços do Sistema Conselhos de Psicologia, mas para fornecer condições estruturais mínimas e padronizadas para o todos os Conselhos Regionais de Psicologia. Pretende-se que, em breve, a psicóloga e o psicólogo possam fazer toda e qualquer solicitação por meio remoto, sem necessidade de ir até a sede do respectivo CRP. E, ainda, avançamos na qualificação dos regionais para a operacionalização dos sistemas, implementamos a nova Carteira de Identidade Profissional em todo o país e estruturamos condições concretas para a “virada de chaves” do Sistema Eletrônico de Informações em mais Conselhos Regionais.

No quesito da administração da coisa pública, o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu a Escola de Governança, que visa qualificar o exercício do lugar público que a

“
O CFP propôs uma série de novas políticas para o aperfeiçoamento da autarquia como um todo: um investimento massivo para corrigir problemas estruturais históricos, disparidades regionais e distorções nas atividades finalísticas.”

autarquia ocupa na sociedade. Assim, todos os colaboradores do Sistema Conselhos, conselheiros e funcionários, deverão receber qualificação sistemática adequada para que exerçam as atividades autárquicas conforme os princípios da administração pública. Trata-se de um projeto para melhoria do atendimento prestado à categoria pelos vários agentes que compõem a autarquia.

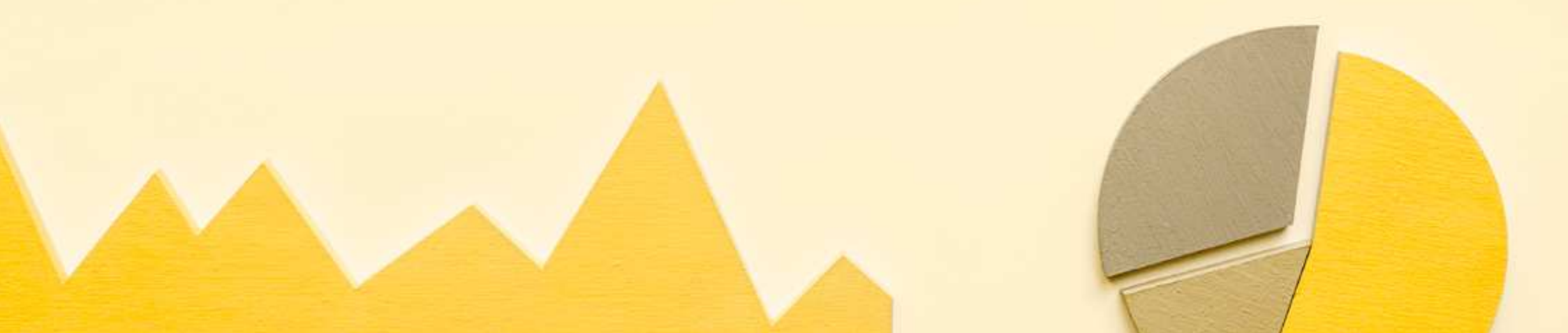
Não menos importante são as políticas voltadas para a conscientização das questões inclusivas, sob o arcabouço da “Política de Ações Afirmativas, Inclusivas e Reparatórias do Sistema Conselhos de Psicologia”; a necessidade de regulamentação mínima sobre pessoal, foco das “Boas Práticas de Gestão de Pessoas para o Sistema Conselhos de Psicologia”; e pujantes ações voltadas para atividades de fiscalização e orientação, tais como a auditoria sobre atividades finalísticas.

Ao comprometer-se com essa reestruturação robusta do Sistema Conselhos de Psicologia, o CFP não apenas dignifica seu lugar de maior instituição de Psicologia do mundo, como também eleva e qualifica a própria atuação de nossa ciência e profissão. E, mais que isso, promove a própria identidade e valores profissionais estabelecidos no nosso Código de Ética Profissional: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.



1

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO



INTRODUÇÃO SOBRE O CONSELHO

O Conselho Federal de Psicologia (CFP)

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem como principal finalidade regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício da Psicologia no Brasil, garantindo que os princípios éticos e disciplinares da profissão sejam respeitados. Para isso, a instituição segue as diretrizes e valores estabelecidos na Constituição de 1988, zelando pelo compromisso da categoria com a qualidade técnica e a conduta profissional.

Com mais de 550 mil psicólogas e psicólogos atuando no país, a Psicologia se fortalece continuamente como campo de conhecimento e prática profissional, dialogando diretamente com os desafios sociais e institucionais do Brasil. Como ciência e profissão, está profundamente conectada às dinâmicas culturais, políticas e econômicas da sociedade, contribuindo para a promoção da saúde integral e a defesa da dignidade humana em diferentes contextos.

Criado pela Lei nº 5.766, de 1971, o CFP é uma autarquia com personalidade jurídica de direito público, possuindo autonomia administrativa e financeira. Como instância máxima do Sistema Conselhos de Psicologia, sua atuação abrange todo o território nacional, garantindo a organização e fiscalização da profissão em âmbito federal.

O Conselho Federal também desempenha um papel essencial na defesa da democracia, compreendida como um sistema que reconhece e valoriza a diversidade de ideias e realidades. A Psicologia, por sua própria essência, está comprometida com os direitos individuais e sociais e com a ampliação do acesso à saúde integral e à

qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento humano e social.

Com sua missão de assegurar o aperfeiçoamento técnico e ético dos profissionais da área, o Conselho reafirma a importância da Psicologia na sociedade brasileira, fortalecendo sua atuação e promovendo avanços que beneficiam tanto os profissionais quanto a população.

Atribuições do CFPs

O Destacam-se entre suas atribuições:

DEFINIR, nos termos legais, o limite de competência do exercício profissional, conforme os cursos realizados ou provas de especialização prestadas em escolas ou institutos profissionais reconhecidos.

EXPEDIR as resoluções necessárias ao cumprimento das leis em vigor e das que venham a modificar as atribuições e competência das(os) profissionais da área.

APROVAR as anuidades e demais contribuições a serem pagas pelas(os) psicólogas(os).

ELABORAR e aprovar o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

FUNCIONAR como tribunal superior de ética profissional.

SERVIR de órgão consultivo em matéria de Psicologia.

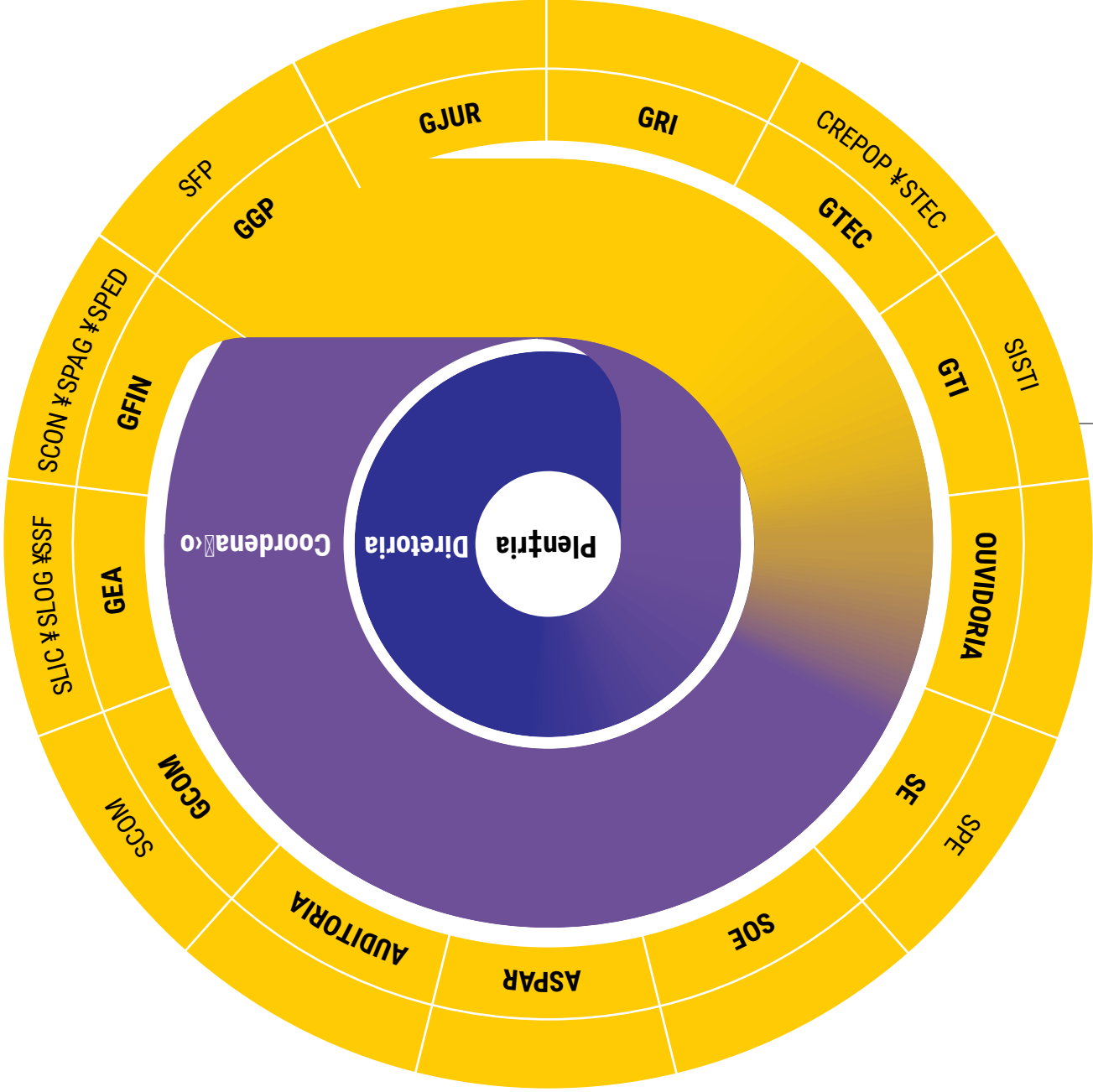
JULGAR em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais.

Normas e diretrizes

O Conselho Federal de Psicologia, na condição de autarquia federal especial, goza de imunidade tributária em relação a seus bens e rendas, de acordo com o art. 150 da Constituição Federal de 1988. Sua principal fonte de recursos são as receitas relativas ao pagamento de anuidades por psicólogas e psicólogos, bem como por personalidades jurídicas, inscritos. O CFP e os Conselhos Regionais são regidos pelas seguintes leis, decretos e resoluções:

- **Lei ordinária: Lei nº 5.766, de 1971**
Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia;
- **Decretos: Decreto-Lei nº 79.822, de 1977**
Regulamenta a Lei nº 5.766, de 1971;
- **Resoluções: Resolução CFP nº 17 de 2000**
Aprova o Regimento Interno do Conselho Federal de Psicologia;
- **Manuais e publicações relacionados às atividades administrativas e financeiras:**
Resolução CFP nº 10 de 2007, que institui o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis;
- **Resolução CFP nº 20 de 2018**,
que revisa e amplia o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema Conselhos de Psicologia (Resolução CFP nº 10 de 2007).

ORGANOGRAMA DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS

PLENÁRIA: órgão responsável pelas decisões no âmbito do Conselho Federal de Psicologia, composto por membros efetivos e suplentes, além de contar com a participação de colaboradores.

DIRETORIA: formada pelo presidente, vice-presidente, secretário-geral e tesoureiro, é responsável por implementar as diretrizes e resoluções aprovadas pelo Plenário.

COORDENAÇÃO GERAL (CG): gerencia, elabora, orienta, articula e supervisiona as atividades das gerências e demais setores, garantindo a integração dos esforços administrativos para alcançar os objetivos definidos pelo Plenário e pela Diretoria do CFP.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS (GGP): executa as diretrizes do Acordo Coletivo de Trabalho e do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Além disso, promove a escuta ativa dos funcionários, avalia o clima organizacional, identifica necessidades de capacitação, gerencia benefícios como, o plano de saúde e o odontológico, e coordena ações para a qualidade de vida no trabalho.

AUDITORIA (AUDIN): audita e avalia os processos internos, assegura o cumprimento das normas de governança e realiza auditorias internas para validar atos de gestão.

OUVIDORIA: Recebe, analisa e encaminha manifestações relacionadas a procedimentos e condutas de conselheiros, funcionários e colaboradores do Sistema Conselhos de Psicologia, a exemplo de pedidos de acesso à informação, denúncias, elogios, reclamações, sugestões, solicitações de providências e pedidos de simplificação.

GERÊNCIA JURÍDICA (GJUR): responsável pelo assessoramento jurídico do Conselho Federal, além da defesa judicial do Sistema Conselhos de Psicologia perante o Poder Judiciário.

SECRETARIA DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA (SOE): coordena as atividades de fiscalização e orientação profissional dentro do Sistema Conselhos de Psicologia, além de organizar os julgamentos de recursos em processos éticos originados nos Conselhos Regionais (CRPs).

GERÊNCIA DE TECNOLOGIA (GTI): gerencia os recursos tecnológicos, incluindo softwares e hardwares utilizados pelo CFP. Mantém sistemas como SEI, e-Psi e Satepsi, além de administrar contratos de soluções tecnológicas do Sistema Conselhos.

GERÊNCIA FINANCEIRA (GFIN): administra os recursos financeiros do Conselho, fornece dados para a tomada de decisões e presta contas. Supervisiona os setores responsáveis por pagamentos, execução orçamentária e contabilidade.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA (GEA): Coordena os serviços de suporte administrativo do CFP, incluindo logística, infraestrutura e gestão de contratos e licitações.

SECRETARIA EXECUTIVA (SE): presta assessoria direta à Coordenação Geral Estratégica e à Coordenação Geral Executiva.

ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS

ASSESSORIA PARLAMENTAR (ASPAR):

desenvolve ações estratégicas de representação e articulação no Poder Legislativo Federal em temas de interesse da Psicologia como ciência e profissão.

GERÊNCIA TÉCNICA (GTEC): fornece suporte técnico, realiza análises e elabora materiais para subsidiar a orientação à categoria, à sociedade e aos Conselhos Regionais.

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO (GCOM): Promove a divulgação estratégica das atividades do CFP para diferentes públicos, incluindo a categoria, entidades, estudantes e a sociedade em geral. Também apoia a Coordenação Geral, a Diretoria e o Plenário em temas e ações de comunicação.

GERÊNCIA DE RELAÇÕES

INSTITUCIONAIS (GRI): coordena as representações institucionais do CFP em espaços de participação e controle social e de incidência política, assessora a Comissão de Direitos Humanos e a Coordenação Nacional de Implementação da Lei 13.935/2019.

SETOR DE FOLHA DE PAGAMENTO

(SFP): calcula e processa as folhas de ponto, pagamento, benefícios, impostos e demais encargos trabalhistas, além de encaminhar informações aos sistemas governamentais.

SETOR DE INFRAESTRUTURA E

SUPOORTE DE TI (STIC): gerencia a instalação e manutenção de equipamentos de informática, redes e sistemas audiovisuais do CFP.

SETOR DE PAGAMENTOS (SPAG):

realiza pagamentos, acompanha valores recebidos e interage com fornecedores e colaboradores.

SETOR DE CONTABILIDADE (SCON):

registra e supervisiona os procedimentos contábeis, fornecendo informações essenciais para a tomada de decisões e prestação de contas aos órgãos de controle.

SETOR DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

ORÇAMENTÁRIA (SPEO): planeja e executa o orçamento do CFP, além de prestar assessoria nos seus orçamentos.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

(SLIC): Gerencia a aquisição de bens e serviços e monitora e controla as renovações e assinaturas de convênios firmados pelo CFP.

SETOR DE LOGÍSTICA (SLOG):

cuida da emissão de passagens, reserva de hospedagens, locação de espaços, pagamento de verbas indenizatórias, contratação de serviços para eventos e envio de informações aos participantes.

SETOR DE SUPORTE FÍSICO (SSF):

organiza, cuida, repara, executa, supervisiona e realiza algumas das atividades patrimoniais e logística de eventos internos e externos.

PROTOCOLO: recebe, registra e arquiva documentos enviados ao CFP.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM POLÍTICAS

PÚBLICAS (CREPOP): organiza e dissemina conhecimento sobre a interface entre Psicologia e políticas públicas, publicando diretrizes técnicas para orientação profissional.

SECRETARIA DA REVISTA PCP:

presta suporte ao corpo editorial da revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP), gerenciando o recebimento, análise inicial e acompanhamento dos artigos submetidos.



2

GESTÃO ESTRATÉGICA

GOVERNANÇA E GESTÃO

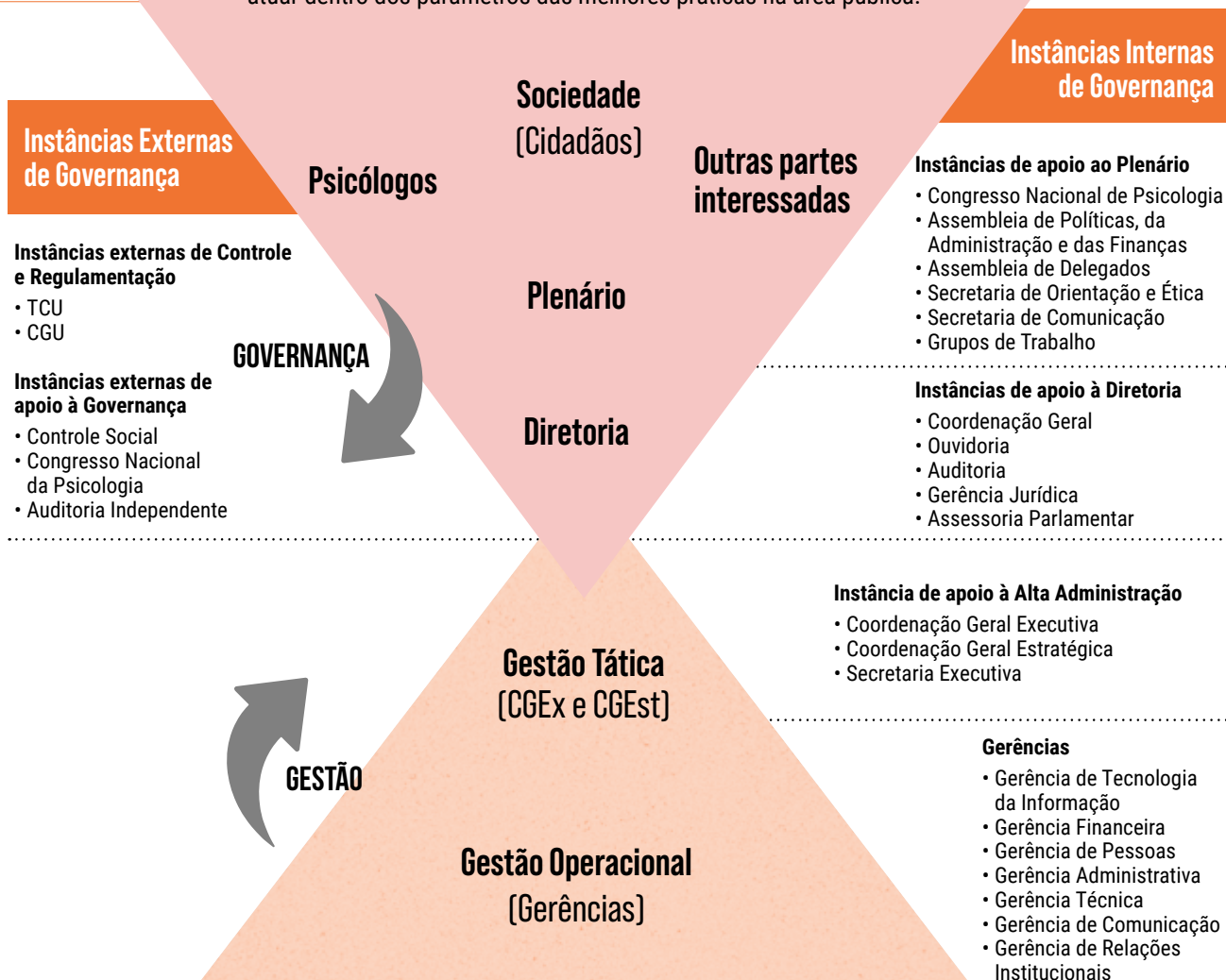
Cumprir a atividade finalística da instituição, alinhar os interesses organizacionais com o objetivo de agregar valor à sociedade e otimizar os usos dos recursos por meio de políticas institucionais voltadas a garantir a perenidade da organização são os objetivos da Governança do Conselho Federal de Psicologia. Ela compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da sua gestão.

O Conselho tem trabalhado, no âmbito do Sistema CFP e CRPs, para aprimorar a sua política de governança, que envolve dois componentes: o principal e os agentes. O principal é representado pela sociedade, pelo Estado e pelos profissionais registrados; compartilha percepções sobre finalidade e valor, além de deter o poder social. Esse poder pode ser exercido de maneira conjunta e organizada por meio de estruturas criadas para representá-lo.

Responsáveis por administrar os ativos e recursos, cumprir os propósitos estabelecidos e garantir os resultados esperados, os agentes, por sua vez, englobam os representantes eleitos, as instâncias de governança e gestão, além dos colaboradores. O sistema de governança do CFP espelha as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (como ferramentas e documentos), o fluxo de informações e o comportamento das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da entidade.

Com o compromisso de fortalecer a governança, o Conselho busca atuar de acordo com as melhores práticas da administração pública. O sistema de governança do CFP é representado por um infográfico que ilustra a separação de funções entre governança e gestão.

O sistema de Governança do CFP é representado pelo infográfico que demonstra a segregação de funções entre governança e gestão. O Conselho busca desenvolver a boa governança, com o propósito de implementar e atuar dentro dos parâmetros das melhores práticas na área pública.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Como o planejamento estratégico do Conselho Federal de Psicologia (CFP) abrange o período de 2023 a 2025, optou-se, nesta seção, por preservar a estrutura e os principais conteúdos apresentados no ano anterior. As informações utilizadas em sua formulação em 2023 continuam relevantes para o contexto atual, razão pela qual reafirmamos os principais marcos que apoiaram o desenvolvimento do planejamento estratégico participativo na instituição.

Vale reafirmar que o planejamento estratégico é um processo de gestão que utiliza métodos e técnicas para, dentro de um contexto específico, definir objetivos, metas, ações a serem priorizadas e empreendidas, bem como a mobilização de recursos, tendo como foco alcançar, com excelência, a visão institucional de uma organização. A gestão estratégica compreende um escopo ainda maior de ações, que inclui a implementação, o monitoramento e a avaliação das estratégias definidas.

O planejamento estratégico torna-se imprescindível para a condução da missão institucional do CFP e para a gestão estratégica do seu XIX Plenário. Tendo como objetivo qualificar os serviços da autarquia ofertados à categoria, o planejamento participativo tem sido possível graças à capacidade de manter ativo o processo analítico, crítico e estratégico de identificação e priorização de ações e definição de metas, garantindo-se, assim, suporte

à promoção da governança, da transparência e da sustentabilidade das ações. O caráter participativo do processo tem se dado por meio de oficinas, encontros virtuais e presenciais.

As formulações desse processo tiveram como principais referências o marco legal que institui e rege a autarquia; as deliberações do Congresso Nacional de Psicologia (CNP); o Código de Ética da Profissão; e as propostas da Frente em Defesa da Psicologia Brasileira. Ferramentas utilizadas no campo da gestão e de enfoque participativo apoiaram, do ponto de vista metodológico, o trabalho de construção do planejamento estratégico do CFP para o ciclo 2023-2025.

Cabe destacar a incorporação do uso de ferramentas de análise de dados e relatório interativo no processo de monitoramento dos indicadores e metas das ações planejadas para 2024. Esse aprimoramento visa fortalecer a análise e a tomada de decisões estratégicas, aspecto que será aprofundado na seção dedicada às ações, indicadores, metas e resultados alcançados.

O planejamento estratégico do CFP é um projeto político institucional, que orienta as diretrizes e os eixos estratégicos da atual gestão da autarquia, que busca atuar de forma gerencial e técnica. A reflexão sobre a situação do Conselho tem o propósito de diagnosticar desafios e oportunidades de melhoria

dos resultados institucionais, definindo indicadores, metas e meios de verificação, garantindo um monitoramento sistemático das ações que estão sendo previstas para gestão do atual Plenário.

Mapa Estratégico

Ser uma representação visual da identidade e da estratégia da organização é o objetivo do Mapa Estratégico elaborado para facilitar o entendimento do planejamento estratégico e incentivar a sua realização. Essa forma de apresentação almeja ainda estimular o pensamento sistêmico, a partir da percepção de que os seus eixos estratégicos se entendem e se conectam como partes de um todo.



**MAPA ESTRATÉGICO
DO CONSELHO
FEDERAL DE
PSICOLOGIA
2023-2025**

MISSÃO

Promover o exercício profissional ético e técnico-científico da Psicologia, por meio da regulamentação, orientação e fiscalização da profissão e de sua incidência social e política, de acordo com os princípios da democracia e dos direitos humanos.

VISÃO

Ser o agente social de referência da Psicologia, reconhecido pela categoria profissional e a sociedade pelo respeito à diversidade de espaços e de práticas profissionais contemporâneas, bem como por sua resolutividade e por seu engajamento na promoção da justiça social.

Eixos Estratégicos

**EXERCÍCIO DA
PROFISSÃO**

**INCIDÊNCIA
POLÍTICA**

**ARTICULAÇÃO
EM REDE**

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Princípios e Valores

DIREITOS HUMANOS

RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

DIVERSIDADE

ANTIRRACISMO

ANTIMACHISMO

ANTI LGBTQIA+FOBIA

DEMOCRACIA

ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

JUSTIÇA SOCIAL

ÉTICA

COMPROMISSO SOCIAL

CIENTIFICIDADE

LAICIDADE

TRANSPARÊNCIA

DIÁLOGO

PLURALIDADE

INCLUSÃO

RESOLUTIVIDADE

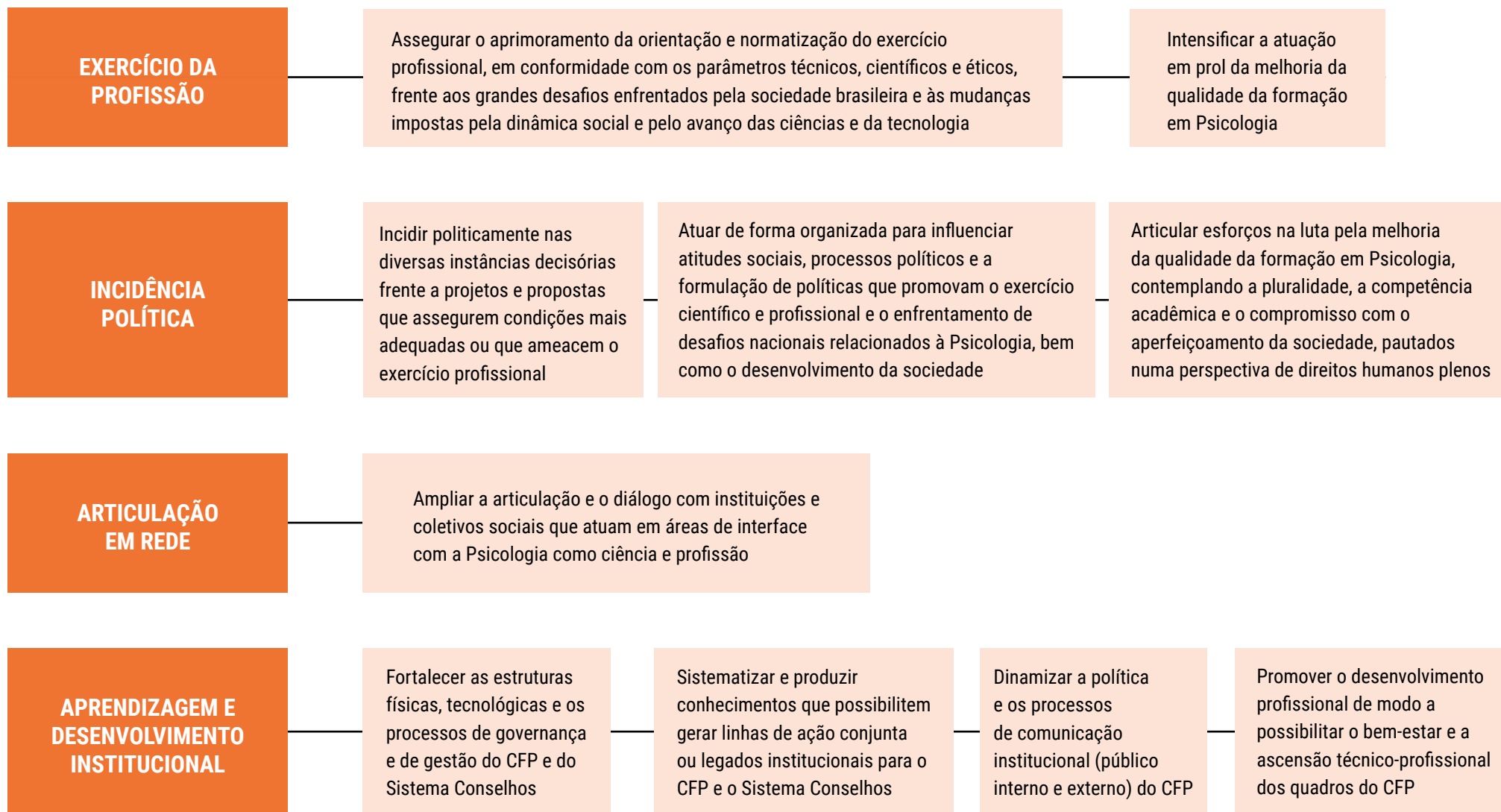
AUTONOMIA

INOVAÇÃO

COOPERAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



CADEIA DE VALOR: MACROPROCESSOS E VALOR PÚBLICO

A cadeia de valor é uma metodologia que analisa como uma empresa organiza os seus processos para criar valor para o cliente. É uma ferramenta de gestão que permite alinhar a estratégia com a execução. No caso do Conselho Federal de Psicologia (CFP), ela representa as respostas institucionais às demandas de suas partes diretamente envolvidas e da sociedade, sempre com foco no interesse público.

Assim, por meio de modelo representativo, é identificado e apresentado o conjunto de atividades e o valor público gerado, que corresponde às respostas efetivas às necessidades e demandas de interesse público das psicólogas, psicólogos e da sociedade, que são os legítimos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela autarquia.

Os macroprocessos, por sua vez, oferecem uma visão abrangente das atividades institucionais, englobando múltiplos setores, departamentos e funções. São processos de grande impacto para a organização e estão diretamente relacionados aos serviços prestados.

O diagrama de macroprocessos do Conselho ilustra, de forma visual, os principais fluxos de trabalho da instituição, evidenciando como as diferentes atividades se interconectam e contribuem para os objetivos do CFP. Assim, o valor público gerado por cada macroprocesso pode ser compreendido como os benefícios tangíveis ou intangíveis que essas atividades proporcionam às partes interessadas.

MACROPROCESSOS

Regulamentar

Atos Normativos

Orientar

Notas Técnicas, RT Crepop, publicações técnicas, eventos formativos e pareceres

Disciplinar

Julgar em 2ª instância

Fiscalizar

Monitoramento das fiscalizações dos CRPs

Órgão Consultivo em Psicologia

Incidência política objetivando a valorização da Psicologia enquanto ciência e profissão

Governança e Gestão

Comunicação institucional, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Pessoas, Controle interno, Orçamento, Finanças e Contabilidade

VALOR PÚBLICO

CREDIBILIDADE

ÉTICA

QUALIDADE TÉCNICO
CIENTÍFICA

COMPROMISSO COM
O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

PSICOLOGIA: CIÊNCIA
E PROFISSÃO

EFETIVIDADE NA
GESTÃO

MODELO DE NEGÓCIO

Um diagrama do modelo de negócio é uma ferramenta importante para visualizar e comunicar, de maneira direta e objetiva, os diferentes aspectos que compõem a forma de organização de um determinado negócio. Trata-se de uma representação gráfica que expressa o meio como uma instituição cria, entrega e captura valor.

No caso do CFP, seu modelo de negócio demonstra como os insumos são transformados em produtos e impactos por meio das atividades realizadas para atingir seus objetivos estratégicos e gerar valor para suas partes interessadas e para a sociedade. O Conselho apresenta esse modelo por meio de um diagrama, permitindo compreender como os diversos recursos da instituição são utilizados estrategicamente para oferecer serviços aos seus públicos e promover impactos positivos na sociedade.

NOSSOS RECURSOS

PESSOAL, CONHECIMENTO E DIVERSIDADE

22 conselheiras(os)
 15 Conselheiras
 07 Conselheiros
 105 trabalhadores
 55 homens na força de trabalho
 50 mulheres na força de trabalho
 11 mulheres em cargo de chefia
 19 estagiárias(os)
 16 estagiárias mulheres
 03 estagiários homens

Programa QVT :

9 ações educativas afirmativas
 100% de trabalhadores qualificados em ações de endomarketing

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

24 CRPs
 27 entidades nacionais de Psicologia (FENPB)
 70 colegiados de participação e controle social, articulação e incidência
 21 Grupos de Trabalho Interno
 22 Grupos de Trabalho APAF
 4 comissões de trabalho (CCAP, Colegiado do SAPP, CONPAS, CDH)
 92 fornecedores

TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

99% disponibilidade Rede CFP
 5.568.779,19 investidos em tecnologia e inovação

ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Dotação Orçamentária: R\$ 81,1 mi
 Orçamento Empenhado: 87% (R\$ 70,4 mi)
 Despesa Paga: R\$ 65,2 mi

PROCESSOS



RESULTADOS

529.112 profissionais com registro ativo	21.649 pessoas jurídicas ativas	23 testes psicológicos avaliados
3 Atualizações de Normas avaliadas	6 Evidências de Validade avaliadas	207 atos normativos (resoluções e portarias)
41 publicações técnicas	68 processos éticos julgados em segunda instância	63 processos administrativos julgados em segunda instância
569 eventos realizados, com participação ou apoio institucional	4.269 participações em eventos e representações	35 inscrições no Prêmio Sylvia Leser de Práticas Inovadoras
8 conselhos nacionais de políticas públicas e de direitos (ou similares) com mandatos do CFP	5 Conselhos Consultivos de Frentes Parlamentares do Congresso Nacional com participação permanente do CFP	2.795 demandas de Ouvidoria respondidas
11,2 mi perfis alcançados nas redes sociais	542 mil seguidores no Instagram	129 atendimentos à imprensa
2002 atendimentos de Suporte de TI		

IMPACTO

TRIBUTOS

Tributos Federais
 6.712.430,32

Tributos Estaduais e Municipais
 235.638,47

EMPREGADOS

Remuneração/benefícios
 25.362.437,30

FGTS
 1.641.433,24

FORNECEDORES

34.942.582,26

REPASSES AOS CRPS

Crepop
 80.392,32
 Programa de Apoio às Seções
 1.200.000,00
 Programa de Sustentabilidade
 3.685.642,12
 Convênio de Publicações
 382.828,44

3

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



PRINCIPAIS RISCOS

Elemento essencial do planejamento estratégico, a gestão de risco envolve a identificação e análise de ameaças concretas e potenciais, estáveis e em constante mudança. Esse processo fornece um insumo crítico fundamental para que as organizações alcancem maior sustentabilidade. Nesse contexto, a utilização da Matriz SWOT desempenhou um papel significativo, auxiliando não apenas na identificação de ameaças, mas também na detecção de oportunidades.

Um dos riscos identificados pelo CFP, que resultou em ações de incidência política, foi a precarização na formação de profissionais de Psicologia, especialmente em razão da ameaça representada pela oferta de cursos da área na modalidade de ensino a distância. Além disso, há outras ameaças que exigem acompanhamento contínuo por parte do Conselho, como a interferência de pessoas sem qualificação adequada em campos de atuação exclusivos da Psicologia e a banalização da profissão.

Esse fenômeno tem sido impulsionado pelo surgimento de aplicativos e plataformas digitais que sugerem substituir a atuação dos profissionais da Psicologia por inteligência artificial, além da insatisfação da categoria diante de demandas de caráter trabalhista não atendidas, como a regulamentação do piso salarial e a carga horária de 30 horas semanais. A precarização das condições de trabalho, intensificada pela lógica do mercado, também se destaca como um fator preocupante.

O Conselho compreende que a limitação ou a ampliação dos direitos sociais impacta diretamente a subjetividade humana e, consequentemente, a atuação da Psicologia enquanto ciência e profissão, tanto em nível individual quanto coletivo. Nesse sentido, o avanço da extrema direita no país e suas pautas ultraconservadoras são motivo de preocupação, uma vez que esse movimento influencia a composição de parlamentos – em âmbito federal, estadual e municipal – mais conservadores. Essa configuração dificulta a tramitação e aprovação de temas fundamentais para o progresso do país e para o CFP, como o combate ao racismo, ao sexismo e à misoginia, entre outras questões essenciais.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) adota um modelo estruturado para análise e mitigação de riscos que possam impactar seus objetivos estratégicos. Esse processo utiliza ferramentas como a cadeia de valor, que identifica macroprocessos e o valor público gerado; o modelo de negócio, que descreve a lógica institucional; a matriz SWOT, empregada no planejamento estratégico; e instrumentos de governança e gestão, essenciais para aquisições e contratações.

O gerenciamento de riscos está integrado aos processos de trabalho e é fundamental para garantir comunicação eficaz, cumprimento de normas, proteção da imagem institucional e prevenção de desvios éticos. A análise inicia-se com um diagnóstico do ambiente organizacional, considerando diretrizes estratégicas e marcos legais que regem a instituição. Esse mapeamento permite identificar riscos regulatórios e adotar medidas de controle adequadas.

A etapa seguinte envolve a identificação e categorização dos riscos, avaliando eventos que possam comprometer os objetivos institucionais, suas causas e consequências. Esse levantamento

possibilita a adoção de estratégias para mitigar impactos e garantir a segurança institucional. O processo é conduzido de forma participativa, com reuniões entre diferentes setores, promovendo aprendizado organizacional e melhoria contínua.

No que se refere às contratações, a gestão eficiente dos riscos está alinhada à Lei 14.133/2021, que enfatiza planejamento e controle para evitar falhas na administração de recursos. A Nova Lei de Licitações (NLL) determina que a alta administração participe ativamente da gestão das contratações, garantindo transparência e conformidade com normas orçamentárias.

O Plano Anual de Contratações (PCA), ferramenta obrigatória da NLL, consolida as aquisições previstas para o ano seguinte, permitindo uma visão integrada das necessidades da instituição. O CFP elabora seu PCA anualmente, alinhando-o ao planejamento estratégico para assegurar eficiência e racionalização dos recursos.

A seguir, é possível observar o detalhamento dos principais riscos identificados e as respostas adotadas para cada um deles, por meio de nossos processos de controle interno.

PRINCIPAIS RISCOS E SUAS RESPECTIVAS RESPOSTAS

CAUSA	RISCO	CONSEQUÊNCIA	MEDIDAS MITIGADORAS
Marco Legal de criação do CFP atualmente em vigor demonstra incapacidade para abarcar totalmente as demandas contemporâneas da Psicologia enquanto ciência e profissão.	Descompasso entre as regulamentações existentes e as demandas emergentes da prática da Psicologia; Perda de legitimidade e confiança por parte dos profissionais de Psicologia e da sociedade em geral.	Dificuldades de responder qualitativamente às demandas decorrentes dos avanços científicos, das transformações sociais e as novas exigências práticas enfrentadas pelos profissionais de Psicologia.	Modernização da Lei (PL em tramitação).
Geração de expectativas na categoria e sociedade a respeito do papel do Conselho, que fogem à sua governabilidade.	Comprometimento da imagem institucional.	Tensões, conflitos e descontentamento envolvendo o Conselho e os profissionais de Psicologia.	Comunicação institucional usada de forma estratégica; e ações de incidência política visando a valorização da profissão.
O aumento exponencial da demanda pública, sem que a estrutura da instituição seja ampliada de forma correspondente.	Não gerar valor para a categoria e sociedade.	Sobrecarga de trabalho para os colaboradores e infraestrutura.	Ampliação do espaço físico e abertura de concurso público. Alteração na lei para que permita a ampliação do quadro de conselheiros.
Proliferação de instituições de ensino superior, principalmente com cursos no modelo de Educação a Distância (EaD), com intenção revelada de abertura de cursos de Psicologia nessa modalidade.	Perda de confiança na profissão de psicólogo(a).	Precarização da formação de profissionais.	Incidência política e articulação em rede por meio da participação nos debates públicos sobre a proliferação de instituições de ensino superior e a qualidade da formação em Psicologia..
Sobreposição entre planejamento e gestão no primeiro ano de mandato e entre gestão e processo eleitoral no último ano.	Dificuldades de incorporação do pensamento estratégico na gestão, associada à possibilidade de descontinuidade das ações planejadas.	Responder de forma errática as demandas, ocasionando sobrecarga de trabalho.	Incorporar a filosofia utilizada nos modelos que utilizam o PPA (Plano Plurianual) como ferramenta de gestão.
Processo de aquisições de bens e contratações de serviços.	Não observância de algum requisito ou dispositivo legal.	Descumprimento da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021).	Qualificação técnica dos trabalhadores; Adoção de boas práticas de gestão (Plano de Contratações Anual (PCA); e Setor Jurídico e de Controle interno na primeira linha de tratamento de riscos.

COMPREENSÃO DO PAPEL INSTITUCIONAL

Um risco a ser superado pelo CFP é a falta de uma melhor compreensão do seu papel por parte da categoria. É importante observar que, se por um lado, o Conselho tem como missão orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga(o) no Brasil, por outro tem como visão ser reconhecido pela categoria e a sociedade pelo respeito à diversidade de espaços e de práticas profissionais contemporâneas, bem como por sua resolutividade e por seu engajamento na promoção da justiça social.

O Conselho também tem a função de servir de órgão consultivo em matérias relativas aos campos de atuação da Psicologia. Vale destacar que mesmo o Conselho não sendo uma instituição de formulação de políticas públicas, há aquelas que interessam ao exercício da profissão de psicóloga(o). Nesse sentido, torna-se fundamental o processo de sensibilização e qualificação da categoria para a importância de temas transversais que afirmam os direitos humanos também como um campo de atuação.

Quando, por exemplo, o CFP fala da Psicologia nas políticas públicas por meio dos posicionamentos, de notas e referências técnicas, busca ampliar a visão mais restrita de que o campo profissional é meramente a clínica. Pensar em Psicologia como preponderantemente clínica significa esquecer que há nisso um recorte de classe e de raça. Afinal, a psicoterapia continua sendo acessível apenas a uma pequena parcela da população.

Já quem acessa as políticas públicas é majoritariamente um outro público. E aí é onde também a Psicologia tem ampliado

o seu contato com a sociedade. Ao longo de sua existência, o Conselho Federal tem defendido que o profissional de Psicologia deve estar onde ele for importante para os indivíduos e o conjunto da sociedade. Essa atuação mais ampla por parte do órgão tem contribuído para que a sociedade estabeleça um olhar para a amplitude dos potenciais campos de atuação dos profissionais da área.

Assim, o CFP tem contribuído para construir uma narrativa na qual o profissional da área tem um campo de atuação diverso, rico em possibilidades, como na educação, na assistência social, na saúde, no trânsito, nas organizações, na gestão de pessoas, na defesa dos direitos humanos, no combate às diversas formas de preconceito etc. Essa ampliação do olhar da sociedade sobre o campo de atuação das psicólogas e psicólogos é, sim, fruto de uma atuação do CFP.

Vale reafirmar que, ao estender a sua atuação para questões macrossociais, o CFP está atuando sobre variáveis que contribuem para a construção do sujeito e sua subjetividade e que, portanto, interferem na sua saúde mental. Não se pode esquecer que o processo de sofrimento psíquico tem também aspectos coletivos. E aqui está se falando de Psicologia Social.

Vale observar também sobre as referências técnicas que há um impacto adicional, com a aderência intensa de estudantes, os futuros profissionais da Psicologia. Essa produção tem se transformado em material de consulta em aula. Isso significa dizer que muitos profissionais vão sair da graduação já com o contato com o Conselho e o tema das políticas públicas.

LIMITAÇÕES E PRIORIZAÇÕES

Vivemos em uma conjuntura marcada por grandes e constantes impasses, especialmente na garantia dos direitos de populações mais vulneráveis. Como em todas as organizações similares, em uma estrutura com limitações orçamentárias e de pessoal, o desafio é definir, dentre os temas emergentes que atravessam o país, aqueles que serão foco da incidência política do Conselho. Nesse processo de priorização, os temas relacionados com direitos humanos e impacto direto na saúde mental ganham maior atenção.

Isso pode ser visto, por exemplo, nos prêmios promovidos pelo CFP, a exemplo do Prêmio Profissional Virgínia Bicudo, voltado a valorizar práticas inovadoras em uma Psicologia na perspectiva antirracista. Ao abordar as relações raciais no Brasil, temos a oportunidade não só de entender o impacto do racismo na psique, como encontrar abordagens que minimizem seus eventuais efeitos danosos nos indivíduos. Ou seja, quando o CFP torna público como acredita que as questões raciais devem ser abordadas, está sinalizando qual clínica deve ser desenvolvida, qual cuidado em saúde deve ser feito, como deve ser a atuação profissional no Judiciário em temática correlacionada.

Por outro lado, há o desafio para o Conselho na abordagem dos temas transversais escolhidos para debates, resoluções, notas e referências técnicas de ampliar o diálogo com instituições que possuam interface com esses assuntos, para que o impacto desses documentos seja amplificado.

AGILIDADE DE RESPOSTA

Hoje, reconhece-se a importância do Conselho construir posicionamentos na velocidade demandada pelo mundo atual. Ter capacidade de olhar para uma determinada questão e entender que ela é estratégica para os próximos anos é um desafio a ser superado pelo CFP. Um exemplo disso foi a resolução nº 11, de maio de 2018, que regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação, antecipando-se à pandemia da Covid 19, que se iniciou no Brasil no final de fevereiro de 2020. Com isso, evitou-se um impasse e a descontinuidade no atendimento em um momento extremamente delicado. Buscar fortalecer a estrutura institucional para que ela corresponda às demandas que aumentam exponencialmente é um desafio a ser superado.

A seguir, apresentamos as instâncias de controle interno que são fundamentais para a gestão de riscos.

SETORES QUE AUXILIAM NO CONTROLE INTERNO

Assessoria Jurídica

O trabalho da Assessoria Jurídica está voltado para o assessoramento consultivo do Conselho Federal de Psicologia, e a defesa judicial do Sistema Conselhos de Psicologia perante o Sistema de Justiça, acabando por maximizar o Controle Interno da Autarquia, e contribuindo, dentro dos seus limites de atuação, para que as ações administrativas tenham conformidade legal e segurança jurídica.

Dimensão do Consultivo:

No assessoramento consultivo foram desenvolvidos marcos administrativos de controle da legalidade dos processos éticos e demais atos do CFP, primando pelo respeito aos direitos e garantias fundamentais das psicólogas e psicólogos nos processos administrativos que tramitam no Sistema Conselhos, a exemplo de:

- a) definição da utilização pelo CFP das minutas de contratos e editais elaborados pela Advocacia Geral da União (AGU) e utilização de listas de checagem de documentos obrigatórios

(check list) nos processos administrativos de licitações e compras;

- b) criação de um padrão de análises jurídicas de regularidade (nos processos administrativos) e processual (nos processos éticos) e com a concentração de todas essas informações em um banco de análises jurídicas.

É necessário especial atenção com os cuidados na elaboração dos normativos para que sejam dotados de segurança jurídica. Daí ter se desenvolvido um fluxo que busca deixar nítido como é feito no CFP o processo de análise jurídica de uma minuta de normativo de uma autarquia federal, buscando equalizar a complexidade que é normatizar atualmente, com toda a transparência do processo de elaboração da norma e seu potencial de sofrer judicialização, fenômeno que por sinal tem se ampliado ao longo dos últimos anos.

Dimensão do Contencioso:

Na via judicial, ganha relevo as vitórias em ações que questionavam o poder normativo e regulamentar do CFP, de-

sevolvendo tese exitosa na defesa das resoluções do Conselho em face de impugnações judiciais. Destaca-se, nesse sentido, o litígio estratégico junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa da Resolução CFP 07/23, conquistando pareceres da AGU e PGR pela sua constitucionalidade (ADI STF no 7426 e 7462).

Assim como a atuação estratégica junto ao STF, em defesa da Resolução CFP no 01/99, conquistando decisão que voltou a proibir as terapias de reversão sexual (Reclamação STF nº 31.818), bem como na extinção das ações civis públicas que questionavam a legalidade e constitucionalidade da Resolução CFP no 01/18. Após audiência com o juiz responsável pelos processos, em Goiânia, concluiu-se pela inadequação das ações propostas pelo MPF e a manutenção integral da Resolução.

Vale ressaltar, por fim, que as gestões do XVII plenário (2017-2019) e XVIII plenário (2020-2022) encerraram os mandatos sem que pesasse sobre ela qualquer decisão judicial contrária a algum de seus atos, seja regulamentar, seja disciplinar, seja em face do intenso

processo eleitoral, em que pese terem sido propostas, nesse período, dezenas de ações judiciais em face do CFP.

A atual gestão, XIX plenário (2023-2025), até o presente momento registra algumas decisões judiciais contrárias a um de seus atos, mas não são decisões definitivas, pois todas elas estão em discussão no Judiciário. Isso explicita o caráter complementar das dimensões consultiva e contenciosa, na medida em que a solidez do trabalho consultivo, conferindo rígido controle de legalidade aos atos de gestão, se reflete em eficácia da defesa dos atos e da autoridade do Conselho em face da Justiça, acabando por maximizar o controle interno na mitigação de riscos, na conformidade dos atos administrativos e na melhoria da governança institucional do Conselho Federal de Psicologia.

Auditoria Interna

O objetivo da Auditoria Interna é assegurar a implementação de uma abordagem estruturada e meticulosa para aprimorar a eficácia dos processos de gestão de riscos e controles no Sistema Conselhos de Psicologia. Esta função, estabelecida pela Resolução 15/2017 e regulamentada pela Portaria 75/2017, é desenvolvida de forma independente como uma atividade de avaliação e consultoria.

Em alinhamento com o seu primeiro plano anual, em 2024 a Auditoria Interna do Conselho Federal de Psicologia se dedicou a fornecer consultorias para a melhoria da estrutura de governança do Conselho e na criação de seu manual. O setor também esteve envolvido no processo de comunicação com as auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União, nas auditorias de avaliação dos controles internos de cinco Conselhos Regionais de Psicologia. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico do CFP para o triênio 2023/2025 e para a orientação e consultoria solicitadas tanto pelos Conselhos Regionais quanto pela Governança e Gestão da própria instituição.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Conselho Federal de Psicologia é o canal responsável por receber, examinar e encaminhar as demandas referentes a procedimentos e ações de conselheiros, funcionários e colaboradores do CFP. Em 2024, o órgão recebeu 2.786 demandas. Formalizadas, essas demandas se tornam processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), garantindo transparência e agilidade. As formas de contato com a Ouvidoria do CFP são formulário, e-mail e telefone.

Foram respondidas e encerradas um total de 2.795, quantitativo que reúne ainda demandas do ano anterior, em razão do prazo de 30 dias para resposta, prorrogável por mais 30 dias, conforme artigo 19 da Resolução CFP nº 12/2022.

Número de processos recebidos por mês em 2024												
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Processos gerados	342	268	276	288	273	177	197	209	213	220	178	145
Tempo médio de tramitação	3 dias	5 dias	5 dias	5 dias	7 dias	10 dias	4 dias	2 dias	5 dias	5 dias	4 dias	7 dias

Todas as solicitações são registradas como processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), utilizado para a gestão de processos e documentos digitais no Conselho. O objetivo é proporcionar transparência e agilidade. Ao preencher o formulário disponível no site, o solicitante recebe um número de processo SEI automaticamente, podendo também entrar em contato por e-mail (ouvidoria@cfp.org.br) ou, durante o horário comercial, por telefone, no número 0800 642 0110.

OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A incorporação da Matriz SWOT no planejamento estratégico do CFP foi fundamental para identificar tanto riscos quanto oportunidades. Destaca-se a participação ativa da instituição em debates de interesse geral e específico, além do reconhecimento conquistado em diversos espaços públicos, como fóruns e conselhos, que discutem temas relevantes para a Psicologia e a sociedade.

No Congresso Nacional, avançam pautas estratégicas, como a regulamentação da jornada de 30 horas e do piso salarial, a consolidação de uma frente parlamentar em defesa da Psicologia e o desenvolvimento de um Projeto de Lei sobre Regulamentação da Psicoterapia. Além disso, o Sistema de Justiça tem demonstrado maior abertura para dialogar sobre temas sociais defendidos pelo CFP, com destaque para o interesse do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em estabelecer parcerias com a instituição.

O Brasil lidera o número de profissionais da Psicologia em atividade no mundo, impulsionando a procura tanto pela formação na área quanto pelos serviços oferecidos. Esse crescimento fomenta a produção de conhecimento nesse campo. No âmbito tecnológico, inovações recentes têm ampliado a oferta de orientação e

fiscalização on-line, impactando diretamente a prática profissional. Essa evolução favorece a modernização dos serviços e a ampliação do alcance da Psicologia no país.

O CFP está em fase de implementação do modelo de Três Linhas de Defesa para gestão de riscos e controles internos. Recomendado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e desenvolvido pelo The Institute of Internal Auditors (IIA), esse método estrutura funções e responsabilidades no monitoramento dos riscos institucionais. Embora ainda não esteja completamente adotado, a instituição já realiza um acompanhamento rigoroso de suas ações estratégicas e busca aprimorar sua estrutura conforme as diretrizes dos órgãos reguladores.

Para fortalecer esse processo, o CFP planeja a contratação de especialistas que aprimorarão a governança institucional. Atualmente, seu sistema de controle interno conta com a Assessoria Jurídica, a Auditoria Interna, a Ouvidoria, Comitê Gestor de Transparência e o Comitê de Acompanhamento das Ações Estratégicas. Essas iniciativas garantem maior transparência, eficiência e alinhamento com o planejamento estratégico, consolidando um ambiente organizacional mais seguro e eficiente.

Ampla governança e qualificação de lideranças

Dentre as oportunidades de melhoria identificadas está um maior alinhamento político do CFP com os Conselhos Regionais para a consolidação de uma governança ampla, criando uma sintonia mais profunda com as diretrizes institucionais do órgão. Nesse sentido é importante, por exemplo, constituir a obrigatoriedade da existência de comissões como a COE (Comissão de Orientação e Ética) e a COF (Comissão de Orientação e Fiscalização), com a definição de diretrizes básicas para a sua orientação.

Outra oportunidade é a melhor qualificação de lideranças. Assim como na ecologia, a diversidade institucional é algo que tem um rico potencial de trazer desenvolvimento sustentável para as organizações. Ao cumprir as diretrizes mais recentes do Regimento Eleitoral, relacionadas a cotas para assegurar a representatividade e a diversidade nas gestões dos Conselhos, surge a responsabilidade de qualificar a atuação dos conselheiros eleitos, aprimorando o seu quadro de lideranças estratégicas por meio de atividades específicas.

Ações internas de capacitação poderão fortalecer as escolhas de representantes de grupos que tradicionalmente se encontravam excluídos e que, portanto, merecem uma atenção especial para que essas escolhas não fragilizem as relações técnicas e políticas da instituição. Em busca do equilíbrio da estratégia de valorização política da diversidade com as competências burocráticas e técnicas, a Escola de Governança, a Cetec (Comissão Consultiva em Psicologia, Laicidade, Ciência e Tecnologia) e o Crepop (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) têm papel relevante.

Evolução coletiva

A implementação de políticas de diversidade eficazes requer a adoção de novos modelos de relacionamento, em particular no ambiente de trabalho, capazes de acolher diferentes perspectivas e promover um espaço mais inclusivo. Com a ampliação dos conceitos caros à democracia e a conscientização sobre questões de equidade, muitas atitudes antes naturalizadas ou invisibilizadas passaram a ser reconhecidas como discriminatórias. Para lidar com essas

demandas de forma construtiva, é essencial criar um ambiente de diálogo aberto, onde a escuta ativa e a educação contínua sejam pilares fundamentais.

A abordagem deve priorizar a sensibilização e o aprendizado, permitindo que colaboradores, conselheiros e profissionais da Psicologia compreendam as mudanças como parte de um processo de evolução coletiva. Iniciativas de capacitação, mentorias e canais de escuta segura podem ser ferramentas valiosas para transformar conflitos potenciais em oportunidades de crescimento. Dessa forma, a diversidade não apenas pode se tornar um valor da organização, como também um diferencial para a inovação e o desenvolvimento sustentável das relações humanas.



4

AÇÕES DESENVOLVIDAS

INTRODUÇÃO

As ações e atividades desenvolvidas pelo Conselho Federal de Psicologia ao longo de 2024 estão agrupadas a partir de uma estrutura lógica construída durante o processo de elaboração do planejamento estratégico da instituição, conforme já destacado no Capítulo 2 deste relatório. Toda essa definição é resultado de um trabalho colaborativo, com ênfase na objetividade quanto aos caminhos que se deseja trilhar para alcançar a visão de futuro almejada, ou em outros termos, no que a instituição aspira se tornar.

Nesse sentido, as atividades e resultados apresentados neste capítulo estão divididas pelos seguintes eixos e seus respectivos objetivos estratégicos:

Exercício da Profissão – Este é o eixo estratégico em torno do qual se constitui a razão da existência do Conselho. Isso porque as forças que modelam e transformam o exercício profissional exigem uma atenção contínua, seja os novos paradigmas de intervenção, seja as bases científicas que orientam o fazer profissional, ou ainda os processos formativos, em todos os níveis, com impacto direto na qualidade técnica e ética dos profissionais.

Incidência Política – Aqui o CFP se remete à forma eficaz, dentro dos limites legais e éticos, de garantir que os interesses e preocupações da Psicologia brasileira sejam levados em conta na tomada de decisões, por meio de ações de influência direta sob agentes políticos, trabalho em grupos de interesse ou na sensibilização e mobilização da opinião pública, inclusive por meio da colaboração com outras organizações e grupos de interesse.

Articulação em Rede – Trata-se de um processo pelo qual diferentes organizações, grupos e indivíduos se unem para trabalhar em conjunto em prol de um objetivo comum. Essa forma de colaboração pode ser uma estratégia eficaz para enfrentar desafios complexos que exigem esforços coletivos e uma abordagem integrada.

Aprendizagem e Desenvolvimento Institucional – Aprendizagem institucional é um processo contínuo de construção de conhecimento, habilidades e valores por meio de interações entre os membros de uma organização. Já o Desenvolvimento Institucional é um conjunto de ações e estratégias que buscam melhorar o desempenho e fortalecer a estrutura organizacional. Tratam-se de conceitos intimamente relacionados.

RELATÓRIOS INTERATIVOS

Análise de dados e relatórios interativos (Power BI) como ferramenta de transparência e monitoramento do Plano de Ação Estratégico.

No contexto do planejamento estratégico, foi elaborado o Plano de Ação Estratégico, documento que reúne as ações, indicadores, metas e resultados esperados, alinhados aos eixos e objetivos estratégicos previamente definidos.

Em 2024, esse processo foi aprimorado com a implementação de um sistema inovador de monitoramento e avaliação, que utiliza análise de dados por meio do Power BI. Esse novo modelo permite uma análise dinâmica e interativa dos indicadores e metas, proporcionando um acompanhamento mais preciso do desempenho das iniciativas planejadas.

O relatório interativo desenvolvido apresenta o status atualizado de cada ação, detalhando os indicadores e as metas semestrais previstas para 2024. Além disso, disponibiliza gráficos que ilustram a evolução geral dos objetivos, permitindo uma visualização do percentual já alcançado em relação ao total estipulado até o final da gestão.

A adoção dessa abordagem fortalece a transparência, a eficiência e a precisão na execução do Plano de Ação Estratégico, garantindo um monitoramento contínuo e embasado para a tomada de decisões estratégicas.

PLANO DE AÇÃO 2024-2025

Acompanhamento de metas

ADI - Aprendizagem e Desenvolvimento Institucional

EP - Exercício da Profissão

AR - Articulação em Rede

IP - Incidência Política

Objetivo Estratégico

Todos

Status das Ações

☐ A iniciar

☐ Atrasado

☐ Concluído

☐ Em execução

Área Responsável

Todos

Parâmetro (escolher semestre):

☒ % Evolução Metas 2024_1o Sem.

☐ % Evolução Metas 2024_2o Sem.

☐ % Evolução Metas 2025_1o Sem.

% de Evolução das Metas por Semestre

118,65%

Quantidade de Ações Previstas

530

Objetivo Estratégico

Todos

Ação Prioritária?

☐ Não

☐ Sim

Status das Ações (ref. mar/2025)

Em execução

41,13%

A iniciar

24,34%

Concluído

23,21%

Atrasado

% Evolução Metas ano 2024

105,58%

% Evolução Metas ano 2025

0,85%

% de Evolução das Metas Geral 2024-2025

50,31%

Descrição da Ação

Search

Indicador quantitativo

Search

Item	Área Resp.	Eixo Estrat.	Descrição da Ação	Prioritária?	Indicador (Quantitativo)	Meta 1ºSem./2024 PREVISTA	Meta 1ºSem./2024 REALIZADA	% Evolução Metas 1ºSem./2024	Meta 2ºSem./2024 PREVISTA	Meta 2ºSem./2024 REALIZADA
ASPAR.1	ASPAR	IP	Contratar estudo técnico acerca do impacto financeiro e orçamentário da aprovação da jornada de trabalho de 30 horas e do piso salarial da categoria.	Não	Número de estudos técnicos realizados	2,00	2,00	100,00%	0,00	0,00
ASPAR.13	ASPAR	IP	Articular ações de comunicação para influenciar as decisões do Congresso Nacional acerca da regulamentação da psicoterapia, bem como a designação de relatorias favoráveis nas comissões do Senado Federal (casa iniciadora).	Sim	Número de relatorias designadas	1,00	1,00	100,00%	0,00	0,00
ASPAR.15	ASPAR	IP	Articular ações de comunicação para influenciar as decisões do Congresso Nacional e do Executivo Federal acerca da proibição do ensino a distância em cursos de graduação em Psicologia.	Sim	Número de ações de comunicação realizadas	1,00	1,00	100,00%	1,00	3,00
MP34	GTEC	ADI	Censo da Psicologia Brasileira: Realizar oficinas regionais e nacional para discutir implicações dos dados do Censo	Não	Número de oficinas realizadas	6,00	6,00	100,00%	0,00	0,00

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Objetivo estratégico

Assegurar o aprimoramento da orientação e normatização do exercício profissional, em conformidade com os parâmetros técnicos, científicos e éticos, frente aos grandes desafios enfrentados pela sociedade brasileira e às mudanças impostas pela dinâmica social e pelo avanço das ciências e da tecnologia.

Julgamentos de processos disciplinares éticos

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) cumpre o papel de tribunal superior da ética profissional, julgando em segunda instância os recursos dos processos disciplinares éticos já sentenciados pelos Conselhos Regionais. No começo de 2024, o CFP tinha 86 processos aguardando julgamento de recurso. Ao longo do ano, foram recepcionados mais 69 processos, totalizando 155. Desse total, foram julgados 43%. Esse quadro levou a autarquia a estudar formas de aumentar a quantidade de processos a serem julgados por ano, bem como a frequência das sessões de julgamento.

Porém, a análise feita pelas equipes técnicas mostrou a necessidade de investimento prioritário na qualidade dos documentos e debates produzidos pelos julgamentos, sendo os aspectos quantitativos a serem equacionados posteriormente. Entre os projetos pensados está a ampliação das equipes do CFP, a partir da realização de concurso público.

Em 2024 foram realizadas 11 sessões de julgamento, com 68 processos. O CFP manteve 43 decisões adotadas pelos CRPs (63%) e reformou 25 delas (36%). O assunto mais frequente nas denúncias foi a emissão de documento sem qualidade técnico-científica. Dentre os 68 recursos julgados, tivemos as seguintes decisões:

Decisões do CFP no julgamento dos recursos



63 processos administrativos julgados

Em 2024, foram efetivamente julgados no CFP 63 processos administrativos em grau de recurso. Embora se trate de uma tramitação em caráter interno nesta instância recursal, compreende-se que a consequência direta para o ambiente externo se refere às repercussões do deferimento ou indeferimento por parte do Conselho Federal. Com o intuito de favorecer a adequada tramitação e análise dos respectivos processos e seus objetos de recurso, em consonância às normatizações institucionais vigentes, identifica-se a necessidade de permanente alinhamento junto aos respectivos Conselhos Regionais de Psicologia, sobretudo quanto à padronização dos processos remetidos ao CFP. A construção efetiva de um normativo específico que disponha acerca da tramitação de processos administrativos no âmbito do Conselho Federal, prevista para o ano de 2025, pode favorecer este propósito.

Agilidade na tramitação dos processos administrativos

Um encontro com as Comissões Regionais de Análise de Registro de Psicóloga(o) Especialista (Carpes) foi realizado nos dias 8 e 9 de agosto, com a representação do CFP e de todos os 24 Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). Durante a oficina, os CRPs destacaram questões como os fluxos dos trâmites dos processos de concessão de registro, a concessão de títulos às psicólogas(os) que comprovem experiência por meio de atuação em áreas correlatas, a relação de documentação mínima para a concessão do registro, os chamados “estágios” no nível da pós-graduação *lato sensu*, as especificidades da Psicologia do Tráfego, a Residência em Psicologia, dentre outros assuntos.



Após esse primeiro encontro, foi possível perceber um menor número de processos administrativos que retornam para complementação de documentação, agilizando o tempo de tramitação e julgamento. Embora tenha sido uma ação interna ao Sistema Conselhos, ela tem importante repercussão para a categoria, permitindo um alinhamento do serviço prestado às(aos) psicólogas(os) em todas as unidades da federação, o que se traduz em menor tempo de tramitação dos processos administrativos tanto em primeira instância, quanto na esfera recursal.

Encontros de orientação, fiscalização e ética

O CFP realizou cinco encontros regionais com as comissões de ética e de orientação e fiscalização dos estados, durante o ano de 2024, com o objetivo de fomentar o diálogo entre a técnica e a ética dentro do Sistema Conselhos de Psicologia, promovendo a qualidade do exercício profissional e a troca de experiências e saberes. Até então, o Conselho realizava um Encontro Na-

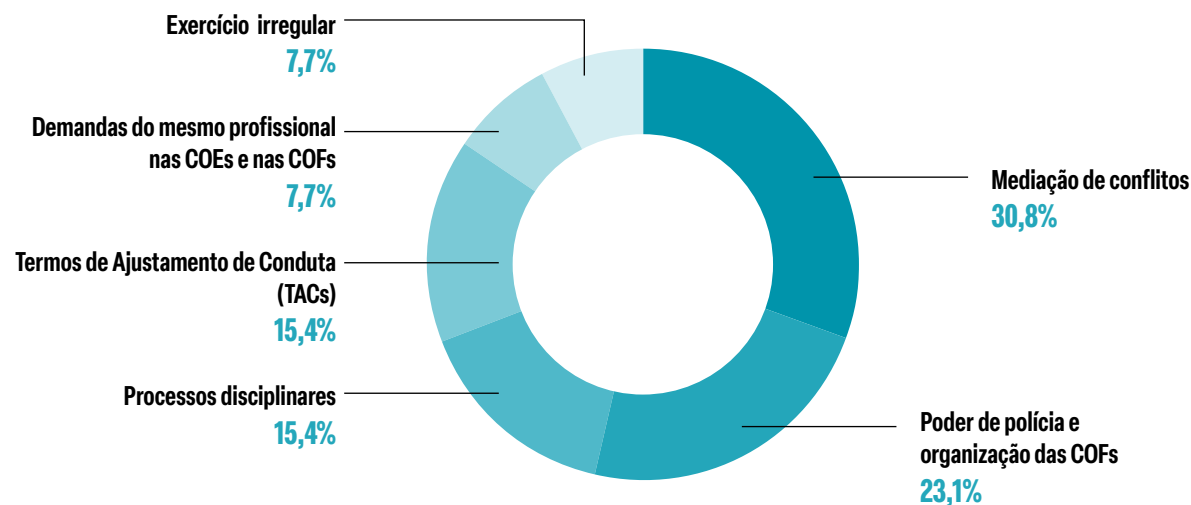


cional de COEs e COFs (organizado pela Secretaria de Orientação e Ética - SOE – área responsável pela coordenação das atividades de orientação e fiscalização, para unidade das diretrizes e eficiência das ações).

A decisão de realizar encontros por regional surgiu em 2023, após diagnóstico sobre os maiores desafios dos CRPs relativos às suas funções de orientar e fiscalizar a categoria.

O evento, que tem caráter consultivo e formativo, conta com a participação dos presidentes das COEs e das COFs e técnicos que acompanham as respectivas comissões nos conselhos. O encontro aconteceu na região Centro-Oeste (25 e 26 de abril); Nordeste (6 e 7 de junho); Norte (20 e 21 de junho); Sudeste (25 e 26 de julho); e Sul (29 e 30 de agosto). As pautas foram regionalizadas, a partir de pontos indicados pelos próprios CRPs, considerando os assuntos mais desafiadores em cada região. Além dos encontros regionais, o CFP realizou também o Encontro Nacional de COEs e COFs, em 28 e 29/11, em Brasília, com todos os CRPs.

Temas conjuntos mais frequentes



Desempenho das atividades pelos CRPs

Após um ano intenso de diálogos do Conselho Federal com os CRPs, sobre a importância de dar transparência aos atos de orientação, fiscalização e disciplina do exercício profissional, o CFP publicou a Resolução nº 50, de 19 de dezembro. A norma define as diretrizes para a elaboração dos planejamentos e dos relatórios relativos à política de orientação, ética e fiscalização, estabelecendo um prazo de envio anual dos planejamentos e relatórios das COEs e COFs para o CFP. Foi desenvolvido um formulário a ser preenchido pelos conselhos regionais. A iniciativa possibilitará a publicação de informações sobre as ações realizadas, em cumprimento ao papel de proteger a sociedade, garantindo a promoção de um exercício profissional de psicólogas(os) com qualidade técnica e ética.

Revisão da Política de Orientação e Fiscalização

Durante o ano de 2024, o Grupo de Trabalho de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização realizou oito reuniões virtuais e duas reuniões presenciais. Dentre as prioridades abordadas está a revisão das resoluções do CFP que tratavam de Psicologia e a relação com as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs); a revisão da Resolução nº 16 de 21 de agosto de 2019, que dispõe sobre o registro e cadastro de Pessoas Jurídicas; a produção de nota técnica sobre o uso de TDICs com pessoas em privação de liberdade; e a produção de nota técnica sobre atendimento psicológico domiciliar.

Foi produzida resolução relativa à divulgação de serviços profissionais, em substituição à nota técnica sobre o uso profissional das redes sociais: publicidade e cui-

dados éticos. Trata-se da Resolução nº 9 de 18 de julho, em substituição às Resoluções nº 11, de 11 de maio de 2018, e a nº 04, de 26 de março de 2020. A nova norma define o que é o exercício profissional de psicólogas(os) mediado por TDICs, explicita as responsabilidades, trata dos limites legais e, por fim, inova ao dispensar as psicólogas da obrigatoriedade da inscrição secundária para o atendimento em TDICs em outras jurisdições. Em dezembro de 2024 também foi aprovada na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) outro produto desse GT: a nova resolução sobre Psicologia e pessoa jurídica, que passará por ajustes para publicação no início de 2025.

Grupo de Trabalho sobre Mediação

Em 2024, o Grupo de Trabalho Meios de Solução Consensual de Conflitos (GT de Mediação) realizou dez reuniões virtuais e uma presencial, quando foram estudados os meios autocompositivos como a mediação, a justiça restaurativa, a conciliação e o meio heterocompositivo: arbitragem. O objetivo foi a produção qualificada de uma minuta de resolução que substituirá a Resolução nº 7 de 21 de junho de 2016, que instituiu a mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos.

No ano de 2025, haverá a publicação da nova resolução, bem como formação para integrantes do Sistema Conselhos de Psicologia sobre os meios autocompositivos. O GT foi criado em 2023 com os objetivos de padronizar e uniformizar as práticas de solução consensual de conflitos e viabilizar trâmites administrativos e processuais, seus sistemas e formas, estabelecendo pontos centrais e estruturais para essa implementação.

Avaliação dos testes submetidos ao Satepsi

O Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) avaliou 22 testes psicológicos, três atualizações de normas e seis estudos de evidências de validade, em 2024. Essa atuação é fundamental para a categoria de psicólogas(os), garantindo a continuidade e o aprimoramento da análise rigorosa dos instrumentos, assegurando sua qualidade técnica e científica, fortalecendo a prática profissional e promovendo a proteção da sociedade contra o uso de testes não-qualificados. Como resultado, reforça-se o papel do Satepsi na garantia dos valores científicos e éticos dos instrumentos psicológicos, contribuindo para a qualificação da prática profissional.



Clique aqui para acessar a lista completa dos testes psicológicos

Avaliação psicológica em concurso público

Na APAF de dezembro de 2024, foi aprovada a resolução que regulamenta a avaliação psicológica em concursos públicos e processos seletivos de natureza pública. Essa revisão foi fundamental para atualizar e aprimorar as diretrizes que orientam a prática da avaliação psicológica nesses contextos, garantindo maior rigor técnico, transparência e alinhamento com os princípios éticos da profissão. Além disso, reforça o compromisso do CFP com a qualificação da avaliação psicológica. O texto já foi homologado pela plenária do CFP e será publicado em breve.

O GT Revisão da Resolução CFP nº 2/2016, que regulamenta a avaliação psicológica em concurso público e processos seletivos de natureza pública e privada, foi criado na APAF de dezembro de 2019. No ano de 2020, os seus trabalhos foram iniciados, porém, suspensos por um período devido à revisão dessa resolução estar implicada diretamente com a discussão da ADI 3481 no STF, que foi julgada em 2022. Em 2023 os trabalhos foram retomados e o grupo chegou à conclusão que os processos seletivos de natureza privada não seriam abarcados nessa normativa.

Atualização de nota técnica sobre emergências e desastres

Em razão das demandas impostas pela pandemia da Covid-19 e pelo desastre ocorrido no Rio Grande do Sul, o GT de Emergências e Desastres, em conjunto com o GT de Psicologia Ambiental, atualizou a nota técnica sobre a atuação dos profissionais da área nas emergências e desastres. O documento foi publicado em setembro de 2024, com o nome Atualização das orientações para a atuação de psicólogas e psicólogos nas fases de preparação, resposta e reconstrução em desastres e lançado na *live* Saúde mental em tempos de urgências climáticas e desastres socioambientais: estratégias e enfrentamentos, realizada em 10 de outubro.

O documento foi resultado de um aprofundamento na consulta a especialistas e de uma revisão que possibilitou a inclusão de diretrizes para facilitar sua aplicação na prática profissional, ampliando seu escopo para abranger diretrizes referentes a desastres ambientais e garantir um maior alinhamento da Psicologia à gestão de riscos e emergências no Brasil, por meio do envolvimento de múltiplos atores.

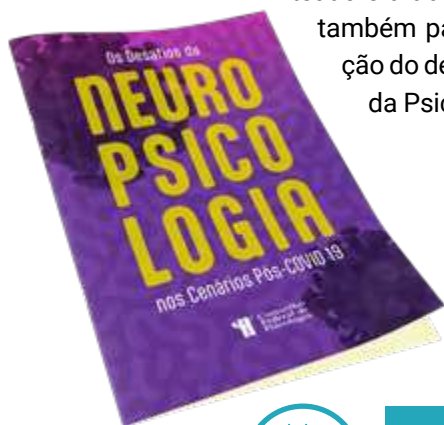


Clique aqui para acessar a nota técnica

Neuropsicologia nos cenários pós-Covid

O Grupo de Trabalho de Neuropsicologia do CFP elaborou a cartilha Os Desafios da Neuropsicologia nos Cenários pós-Covid 19. O documento apresenta estratégias de avaliação e cuidado neuropsicológicos para as pessoas na condição pós-Covid. O material foi oficialmente lançado no dia 31 de outubro, durante o 23º Congresso Nacional e Internacional de Neuropsicologia.

Com o fim da situação de emergência da pandemia, a Psicologia vem identificando sequelas psicológicas em adultos e crianças. A cartilha é um instrumento para alertar a categoria para um problema de saúde pública, ao mesmo tempo que aponta caminhos de avaliação e de intervenção nas situações pós-Covid. O Congresso contou com a participação significativa de profissionais, estudantes e pesquisadores implicados com a temática de Neuropsicologia. O lançamento da publicação durante o evento foi uma oportunidade para a divulgação do conteúdo e a abordagem do tema, mas também para fomentar a ampliação do debate, sob a perspectiva da Psicologia.



Clique aqui para
acessar a cartilha



Seminário sobre o uso da IA na Psicologia

O Seminário sobre Inteligência Artificial (IA) na Psicologia, realizado em 24 de outubro de 2024, abordou desafios e oportunidades trazidos pelo uso da IA na profissão. Durante o evento, foram discutidos temas como a aplicação da inteligência artificial na psicometria e avaliação psicológica, tendências na saúde mental, impacto na prática clínica e interações terapêuticas, além do papel da Psicologia na regulação e desenvolvimento de diretrizes éticas. Foram identificadas dificuldades no uso da IA no exercício profissional especialmente no que se refere ao sigilo profissional, uso de dados sensíveis e riscos de substituição inadequada da intervenção humana.

Por outro lado, ressaltou-se oportunidades relacionadas ao suporte administrativo, triagem e otimização de processos. Como estratégia para lidar com os desafios, foi criado um grupo de trabalho para construir propostas de regulamentação voltadas a evitar impactos negativos. O seminário consolidou um espaço interdisciplinar

para aprofundar as discussões sobre IA na Psicologia, fortaleceu a articulação entre o CFP, CRPs e instituições acadêmicas e resultou no desenvolvimento de diretrizes iniciais para regulamentação do tema.

Anticapacitismo é foco de resolução

O Grupo de Trabalho (GT) Orientação: Atuação Pessoas com Deficiência foi criado, em 2021, com o objetivo de elaborar uma resolução para o enfrentamento do capacitismo e uma nota técnica sobre a atuação profissional das(os) psicólogas(os) junto a essa população. Encontros periódicos foram promovidos para estruturar a minuta da resolução e da nota técnica, garantindo que fossem construídas de maneira participativa e baseada em evidências. Foram realizadas reuniões ampliadas com representantes dos CRPs para coletar contribuições, além da revisão de normativas existentes e de consultas a especialistas para embasar as propostas.

Durante as atividades do GT, observou-se um crescente interesse e mobilização para promover práticas inclusivas e enfrentar o capacitismo. Também foram percebidos desafios relacionados à falta de formação adequada e desconhecimento das legislações pertinentes entre os profissionais da área. Compreendeu-se, também, que a inclusão das pessoas com deficiência no processo de formulação de normativas é fundamental para garantir a legitimidade e a eficácia das propostas. A culminância do trabalho foi a aprovação da resolução e da nota técnica na APAF de dezembro de 2024, entendendo que o capacitismo é um problema estrutural e deve ser enfrentado por meio da educação e conscientização permanente das(os) profissionais de Psicologia. A resolução e a nota técnica serão publicadas em breve.

GT Interno sobre Acupuntura

Após reunião com o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP 06), localizado em São Paulo, o GT Interno sobre Acupuntura alinhou a posição do CFP sobre a não vinculação da prática da acupuntura à Psicologia. Está ressaltado que não há impeditivo para que a(o) psicóloga(o) utilize a acupuntura, mas, sim, que seja nomeado como especialista na área. Ademais, diferenciou-se especialização e especialidade, destacando que a primeira é uma formação e a segunda requer regulamentação.

Em outros termos, a Psicologia pode utilizar a acupuntura como prática complementar, mas sem vinculação de nomenclatura que configure uma especialidade inexistente. O CRP 06 manterá o posicionamento conforme a nota técnica, avaliando caso a caso. O diálogo sobre o tema ajudou a elucidar os pontos em aberto, bem como viabilizou um melhor entendimento sobre o uso da acupuntura no contexto da atuação profissional da(o) psicóloga(o). Tal alinhamento também contribui para uma orientação mais coerente e adequada no âmbito do CFP e CRPs.

Regulamentação para atendimento a pessoas surdas

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu, em 2024, a regulamentação da prática bilíngue no atendimento psicológico às pessoas surdas, resultando na elaboração de resolução sobre o tema. O GT de Pessoas Surdas coordenou a construção desse documento normativo por meio de reuniões técnicas,

oficinas híbridas e consultas públicas, assegurando que as diretrizes contemplassem acessibilidade comunicacional, tecnológica, física e atitudinal.

Entre as principais medidas adotadas, destacam-se a inclusão de diretrizes específicas para atendimento psicológico bilíngue, a adoção de ferramentas acessíveis e a promoção de formação continuada para profissionais da Psicologia. O processo resultou na aprovação da minuta pela APAF em dezembro e no encaminhamento para homologação e publicação em fevereiro de 2025. A formalização dessas diretrizes representa um avanço significativo na promoção da equidade e acessibilidade nos serviços psicológicos, fortalecendo o compromisso com a inclusão da comunidade surda e demais pessoas com deficiência auditiva.

Prática bilíngue no atendimento a surdos

O GT Pessoas Surdas elaborou, além da resolução, a nota técnica para orientar a prática bilíngue no atendimento à pessoa surda, aprovada na APAF de dezembro de 2024. A NT busca aprimorar a orientação e normatização do exercício profissional, ao mesmo tempo em que busca fortalecer a atuação ética e o respeito aos direitos humanos no atendimento a grupos historicamente vulneráveis, como pessoas com deficiência. Foram promovidas discussões técnicas aprofundadas, que resultaram na minuta da nota técnica, encaminhada para apreciação da APAF. A ação representa um avanço significativo na promoção de práticas inclusivas na área da saúde, contribuindo para a consolidação de diretrizes que defendem uma atuação profissional pautada na ética, na equidade e na acessibilidade.

Psicologia do Trabalho e das Organizações

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou, em 17 de julho de 2024, a Nota Técnica CFP nº 18, que apresenta orientações para o exercício profissional no campo da Psicologia das Organizações e do Trabalho (POT). O conteúdo foi divulgado durante a programação oficial do XI Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho (CBPOT), que reuniu, no Rio de Janeiro, especialistas na área para dialogar sobre o tema “Futuro sustentável do trabalho: decente, digno e com igualdade”.

Elaborada pelo GT Trabalho, Gestão e Saúde Psicosocial, a nota apresenta diretrizes atualizadas para a prática profissional em POT, com destaque para a questão ética, responsabilidade e atuação multidisciplinar, além de tratar da formação e afiliação ao Sistema Conselhos de Psicologia – composto pelo CFP e todos os 24 Conselhos Regionais (CRPs). A iniciativa foi bem recebida pelos profissionais da área, que destacaram a necessidade de maior regulamentação e suporte do CFP. Como resultado, a nota técnica reforçou a importância de regulamentações que orientem a atuação da Psicologia frente aos desafios do mundo do trabalho.



Clique aqui para
acessar a Nota Técnica



Orientação sobre uso assistido de psicodélicos

O Grupo de Trabalho Orientação e Regulamentação do Uso Assistido de Psicodélicos em Contexto Psicoterapêutico realizou no dia 13 de abril, um encontro preparatório para o congresso nacional homônimo, na sede do Conselho Federal de Psicologia. Participaram presencialmente representantes de cada CRP, dois especialistas *ad hoc* por região e nove integrantes do grupo de trabalho, além de convidados virtuais de entidades parceiras. A programação contou com duas mesas temáticas conduzidas cada uma por dois especialistas com expertise no assunto. Durante o evento, foram debatidos o uso terapêutico e o uso assistido da maconha e dos psicodélicos, consolidando as demandas da categoria por orientações e uma regulamentação adequada para tais práticas. O encontro preparatório se confirmou como uma etapa fundamental para subsidiar a realização do evento nacional.



Maconha e psicodélicos: ética, saberes ancestrais e os caminhos para atuação

Entre os dias 17 e 19 de outubro de 2024, o Conselho Federal de Psicologia, em parceria com a Fiocruz (DF) e o Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizou o Congresso Brasileiro de Psicologia - Maconha e Psicodélicos: ética, saberes ancestrais e os caminhos para atuação, um evento nacional de natureza científica e institucional destinado a discutir o uso assistido de psicodélicos em contexto psicoterapêutico.

Essa iniciativa, coordenada pelo GT Orientação e Regulamentação do Uso Assistido de Psicodélicos em Contexto Psicoterapêutico, faz parte do projeto de plano de trabalho institucional aprovado na APAF, em dezembro de 2023, que busca aprimorar a orientação e a normatização do exercício profissional nessa área, com base em parâmetros técnicos, científicos e éticos.

O evento nacional contou com mesas e fóruns temáticos, com debates sobre Marcos legais e políticas públicas; Psicoterapias e outras clínicas: dimensão ético-política – psicodélicos/cannabis; e Cultura, povos tradicionais e reparação social.

O Congresso contou com 475 participantes presenciais e, por meio das transmissões online, alcançou 13.885 espectadores assíncronos. A metodologia participativa dos fóruns temáticos possibilitou a elaboração de propostas que serão futuramente discutidas e, se pertinentes, incorporadas ao plano de trabalho do CFP.



Atualização da Resolução 18/2002

Durante o ano de 2024, CFP atuou na confecção da minuta voltada a atualizar a Resolução nº 18/2002, que estabeleceu as normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial, reafirmando seu compromisso com uma Psicologia Antirracista. Foram realizadas nove reuniões, entre virtuais e presenciais. A APAF de dezembro de 2024 optou por não apreciar a minuta e pediu que o grupo faça mais uma revisão do texto. Espera-se, com isso, garantir proteção e assegurar os direitos da população negra, bem como fomentar práticas antirracistas.

Espera-se ainda contribuir para a produção de saúde mental, a defesa dos direitos humanos e o combate ao racismo, ao mesmo tempo em que se promova a articulação com os Conselhos Regionais para ampliar a PRÊMconscientização sobre os temas debatidos, tanto entre os profissionais quanto na sociedade. Ressalta-se a necessidade de intensificar o diálogo com o movimento social e aprimorar os subsídios técnicos para a categoria, a fim de assegurar a eficácia das ações de enfrentamento à discriminação racial. O grupo de trabalho específico tem ainda o desafio de elaborar nota técnica para orientação em casos de enfrentamento ao racismo.

Enfrentamento das desigualdades étnico-raciais

O seminário (Re)existências brasis: relações étnico-raciais e o fazer Psi foi concebido para aprofundar o diálogo sobre os desafios da Psicologia no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais e na promoção de práticas antirracistas. Realizado em 21 de novembro, o evento proporcionou debates e a construção colaborativa de sabe-

res, reafirmando o compromisso da Psicologia, enquanto ciência e profissão, com ações que têm o objetivo de combater o racismo e promover a equidade. Durante o seminário, também foi realizada a premiação das práticas selecionadas na segunda edição do Prêmio Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista.

Os relatos e as discussões oriundos deste evento, juntamente com outras atividades correlatas, evidenciam a necessidade de viabilizar a continuidade dos diálogos e reflexões com a categoria e com a sociedade, fortalecendo o caminho para práticas cada vez mais inclusivas e comprometidas com a transformação social. O evento destacou, ainda, a campanha nacional Descolonizar corpos e territórios: reconstruindo existências Brasis, idealizada pela Comissão de Direitos Humanos do CFP, com o objetivo de revisitar e valorizar as contribuições afropindorâmicas e latino-americanas, enriquecendo tanto os saberes quanto as práticas da Psicologia e incentivando uma reflexão crítica sobre as relações de poder e das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira.



Versão comentada da Resolução 17/2022

Um grupo interno foi criado com o objetivo de elaborar uma versão comentada da Resolução CFP nº 17/2022, que dispõe sobre os parâmetros para práticas psicológicas em contextos de atenção básica, secundária e terciária de saúde. Ao longo de 2024, o grupo realizou sete reuniões, online e presenciais, para discutir e planejar a produção da resolução comentada, além de promover orientações direcionadas a alguns CRPs que enfrentaram dificuldades na aplicação da resolução.

Essas reuniões também contemplaram a revisão de propostas relativas ao processo formativo e a distribuição de tarefas, com o intuito de aproveitar a expertise dos integrantes em cada nível de atenção à saúde. No entanto, durante o primeiro semestre de 2024, verificou-se que o volume e a complexidade do trabalho ultrapassavam as possibilidades do GT, composto inicialmente por um *ad hoc* e três conselheiros. Apesar da ampliação do grupo com a inclusão de mais três integrantes *ad hoc*, algumas dificuldades no andamento dos trabalhos impactaram o cronograma e conclusão do trabalho, agora previsto para o ano de 2025.

Encontro formativo nacional sobre a Resolução 17/2022

O GT interno responsável por elaborar uma versão comentada da Resolução CFP nº 17/2022 tem dentre os seus objetivos a organização de encontro formativo nacional. Ao longo de 2024, houve ações de orientação a dois CRPs, discussão e revisão do plano de trabalho para planejamento do encontro que está previsto para 2025, em Brasília, com participação de integrantes de todos os CRPs e atores estratégicos fora do Sistema Conselhos, como o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), os Conselhos Estaduais dos Secretários Municipais de Saúde (Cnsems) e o Ministério da Saúde. O trabalho do GT reflete o compromisso com o aprimoramento da orientação e normatização do exercício profissional, conforme os parâmetros técnicos, científicos e éticos.

Seminário sobre Psicologia nas políticas penais

Nos dias 13 e 14 de setembro, o CFP realizou o seminário A Psicologia nas Políticas Penais: Temas Emergentes. O evento constituiu uma importante articulação para a construção de estratégias de orientação à atuação profissional, promovendo diálogos que incentivaram a reflexão e destacaram os desafios inerentes à interface entre Psicologia e políticas penais. Com o intuito de ampliar a discussão sobre a temática, foram realizados debates que abordaram tanto o histórico do Sistema Conselhos de Psicologia em relação ao sistema prisional, quanto os desafios atuais para a atuação da categoria, incluindo as questões de gênero nesse contexto.

As atividades do primeiro dia foram compostas por quatro mesas, transmitidas ao vivo pelo YouTube. O segundo dia foi dedicado ao público interno, composto por representantes dos 24 CRPs, e ao alinhamento de práticas no âmbito do Sistema Conselhos. Foram abordados o histórico das ações do CFP e CRPs em relação ao sistema prisional, os desafios da atuação da categoria, as questões de gênero e a articulação em torno de temas como plano de carreira para a categoria, exame criminológico e a regulamentação da polícia penal – com foco na resolução antimanicomial do CNJ (Resolução nº 487/2023) e no diálogo com o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop/CFP). O evento representou uma defesa consistente dos direitos humanos e a promoção da saúde mental, fornecendo subsídios técnicos para os profissionais da área.



Comissão consultiva do SAPP

O Sistema Aluizio Lopes de Brito de Análise de Compatibilidade de Práticas com a Psicologia - SAPP foi desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia com a finalidade de avaliar práticas no âmbito do exercício profissional da Psicologia. A comissão consultiva do SAPP realiza reuniões periódicas para viabilizar o acompanhamento das suas demandas. A partir das discussões e diálogos decorrentes dessas reuniões, os encaminhamentos e sugestões de ações que demandem análises mais específicas são reportados à Diretoria e ao Plenário do CFP, para a devida apreciação e deliberação.

Em 2024, a comissão realizou um total de sete reuniões presenciais. O diálogo sobre as demandas relacionadas ao SAPP tem auxiliado a comissão consultiva e o setor técnico a compreender melhor as particularidades e os aspectos implicados no Sistema, viabilizando, de forma processual, conhecimento, reflexões e desenvolvimento de estratégias para a sua melhoria.

SAPP

**SISTEMA DE ANÁLISE
DE COMPATIBILIDADE
DE PRÁTICAS COM A
PSICOLOGIA**

Aluizio Lopes de Brito

Aluizio

Ampliação do escopo de análise do SAPP

Apesar do SAPP ter completado um ano de lançamento em agosto de 2024, ele não vinha recebendo propostas efetivas de análise. Após diálogos entre a sua comissão consultiva, a Diretoria e o Plenário do CFP, optou-se por alterar a Resolução CFP 15/2023, para incluir a possibilidade de que o Plenário também demande o sistema para análise da compatibilidade de práticas com a Psicologia. A atualização da normativa demarca o exercício do papel consultivo do CFP e oportuniza a análise de práticas que são frequentemente objeto de consulta junto à autarquia, a exemplo da Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que foi a primeira prática reportada pelo Plenário ao SAPP.

O processo de análise encontra-se ainda em andamento, contando com a contribuição de especialistas convidados para fornecer subsídios relativos à prática e para a oportuna inserção das informações na plataforma do SAPP, viabilizando a sua análise dentro das etapas previstas. A partir de setembro de 2024, o SAPP recebeu duas solicitações efetivas de análise de práticas, por parte de entidades/grupos organizados. A consolidação do SAPP é processual e implica a constante análise e reflexão de fatores internos e externos, que também têm implicações no processo.

Atenção às mulheres em situação de violência

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a publicação Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, durante o Congresso da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), realizado em Belém (PA),



**Clique aqui para
acessar a publicação**

entre os dias 15 e 17/11. O lançamento da publicação em um evento da área, acompanhado de debates sobre o tema, em vez da simples distribuição, aproxima o CFP do seu público de referência e facilita uma reflexão mais efetiva e aprofundada sobre o assunto.

Dentre as atividades de lançamento, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), do Conselho Federal, adotou a estratégia de realizar *lives*, permitindo uma maior inclusão e acessibilidade. Além disso, optou-se por vincular esses lançamentos a datas comemorativas relevantes para os temas abordados. Os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) também divulgaram a publicação em suas redes sociais, ampliando ainda mais o seu alcance. A publicação conta ainda com a divulgação da versão digital, disponibilizada no site do CFP e nas redes sociais. O CFP ampliou o número de exemplares impressos e distribuídos a cada lançamento, passando de 1.500 para 3.500 exemplares.

Comissões do Crepop

O Crepop tem como objetivo central sistematizar e disseminar conhecimentos sobre a interface entre Psicologia e políticas públicas. Por meio das referências técnicas, é possível evidenciar a contribuição da Psicologia na elaboração e implementação de políticas públicas mais humanizadas, considerando a dimensão subjetiva que as embasa. Essa abordagem promove a interlocução da Psicologia com instâncias de formulação, gestão e execução de políticas públicas no país.

Ressalta-se, em 2024, o lançamento da Referência Técnica de Mulheres em Situação de Violência. Além disso,

COMISSÕES DO CREPOP EM 2024		
COMISSÕES	ESPECIALISTAS	REUNIÕES
Controle Social	7	5
Creas	6	2
Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	13	2
Gestores Suas	4	5
Idosos	6	4
Revisão da Metodologia	13	3
Mulheres	9	10
População em Situação de Rua	4	4
Povos Indígenas	3	3
Povos Quilombolas	7	2
TOTAL	72	40

as Referências Técnicas sobre Quilombolas e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos também estavam previstas para lançamento, que por questões de logística foi adiado. O processo de criação desses documentos conta com a colaboração de comissões especializadas, compostas por experts em cada tema. Em 2024, o Centro contou com dez comissões compostas por uma conselheira responsável pelo tema e um grupo de especialistas, conforme destacam os dados.

Atualização das RTs para atuação junto aos povos indígenas

Em 24 de abril de 2024, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a Nota às Referências Técnicas de Atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas. O evento ocorreu em Brasília, durante o Acampamento Terra Livre, e contou com a participação de indígenas psicólogas(os) e profissionais da área. A plenária abordou a saúde mental e o bem viver dos povos originários, destacando temas como representatividade indígena no Sistema Conselhos de Psicologia, a incidência política desses povos e a luta contra o Marco Temporal. O evento proporcionou um espaço de diálogo entre a comunidade indígena, estudantes e profissionais de Psicologia.

O documento amplia a discussão sobre a inserção da Psicologia nos espaços de incidência política dos povos indígenas, ao mesmo tempo que orienta uma atuação psicológica mais sensível e alinhada às realidades dos povos originários. O encontro de lançamento evidenciou a importância de um processo participativo e colaborativo na construção de documentos técnicos voltados às especificidades dos povos indígenas. O diálogo contínuo com lideranças indígenas é essencial para garantir que as

diretrizes da Psicologia respeitem a diversidade cultural e os modos de vida dos povos originários. Também se destacou a necessidade de garantir maior acessibilidade e difusão desses materiais nos territórios indígenas.

Relatório do XII Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou, em junho de 2024, o relatório do XII Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: interface entre Psicologia e populações em situação de refúgio, migração e apatridia. Durante o evento, especialistas, psicólogas(os) e representantes de instituições ligadas ao tema compartilharam experiências e conhecimentos. O lançamento do Relatório do Seminário consolidou as discussões e encaminhamentos resultantes das atividades realizadas.



Clique aqui para
acessar a publicação

Ao ampliar o debate sobre a responsabilidade da Psicologia na formulação de políticas públicas inclusivas, o relatório preenche uma lacuna sobre o tema no âmbito do CFP, representando um maior envolvimento de profissionais e entidades da Psicologia com a pauta migratória, consolidando diretrizes para a atuação nesses contextos. Ao mesmo tempo, reforça a articulação do CFP com outras instituições e movimentos sociais voltados ao tema, destacando a necessidade de continuidade do trabalho em rede. No período de 8 a 10 de novembro de 2024, o Conselho participou da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar), ampliando a circulação do relatório entre profissionais, acadêmicos e gestores de políticas públicas.



Modernização e fortalecimento do Portal PePsic

O Conselho Federal de Psicologia deu, em 2024, um importante passo na consolidação da retomada de Rede PePsic, iniciada no ano anterior. Uma das principais bases de dados científicos da Psicologia no Brasil, a rede passou a contar com um comitê gestor formal, responsável por reorganizar a plataforma e definir diretrizes metodológicas alinhadas às melhores práticas internacionais. Essas medidas garantirão padrões de qualidade e credibilidade às publicações. Para modernizar a plataforma, foram contratadas consultorias especializadas, que estão implementando tecnologias

avanzadas para aumentar a eficiência e garantir a atualização constante do portal.

Foi realizado também um levantamento detalhado das revistas desatualizadas, com o objetivo de regularizar suas publicações e manter o acervo completo e atualizado. Outro avanço significativo foi a abertura de um processo licitatório para converter o formato das publicações de HTML para XML, o que permitirá uma organização mais estruturada dos dados, facilitando a indexação em bases de dados internacionais e a ampliação da visibilidade das pesquisas brasileiras. A publicação de portarias e regulamentos trouxe maior transparência e segurança jurídica ao projeto, estabelecendo um marco regulatório claro para todos os envolvidos.

Diversidade sexual e gênero

O GT Diversidade Sexual e Gênero teve como propósito a atualização da Nota Técnica sobre o Processo Transsexualizador, com ênfase no atendimento a pessoas trans e não-binárias. Durante o ano de 2024, o grupo realizou reuniões virtuais e presenciais com representantes dos CRPs, com o objetivo de organizar e executar as ações propostas para a atualização do documento. O engajamento dos representantes regionais do GT, em parceria com os representantes do CFP, foi fundamental para fortalecer o diálogo e viabilizar a aproximação com movimentos sociais, contribuindo assim para o processo de descriminalização das identidades trans.

Uma nota técnica foi aprovada por unanimidade na APAF de dezembro de 2024, e se encontra em fase final de revisão para publicação. Nesse processo, evidenciou-se a necessidade de ampliar os diálogos com

o movimento social e de fomentar maior agilidade na revisão de documentos técnicos e normas voltadas à categoria profissional, reforçando o compromisso com a inclusão, o respeito e a dignidade das pessoas trans e não-binárias.

Atuação profissional para pessoas intersexos

Na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de maio de 2023 foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar uma resolução sobre atuação profissional para pessoas intersexo e outra sobre pessoas assexuais. O grupo participou efetivamente para a confecção da minuta de resolução que foi aprovada em APAF. O texto foi publicado na Resolução CFP nº 16/2024, que estabeleceu normas de atuação para a categoria profissional em relação às pessoas intersexo. Espera-se, com a normativa, garantir proteção e assegurar os direitos dessa população, bem como combater a atuação discriminatória e violenta. O grupo de trabalho segue ativo para confecção de uma resolução para pessoas assexuais.

Conteúdos do I Germinário

Em março de 2024, o CFP lançou a publicação do I Germinário Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências. O volume traz a íntegra das falas de mulheres psicólogas, acadêmicas e pesquisadoras realizadas durante o evento, promovido em 2022, como parte da programação do Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP). O material reuniu debates e reflexões sobre as diversas formas de violência que atingem as mulheres, bem como o papel da Psicologia no enfrentamento dessas questões. A obra apresentou análises críticas, experiências profissionais e práticas inovadoras que buscam fortalecer a atuação de psicólogas(os) na promoção de direitos, acolhimento e intervenção em contextos de violência de gênero.

O material destaca também a importância da articulação entre políticas públicas, academia e movimentos sociais para a construção de estratégias eficazes no combate às violências contra as mulheres. Integram ainda o livro documentos de referência na área, como a Nota Técnica de Orientação Profissional em Casos de Violência Contra a Mulher; a Resolução CFP nº 8/2020, que estabelece normas de exercício profissional da Psicologia em relação às violências de gênero; além da Carta do Sistema Conselhos de Psicologia em Defesa das Mulheres.



Clique aqui para
acessar a publicação

II Germinário Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências

Como parte das atividades alusivas ao mês internacional das mulheres e à luta pela igualdade de gênero, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu o II Germinário Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências. O evento foi realizado em 28 de março, na sede do Conselho Federal, em Brasília. Em sua segunda edição, o encontro reuniu mulheres especialistas para um amplo debate sobre o papel das(os) psicólogas(os) na promoção e defesa dos direitos das mulheres, dando ênfase a questões relacionadas à violência psicológica, sua manifestação, contextos e possibilidades de intervenção e enfrentamento.

O diálogo foi dividido em quatro mesas que fomentaram debates e reflexões sobre a diversidade temática que atravessa a constituição das mulheres e de questões que se apresentam no cotidiano da atuação da categoria. A discussão abordou o impacto das desigualdades de gênero, raça e classe e os desafios e estratégias para a atuação na prevenção, acolhimento e enfrentamento dessas violências, tendo resultado em propostas para fortalecer e aprimorar essas estratégias, reforçando o compromisso da Psicologia com a promoção dos direitos das mulheres.

Objetivo estratégico

Intensificar a atuação em prol da melhoria da qualidade da formação em Psicologia..

Resolução estabelece critérios para estágio

A resolução que estabelece normas de atuação para as psicólogas e psicólogos no exercício profissional de orientação, supervisão e coordenação de estágio foi aprovada na APAF de dezembro de 2024, como produto do GT de Estágio, e em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). A elaboração do texto teve início em 2019, sendo, portanto, uma das mais aguardadas pela categoria. Naquele momento, o CFP desenvolveu um documento de orientação para a realização dos estágios remotos por estudantes de Psicologia. Com o fim da pandemia, havia a necessidade de regulamentar os estágios, mas optou-se por aguardar a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais que também orientam essa área.

Em 2023, o CFP e a ABEP lançaram uma pesquisa para subsidiar a criação de critérios relacionados à atividade. Esses dados foram compilados e utilizados para nortear o trabalho do grupo na elaboração do texto. A Resolução de Estágio foi um avanço à medida que estabeleceu parâmetros para esta modalidade de atuação profissional que tem consequências diretas na formação de todas(os) profissionais de Psicologia. O texto final foi recentemente publicado por meio da Resolução CFP nº 05/2025.

Nota sobre função de preceptoria e cartilha temática

Além da aprovação da resolução sobre estágios, o Conselho Federal de Psicologia publicou, em 2024, outros dois documentos sobre a temática. A cartilha Orientação sobre Estágios de Graduação em Psicologia,



Clique aqui para
acessar a cartilha

desenvolvida em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), traz subsídios para a prática de estágios na graduação de Psicologia em instituições de ensino superior e atende a uma demanda antiga da categoria.

Já a Nota Técnica nº 31/2024 aborda o acompanhamento de estágios obrigatórios supervisionados na graduação a(o) profissional preceptora(or). Elaborada pelo CFP, por meio do GT de Formação, em parceria com a ABEP, a normativa tem como intuito elucidar a função de preceptoria, os contextos e a forma em que é utilizada.

INCIDÊNCIA POLÍTICA

Objetivo estratégico

Incidir politicamente nas diversas instâncias decisórias frente a projetos e propostas que assegurem condições mais adequadas ou que ameacem o exercício profissional.



Destaques da incidência legislativa no Congresso Nacional

Em 2024, o CFP participou de 21 eventos no Congresso Nacional, distribuídos entre audiências públicas para instrução de projetos de lei, seminários legislativos e reuniões de frentes parlamentares nas quais compõe o conselho consultivo. Os convites recebidos foram analisados em seu potencial de articulação às suas propostas prioritárias. Sobre a jornada de trabalho de até 30 horas, ocorreu a constituição de grupo de trabalho, composto pelo CFP, Federação Nacional de Psicólogos (Fenapsi) e Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT). Seus esforços de diálogos com a categoria resultaram em evento virtual, realizado em agosto.



A aprovação do PL 1214/2019 (jornada de 30 horas) na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, ocorrida em outubro, é outro marco. Essa é a esfera responsável por avaliar os impactos financeiros e orçamentários da proposta. Os estudos de impacto financeiro da implementação da jornada de até 30 horas e do piso salarial nacional foram finalizados e servirão de fundamento para as próximas ações de incidência.

A finalização da minuta de anteprojeto de lei para regulamentação da psicoterapia foi outro destaque do ano de 2024, assim como os esforços para designação de relatorias favoráveis no Senado Federal. O Conselho planeja campanha nacional pela regulamentação da prática que possa incidir diretamente na velocidade da tramitação da proposta.



Ainda, foram realizadas 11 audiências com parlamentares para tratar de projetos estratégicos que se encontram em fase final de tramitação (votação em última comissão e envio à sanção presidencial), como as propostas que estabelecem a obrigatoriedade de avaliação psicológica nas renovações da Carteira Nacional de Habilitação (PL 4111/2023) e a obrigatoriedade de assistência psicológica a atletas profissionais pelas instituições empregadoras (PL 7683/2017).

Articulação de ações de incidência legislativa

Em 2024, a capilarização das ações de incidência legislativa empreendidas a nível nacional constituiu atenção especial do CFP, com foco no compartilhamento de estratégias que ampliassem o seu potencial em nível estadual, destacando os territórios de origem de parlamentares estratégicos. Foram realizadas reuniões focais com conselhos regionais que contam com assessorias parlamentares.

Com o intuito de empreender estratégias formativas contínuas a todos, uma trilha de aprendizagem específica foi adicionada à Escola de Governança do Sistema Conselhos de Psicologia, projeto que garantirá o nivelamento de conceitos e ferramentas fundamentais a uma gestão devidamente orientada pelos princípios da gestão pública. Desse modo, qualificam-se as demandas direcionadas aos Poderes Legislativos de cada nível e se ampliam as possibilidades de resultados favoráveis à categoria profissional.

Regulamentação da psicoterapia

O Conselho Federal de Psicologia tem protagonizado, ao longo dos últimos anos, a discussão sobre o exercício da psicoterapia, contribuindo para a reflexão e orientação sobre a modalidade de intervenção clínica mais amplamente exercida por psicólogas(os) no Brasil, de acordo com o Censo da Psicologia Brasileira (2022). A categoria, de forma majoritária, tem pleiteado a exclusividade da psicoterapia para psicólogas(os). Para além deste debate, o CFP compreende que é fundamental qualificar a prática exercida pela categoria profissional.



A consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, munida de subsídios fornecidos pelo CFP, realizou estudo técnico e apontou a necessidade de definição sobre os profissionais, a formação específica para o exercício da psicoterapia e as competências próprias dessa prática. Diante do reconhecimento de que ela deve ser regulamentada como instrumento de defesa da sociedade, a consultoria sugere a necessidade de aprovação de uma lei regulamentadora. A assessoria parlamentar do CFP elaborou minuta de anteprojeto para regulamentação do exercício da psicoterapia, apresentada e aprovada na plenária de junho de 2024.

Objetivo estratégico

Incidir politicamente nas diversas instâncias decisórias frente a projetos e propostas que assegurem condições mais adequadas ou que ameacem o exercício profissional.



Uso de telas por crianças e adolescentes

A primeira ação por parte do CFP com relação à pauta do uso de telas foi a participação em um grupo de trabalho criado pelo Governo Federal para elaborar um guia sobre o uso consciente de dispositivos digitais para crianças e adolescentes. Em paralelo, o Conselho constituiu um grupo de trabalho interno sobre o tema, que contribuiu com a organização de um material contendo diversas recomendações e orientações, as quais foram entregues, em junho de 2024, ao GT governamental.

Além disso, o grupo interno irá subsidiar uma publicação do CFP de referência à categoria, com as considerações sob a perspectiva da Psicologia. A necessidade da construção de um guia surgiu da constatação do quanto o uso de telas tem afetado crianças e adolescentes de diferentes maneiras. Três reuniões virtuais e uma reunião presencial foram realizadas para divisão das tarefas. O Conselho Federal aguarda a publicação prévia do documento produzido pelo GT governamental, para que, posteriormente, publique o material específico.

Objetivo estratégico

Atuar de forma organizada para influenciar atitudes sociais, processos políticos e a formulação de políticas que promovam o exercício científico e profissional e o enfrentamento de desafios nacionais relacionados à Psicologia, bem como o desenvolvimento da sociedade

Psicologia alinhada aos direitos de pessoas trans

O Prêmio João W. Nery foi criado e lançado pelo CFP em 2023, para identificar, valorizar e divulgar a atuação de profissionais, coletivos, grupos e organizações que envolvam a Psicologia como prática profissional alinhada aos direitos da população trans. Inicialmente o edital do prêmio precisou receber alguns ajustes, acolhendo alguns pedidos da categoria e movimentos sociais. Os trabalhos foram devidamente avaliados e o resultado foi divulgado em 18 de outubro de 2024, no site do CFP.



A entrega da premiação foi realizada em 1º de novembro, em cerimônia marcada por relatos de luta que permearam os trabalhos selecionados. A atividade foi realizada durante o Seminário Resolução 01/1999 – 25 anos despatologizando a vida, no Brasil e no mundo, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do CFP no YouTube. Ao todo, foram premiados oito trabalhos, dos 33 recebidos, em três categorias (transafirmative, exclusiva para profissionais trans; cisaliades; e coletivas), distribuídos em três eixos temáticos. As(os) autoras(es) premiadas receberam R\$ 2 mil, além de placa celebrativa e certificado. Outras três iniciativas receberam menções honrosas.

Relatório do 1º Prêmio Sylvia Leser de Mello

Em 2024 foi publicado o relatório com artigos vencedores da 1ª edição do Prêmio Profissional Sylvia Leser de Mello, destacando práticas inovadoras para a Psicologia. A publicação do primeiro relatório trouxe ainda mais reconhecimento para os premiados na primeira edição do prêmio, contribuindo para evidenciar práticas inovadoras na Psicologia brasileira. A publicação contribui para estabelecer o Prêmio Sylvia Leser como referência para práticas inovadoras no Conselho Federal de Psicologia.



Clique aqui para
acessar a publicação



Entrega do 2º Prêmio Sylvia Leser de Mello

No dia 26 de junho de 2024, o CFP divulgou os vencedores da 2ª edição do Prêmio Profissional Sylvia Leser de Mello: Práticas Inovadoras no Exercício da Psicologia. Dos 35 trabalhos recebidos, seis foram premiados e outros quatro receberam menção honrosa. Durante o “Seminário Inteligência Artificial e Exercício Profissional da Psicologia”, em 24 de outubro, houve a cerimônia de premiação dos vencedores. O prêmio busca identificar, valorizar e divulgar estudos e experiências de psicólogos(as)(es) que representem avanços inovadores na produção de conhecimento em diversas áreas da Psicologia.

O prêmio possui três categorias: trabalhos originários de experiências ou produtos do trabalho profissional individual ou coletivo; trabalhos realizados em cursos de especialização ou de mestrado; e, por fim, experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em cursos de doutorado, pós-doutorado ou projetos de pesquisa. A publicação do relatório da segunda edição está em fase de produção.

Vencedores da 2ª edição do Prêmio Virgínia Bicudo

A entrega dos prêmios aos vencedores da 2ª edição do Prêmio Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista ocorreu no seminário (Re)existências brasis: relações étnico-raciais e o fazer Psi, realizado em 21 de novembro de 2024, um dia depois do Dia da Consciência Negra. Uma publicação do CFP com os trabalhos premiados e menção honrosa encontra-se atualmente em fase de confecção. Dos 31 trabalhos recebidos, 27 foram habilitados e analisados pela comissão avaliadora, composta por membros da Comissão de Direitos Humanos do CFP. Dentre os trabalhos analisados, seis foram selecionados para receber o prêmio, outros quatro foram reconhecidos com menções honrosas.

O Prêmio Virgínia Bicudo busca identificar, valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas, coletivos e grupos que envolvam a Psicologia e as relações étnico-raciais, fundamentadas nos direitos humanos e que tenham im-



pacto na saúde mental, na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista. Futuramente, serão avaliadas outras estratégias para fomentar a participação social nas ações de práticas antirracistas.

[Clique aqui para acessar a lista dos vencedores](#)

CFP recebe prêmio em reconhecimento à visibilidade trans

No dia 29 de janeiro, o Conselho Federal foi homenageado com o prêmio Fernanda Benvenutty, entregue pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em reconhecimento a iniciativas importantes e inovadoras para a visibilidade trans, a exemplo da Resolução CFP 01/2018, que orienta profissionais da Psicologia a atuar de modo que as travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias.

No mesmo dia, o presidente do Conselho, Pedro Paulo Bicalho, também integrou a IX Semana da Visibilidade Trans Hanna Suzart, promovida pela Rede Trans, juntamente com as psicólogas colaboradoras da Comissão de Direitos Humanos do CFP, Emily Mel e Alexander Moraes.

As atividades marcaram as celebrações dos 20 anos do Dia Nacional da Visibilidade Trans, e que contou com a participação do Conselho Federal de Psicologia. Como parte de uma agenda de atividades promovidas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans), o CFP marcou presença na 1ª Marsha Nacional pela Visibilidade Trans, em Brasília, em 28 de janeiro. O evento pretendeu ser a maior ocupação de pessoas trans e travestis do país já feita na capital federal.

Em defesa das populações vulnerabilizadas

Ao longo de 2024, o CFP atuou na promoção dos direitos humanos e em defesa de populações vulnerabilizadas por meio da sua Comissão de Direitos Humanos (CDH). Manifestou, por exemplo, repúdio aos ataques cometidos contra o povo indígena Pataxó Hã Hã Hãe no município de Potiraguá, no sul da Bahia, quando ruralistas se mobilizaram para atacar a Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu. Em março, o CFP aderiu à campanha 21 Dias de Ativismo Contra o Racismo, mobilizada por diferentes entidades públicas e organizações da sociedade civil. Em 26 de julho, o CFP realizou o diálogo digital Todas nós somos Virgínia Bicudo: mulheres negras na Psicologia por reparação e bem viver, dentro das atividades do Julho das Pretas, cujo objetivo é de dar visibilidade à luta das mulheres negras contra todas as formas de racismo, misoginia e violência.



Campanha Nacional de Direitos Humanos

Em 2024, a Comissão de Direitos Humanos do CFP deu sequência à realização de ações no âmbito da Campanha Nacional de Direitos Humanos. A região Sudeste sediou, em outubro, o primeiro encontro da série Giros Descoloniais, uma das ações da campanha da Comissão de Direitos Humanos, do CFP, e que tem como tema Descolonizar corpos e territórios: reconstruindo existências Brasis. A série tem como foco atividades de partilha e vivência junto aos coletivos e movimentos sociais, desenvolvidas por meio de mesas de debates, visitas técnicas e atividades culturais. Seus encontros aconteceram em 2024 e seguirão ocorrendo em 2025.



Clique aqui para acessar a série de podcasts

O primeiro encontro da série trouxe como tema violência de gênero e ocorreu em Belo Horizonte (MG). Em 21 de novembro, o CFP realizou o seminário (Re)existências Brasis: relações étnico-raciais e o fazer Psi, iniciativa que busca aprofundar o diálogo sobre os desafios da Psicologia no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais e na construção de práticas antirracistas. A atividade incluiu ainda o debate Psicologia, Relações Étnico-Raciais e os Novos Desafios na Contemporaneidade, abordando temas como justiça e racismo ambien-

tal, bem como a presença da branquitude nas relações raciais. Integrou também a programação a premiação da II Edição do Prêmio Virgínia Bicudo.

Em 23 e 24 de novembro, a CDH realizou o Giro Descolonial Norte 1: Política de Drogas e Racismo Ambiental, em Macapá (AP), promovendo o diálogo sobre políticas de drogas e racismo ambiental no contexto das Amazônias. Para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP) promoveu, no dia 10 de dezembro o lançamento da série especial de podcast Prosas Descoloniais, que conta com dez episódios que tratam da descolonização na Psicologia.

Defesa dos direitos da criança e do adolescente

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), representado pela conselheira Marina Poniwas, tomou posse, no dia 7 de fevereiro, como entidade presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão colegiado responsável pelo planejamento e monitoramento da política nacional de atendimento a esses dois grupos. Em 11 de março, psicólogas(os), estudantes de Psicologia, pesquisadoras(es) e trabalhadoras(es) das políticas públicas para crianças e adolescentes elaboraram um conjunto de propostas apresentado na 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA).

O CFP participou da 12ª CNDCA, realizada entre 2 e 4 de abril, quando foram avaliados os reflexos da pandemia da Covid-19 nesse segmento etário e em suas famílias. Além de estande com distribuição de publicações, o Conselho realizou rodas de conversa com profissionais da Psicologia e de outras profissões. O Conselho foi também ativo nas

atividades relacionadas ao 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, em Brasília/DF.

Em 12 de julho, uma ação inédita: resolução do Conanda veda o acolhimento de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas e propõe avanço nas políticas de desinstitucionalização. A normativa destaca o papel do Estado em garantir cuidado integral de forma humanizada e em meio aberto. Em julho de 2024, o CFP entregou ao Governo Federal um material contendo diversas recomendações e orientações sobre o uso adequado de telas por crianças e adolescentes.

Também em 2024, o Conanda publicou a Resolução 245/2024, sobre os direitos das crianças e adolescentes em ambiente digital. Em 23 de dezembro, foi aprovada pelo Conanda a Resolução 258, que estabelece diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, incluindo a regulamentação do acesso ao procedimento de aborto em casos já assegurados por lei.





Inclusão de profissionais da Psicologia na LDB

O CFP participou da Conferência Nacional da Educação 2024 (Conae), em Brasília, de 28 e 30 de janeiro. O foco esteve em duas importantes pautas para a categoria: a efetiva implementação da Lei 13.935/2019 e a oposição à abertura de cursos EAD na Psicologia. A mobilização da Psicologia e do Serviço Social durante a Conae, por meio da Coordenação Nacional para a Implementação da Lei 13.935/2019, teve como objetivo destacar a importância dessas profissões na construção da política educacional em todo o território brasileiro.

Também como parte dessa mobilização, ao longo de toda a Conae o Conselho Federal de Psicologia promoveu a distribuição de livros, cartilhas e relatórios relacionados à pauta da Psicologia no campo da qualidade da educação. O CFP participou, em 9 de maio, de uma



audiência pública na Comissão de Educação, da Câmara dos Deputados, sobre a inclusão de profissionais da Psicologia e do Serviço Social na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ementa do Projeto de Lei 3.599/2023, em tramitação na casa.

Em 25 de junho, o Ministério da Educação criou o grupo de trabalho para implementar lei que estabelece profissionais de Psicologia e Serviço Social nas escolas. A criação desse grupo foi resultado de articulação do CFP e teve como objetivo definir diretrizes para assegurar o efetivo cumprimento da Lei 13.935/2019. Também em junho, o encontro nacional promovido pelo CFP demarcou as dificuldades enfrentadas nas 24 Comissões de Educação do Sistema Conselhos de Psicologia. Entre elas, a necessidade da elaboração de materiais orientadores e formações continuadas, assim como a importância de sensibilização da sociedade civil e de

entidades de referência no tema, mantendo uma articulação política integrada. A atividade reuniu integrantes das Comissões de Educação de todos os 24 CRPs, bem como conselheiras(os) responsáveis pelo acompanhamento da temática em suas regiões.

Interface entre Psicologia e migração

O Conselho Federal de Psicologia realizou, em março, a Conferência Nacional Livre de Psicólogas(os) que atuam com Migração, Refúgio e Apatridia. A iniciativa buscou estimular a participação de profissionais da área nos processos de controle social no âmbito das políticas relacionadas ao tema, problematizando as especificidades na área e de que forma essa ciência e profissão pode contribuir no enfrentamento aos desafios que impactam esse campo. A atividade se inseriu entre as etapas previstas no regimento oficial da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (2ª Comigrar), organizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e realizada em Brasília/DF, entre 8 e 10 de novembro.

A Conferência Nacional Livre, organizada pelo CFP, contou com 246 participantes, que elencaram 30 propostas encaminhadas para a 2ª Comigrar. Já a cidade de Belo Horizonte recebeu, entre os dias 19 e 21 de junho, o 1º Congresso Brasileiro de Psicologia e Migração (CBPM), que reuniu importantes pesquisadores sobre o tema. O evento foi organizado pelo CRP Minas Gerais em conjunto com o CFP, e contou com apoio da PUC Minas e do Coletivo de Profissionais da Psicologia que atuam com migração (Psimigra).

Revogados títulos de membros honorários de agentes da ditadura

Em 2024 se deu o marco dos 60 anos do golpe civil militar que instaurou no Brasil uma ditadura que durou 21 anos, processo marcado por perseguições, torturas, mortes, desaparecimentos forçados e diversas outras formas de violência contra a liberdade, a dignidade e a vida humana. À época, a Psicologia brasileira, recém regulamentada, também foi fortemente impactada. Sua participação no enfrentamento e na resistência ao regime autoritário reflete-se em sua própria transformação como ciência e profissão ao longo das décadas.

Para marcar o 31 de março de 2024, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou uma ação histórica e que reafirma seu compromisso com a democracia e a defesa de direitos. A autarquia formalmente revogou, a partir dessa data, os títulos de “membros honorários do CFP” concedidos ao então presidente da República e general do Exército, Ernesto Geisel; e ao seu ministro do Trabalho, Arnaldo da Costa Prieto. A ação do XIX Plenário do CFP efetivou deliberação de dezembro de 2015 da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), do Sistema Conselhos de Psicologia, cuja aprovação para a revogação dos títulos se deu por unanimidade pelo pleno.

CFP é membro permanente da CNAIDS

Após cinco anos de interrupção, em 2024 o Ministério da Saúde reinstalou, em 4 de abril, a Comissão Nacional de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (CNAIDS) que atua contra epidemia de HIV, aids e infecções sexualmente trans-

missíveis. O CFP retomou o assento agora como membro permanente. O colegiado tem como objetivo atuar na elaboração das políticas públicas de controle dessas enfermidades, tendo como enfoque o alcance de respostas efetivas e eficazes para a proteção e promoção da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



Psicologia e direitos da pessoa com deficiência

Entre os dias 14 e 17 de julho, o CFP participou, em Brasília, da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (5ª CNPCD). O evento teve como objetivo discutir e articular propostas, estratégias e diretrizes para as políticas públicas na área, de modo a promover direitos e enfrentar desigualdades e todos os tipos de discriminação contra as pessoas com deficiências. A

perspectiva da Psicologia no enfrentamento ao capacitismo foi o fio condutor de diálogos propostos pelo CFP.

O estande do Conselho disponibilizou acesso a publicações, cartilhas e revistas relacionadas ao tema da conferência: Cenário atual e futuro da implementação dos direitos da pessoa com deficiência - construindo um Brasil mais inclusivo. Em 26 de junho, o CFP realizou atividade para tratar da atuação da Psicologia na inclusão das pessoas com deficiência. O encontro preparatório à 5ª Conferência Nacional sobre o tema foi realizado de forma on-line, com o nome: “A Psicologia na 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência”.

Psicologia e a Assistência Social

O CFP concluiu, em 19 de junho, o segundo mandato consecutivo no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 2022 a 2024. O Conselho segue acompanhando o CNAS na condição de observador e, também, atento ao processo de controle social do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS). Entre 10 e 12 de julho, em São Paulo, o CFP participou do 24º Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), encontro nacional de gestores da assistência social para discutir a efetivação de direitos, a ampliação de vagas e melhorias nas condições de trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Além disso, desde 2015, o Conselho Federal de Psicologia mantém a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas), regulamentada pela Resolução CFP nº 7/2020. Entre outras atribuições, a Conpas sugere estratégias de consolidação da Política Nacional de Assistência Social, executa deliberações do CFP sobre a assistência so-

cial, fomenta a participação da Psicologia em comissões, fóruns e conselhos sobre o tema, bem como organiza a Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS, que teve sua terceira edição em 2024. No ano, a Conpas apresentou atividades articuladas com o Sistema Conselhos e outras instituições da área de assistência social no Brasil. Foram realizadas seis reuniões, entre virtuais e presenciais, com representantes regionais da Conpas, para o planejamento e a organização de ações.



Mais um mandato para atuação junto ao CNDM

Em 2024, o CFP tomou posse, mais uma vez, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representado pela conselheira federal Obadeyi Carolina Saraiva. Ela dá continuidade à participação do Conselho, representado durante o triênio 2021-2024 pela conselheira e vice-presidente do CFP, Alessandra Almeida. A autarquia é uma das 21 entidades da sociedade civil selecionadas para

integrar o Conselho voltado à promoção dos direitos das mulheres. A gestão será para o triênio 2024-2027. O colegiado é voltado ao controle social e promoção de políticas públicas para essa população.

Objetivo estratégico

Articular esforços na luta pela melhoria da qualidade da formação em Psicologia, contemplando a pluralidade, a competência acadêmica e o compromisso com o aperfeiçoamento da sociedade, pautados numa perspectiva de direitos humanos plenos

Defesa da presencialidade na formação

As ações do CFP no Congresso Nacional resultaram na designação de três relatorias pelo posicionamento contrário à expansão dos cursos na modalidade EAD na área da saúde. Trata-se de relatorias vinculadas às três principais proposições em tramitação. Entre os argumentos defendidos junto aos parlamentares, destaca-se como políticas de acesso ao ensino superior não podem justificar a deterioração da qualidade da formação e a importância do desenvolvimento de habilidades e competências entre profissionais da saúde que só se dão na presencialidade.

Em paralelo, no âmbito do Poder Executivo Federal, os esforços do CFP e de outras entidades junto ao Ministério da Educação culminaram diretamente na publicação da Portaria nº 528, de 6 de junho de 2024, que determi-

nou, entre outras medidas, a suspensão do credenciamento de novos cursos até março de 2025. Além de dialogar com estudantes ao longo do ano, tornou-se nítida a urgência de produzir ações de comunicação direcionadas a toda a sociedade com o objetivo de destacar os riscos de uma formação profissional que não atenda às Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas - riscos esses não somente relacionados aos próprios estudantes, como também à população usuária de seus serviços.

ARTICULAÇÃO EM REDE

Objetivo estratégico

Ampliar a articulação e o diálogo com instituições e coletivos sociais que atuam em áreas de interface com a Psicologia como ciência e profissão.



Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) apoiou, em 2024, a implementação de atividades alinhadas ao planejamento estratégico do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB). Esse planejamento esteve estruturado em quatro eixos principais: comunicação institucional, articulação interinstitucional, incidência política e organização interna do Fórum. No primeiro eixo, o CFP adotou medidas para ampliar a visibilidade do FENPB, modernizando suas redes sociais e reorganizando seu site.

No eixo de articulação interinstitucional, o Fórum fortaleceu suas conexões com instituições nacionais e internacionais, ampliando o diálogo e a cooperação

em temas de relevância. Destaca-se, nesse contexto, a organização da live Sujeito da Angústia na Contemporaneidade: vivência e construções na América Latina, com a participação de psicólogos mexicanos e colombianos, realizado com apoio do CFP. Em incidência política, o Fórum promoveu ações voltadas à defesa dos direitos humanos e à valorização da Psicologia como ciência e profissão. Foram realizadas mobilizações e elaborados materiais em parceria com o CFP e outras entidades.

No eixo de organização interna, houve avanços na estrutura administrativa, incluindo a revisão do regimento interno, a atualização dos cadastros das entidades filiadas e a implementação de novos processos para otimizar a gestão e fortalecer a transparência do FENPB. Em 2024, o Fórum esteve presente em mais de 12 eventos nacionais, integralmente custeados pelo CFP.

Preparação ao Congresso Brasileiro de Psicologia 2025

O ano de 2024 foi marcado por atividades importantes preparatórias ao Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP), que acontecerá em 2025. O evento é promovido pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), com o apoio do CFP, e tem como objetivo ser um espaço para o diálogo entre ciência e profissão, reunindo a diversidade da Psicologia brasileira e promovendo o intercâmbio de conhecimentos e práticas que enriquecem o desenvolvimento da área.

O Congresso passou a ser trienal, permitindo que cada gestão do CFP organize uma edição, em uma região diferente do país. O CFP segue como um grande apoiador e coorganizador do CBP, reafirmando seu compromisso com a valorização da Psicologia como ciência e profissão. Essa parceria fortalece a atuação do FENPB e consolida o CBP como um dos principais eventos da Psicologia no Brasil, promovendo a integração e o desenvolvimento da categoria.

Psicologia na assistência social

Com objetivo de ampliar a articulação e o diálogo com instituições e coletivos sociais que atuam em áreas de interface com a Psicologia, foram realizadas 31 reuniões virtuais com representantes de cada Conselho Regional de Psicologia (CRP) para organização e realização de ações no campo da Psicologia e Assistência Social. A proposta central foi a realização da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS, com participação dos CRPs em parceria com a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas/CFP).

Diante dos desafios encontrados, a comunicação articulada entre os grupos regionais e outros espaços correlatos, mostrou-se como ferramenta potente. As reações percebidas indicaram a necessidade de ampliar os diálogos sobre o tema com a categoria. Assim, destaca-se a importância em participar de forma qualificada dos diversos coletivos institucionais, estimulando o envolvimento da classe, para garantir a efetividade das iniciativas e ações propostas.



3ª Mostra Nacional de Práticas em **PSICOLOGIA NO SUAS**

*O trabalho da Psicologia
na efetivação dos direitos
socioassistenciais*

Práticas em Psicologia no SUAS

Na perspectiva de ampliar o diálogo com instituições e coletivos que atuam em áreas de interface com a Psicologia na Assistência Social, foi realizada, em articulação com os CRPs, a 3ª edição da Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em cinco etapas: Aracaju (SE), nos dias 7 e 8 de junho; Campo Grande (MS), nos dias 14 e 15 de junho; Porto Alegre (RS), nos dias 5 e 6 de julho; Manaus (AM), nos dias 12 e 13 de junho; e, São Paulo (SP), nos dias 26 e 27 de junho.

Na etapa Nordeste, houve a participação efetiva de 116 pessoas e 54 trabalhos apresentados. A etapa Centro-Oeste contou com a participação de 88 pessoas e foram apresentados 24 trabalhos. A etapa Sul contou com 295 inscrições e teve a participação de 109 pessoas e 44 trabalhos apresentados. A etapa Norte reuniu um total de 55 participantes e foram apresentados 11 trabalhos ao longo do evento. E na região Sudeste, a participação foi de 176 pessoas e a apresentação de 42 trabalhos. O relatório da mostra será publicado em 2025.

Avaliação psicológica em congressos

Em julho de 2024, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) participou dos congressos do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) e da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo), quando foram apresentadas as ações desenvolvidas pela CCAP e pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) ao longo dos últimos 20 anos. A iniciativa teve como objetivo promover maior engajamento da categoria, dos estudantes de Psicologia e da comunidade acadêmica na valorização da qualidade dos testes psicológicos e no avanço da regulamentação da avaliação psicológica no Brasil. Além disso, buscou-se o reconhecimento da importância do sistema na garantia da qualidade dos instrumentos de avaliação, reforçando seu impacto na prática profissional e na valorização da Psicologia no país.

CRPs realizam seminários sobre a orfandade

Com apoio do CFP, os Conselhos Regionais de Psicologia, em articulação com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores, operadores

do Direito e ativistas, realizaram seminários regionais com a finalidade de propor estratégias de intervenção para a pauta de orfandade. Alguns desses encontros ocorreram nos CRPs de modo híbrido, permitindo o engajamento de diferentes atores. Foi identificada a necessidade de ampliar o diálogo e a conscientização sobre o tema, além de articulação com outras instituições para dar continuidade às atividades. Os eventos regionais foram realizados em 22 estados e culminaram em um evento final, de âmbito nacional, que ocorreu na Câmara dos Deputados, em Brasília, em novembro de 2024.

PICs e interfaces com saberes tradicionais

O CFP realizou, em 9 de março de 2024, o Encontro Interno sobre Práticas Integrativas e Complementares (PICs), na sua sede em Brasília. O objetivo foi a promoção de diálogo com órgãos e coletivos implicados com a pauta dessas práticas e da sua interface com os saberes e fazeres tradicionais e populares. O evento foi uma oportunidade ainda para apresentar e fomentar o conhecimento acerca dos objetivos, estrutura e funcionamento do Sistema de Análise de Compatibilidade de Práticas com a Psicologia (SAPP).

Participaram convidadas(os) da Rede de Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI); do Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde (Observa PICS); da Rede PICS Brasil; do Ministério da Saúde; e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), além de representantes vinculados aos saberes e fazeres de povos tradicionais, indígenas e quilombolas.



25 anos da Resolução CFP 01/99

Em 22 de março, a Resolução CFP 01/99, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(as) em relação à questão da orientação sexual, completou 25 anos. A normativa é um marco para a Psicologia brasileira. A resolução formalizou a compreensão de que a sexualidade é constituinte da identidade de cada sujeito e, por isso, as homossexualidades não constituem doença, distúrbio ou perversão. Para celebrar essa importante trajetória, o Conselho Federal de Psicologia realizou, ao longo de 2024, um conjunto de atividades.

A primeira delas aconteceu em 22 de março, data do aniversário de publicação da normativa, com o diálogo virtual “Resolução CFP 01/1999: 25 Anos Colorindo a Psicologia”. Em 17 de maio, Dia Internacional da Luta contra a LGBTQIA+fobia, dados sobre letalidade desta população foram apresentados ao Plenário do CFP. Durante a Parada do Orgulho LGBTQIA+, em São Paulo, o CFP e diversos CRPs estiveram presentes em debates e outras atividades. E finalmente, em 31 de outubro e 1º de novembro, foi realizado o seminário nacional de celebração, Resolução 01/1999 – 25 anos despatologizando a vida, ocorrido em Brasília.



Avanços na internacionalização da Psicologia brasileira

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), ao longo de 2024, promoveu a articulação com entidades representativas da área em diferentes países, com o estabelecimento de parcerias bilaterais e multilaterais. O objetivo é fortalecer a presença da Psicologia brasileira no cenário internacional, promovendo a troca de saberes, a difusão de boas práticas e a integração profissional com outros países da América Latina, Caribe, nações



de língua portuguesa e países de referência em campos de atuação específicos.

Entre os dias 10 e 11 de abril, um encontro binacional promovido pelo CFP e a Sociedade Cubana de Psicologia buscou contribuir para o desenvolvimento dessa ciência e profissão a partir do intercâmbio de práticas acadêmicas, profissionais e científicas entre os dois países. Cerca de 3 mil profissionais da área, docentes e estudantes participaram da formação promovida pelo I Encontro Binacional de Intercâmbio em Psicologia: Brasil e Cuba.

Em maio, o presidente do CFP integrou a delegação brasileira presente à 77ª Assembleia Mundial da Saúde. A experiência brasileira no campo da Neuropsicologia recebeu destaque no Congresso Global de Neuropsicologia, realizado na cidade de Porto, em Portugal, entre os dias 3 e 5 de julho, com a participação do CFP. Entre os dias 25 e 28 de junho, o CFP participou do IX Congresso Regional da Sociedade Interamericana de Psicologia, realizado em Arequipa, Peru. Durante o encontro, a incidência da Psicologia praticada no Brasil sobre as políticas públicas de Estado ganhou destaque.

Diálogo direto com profissionais, pesquisadores e estudantes

Em 2024, o CFP fortaleceu a sua presença em espaços de diálogo aberto com a categoria, pesquisadores e estudantes, por meio do envio de representantes da autarquia para as atividades de congressos, simpósios e seminários. Entre os dias 3 e 6 de julho, o tema “Profissionais da Educação: por uma Psicologia em defesa dos direitos humanos” impulsionou fóruns, conferências, mesas-redondas, simpósios, minicursos e trocas de saberes sobre práticas profissionais durante o 16º Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (16º CONPE), em São Paulo. O evento contou com apoio do CFP.

Entre os dias 16 e 19 de julho, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), do XI Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho (CBPOT). Organizado pela Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT), o congresso teve como tema “Futuro sustentável do trabalho: decente, digno e com igualdade” e buscou dialogar com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), sob a orientação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8.

Participação no Congresso Brasileiro de Saúde Mental

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou, no período de 15 e 17 de novembro, do 9º Congresso Brasileiro de Saúde Mental (CBSM), cujo tema foi Potências do bem viver: ancestralidade, diversidade e sustentabilidade. O evento ocorreu em Belém (PA), com a participa-

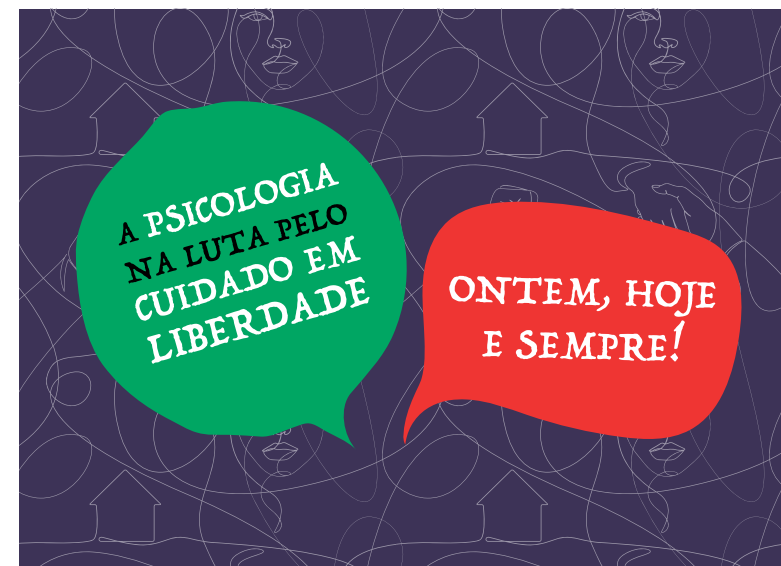
ção de profissionais que atuam nos serviços de saúde mental, pesquisadores, estudantes e autoridades. Seu objetivo foi discutir questões atuais da saúde mental, buscando uma compreensão mais ampla do bem-estar que transcenda a mera ausência de sintomas e envolva práticas de cuidado inovadoras e integrativas na rede de atenção psicossocial.

O CFP participou de mesas sobre temas como a perspectiva de feminismos e antirracismos decoloniais, a garantia de direitos e desconstrução de estigmas para populações LGBTQIA+, estratégias regionais na atenção psicossocial amazônica, o contínuo desafio da reforma psiquiátrica e a abordagem pelo cuidado em liberdade. A instituição também contou com um estande de distribuição de documentos para a categoria.

Pelo cuidado em liberdade

Para marcar o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em 18 de maio, o Conselho lançou a campanha “A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje e sempre”, destacando o compromisso histórico da Psicologia com o cuidado em liberdade. A campanha tem como objetivo reafirmar o compromisso do CFP com a luta antimanicomial, no sentido de contribuir e fazer avançar a reforma psiquiátrica brasileira, sempre em diálogo com a categoria para pensar as ações estratégicas futuras.

Como parte da campanha foi feito um levantamento nacional junto à categoria para identificar principais desafios que as(os) psicólogas(os) vivenciam cotidianamente nos atendimentos, bem como conhecer demandas e sugestões de profissionais quanto a estratégias que a



autarquia possa implementar para contribuir com a luta antimanicomial na atualidade. O levantamento alcançou 735 pessoas e registrou a falta de estrutura, baixo reconhecimento e baixa remuneração. Observou-se ainda queixas relacionadas à alta demanda, aos ataques à RAPS e à falta de estrutura e de pessoal. O relatório foi distribuído aos CRPs, e também durante o Congresso da Abrasme.

Em 2024 foi lançado edital para a realização da Mostra de Práticas de Cuidado em Liberdade e do Prêmio Nacional Cuidado em Liberdade. A mostra está prevista para ocorrer em maio de 2025, durante o Mês de Luta Antimanicomial. A premiação ocorrerá em setembro. Foi realizada uma live de lançamento da campanha e de resgate histórico da luta.

Participação do CFP em seminário em Roraima

Desafios e Perspectivas da Psicologia na Contemporaneidade foi o tema de seminário realizado nos dias 3 e 4 de outubro, para profissionais e estudantes de Psicologia, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista. As mesas de diálogo abordaram temas essenciais para a Psicologia, como sua contribuição na formulação de políticas públicas voltadas para a promoção do bem viver, além da atuação de psicólogas e psicólogos junto aos povos indígenas. Também foram compartilhadas experiências sobre o papel da Psicologia em crises humanitárias e migrações, com ênfase no contexto venezuelano e suas repercussões no Brasil. Outros pontos de destaque foram a discussão sobre os princípios da avaliação psicológica e os impactos neuropsicológicos da contaminação por mercúrio. No dia 4 de outubro, o evento contou ainda com o minicurso “Processos avaliativos na contemporaneidade: da perícia à produção de documentos”.

Reuniões Nacionais do Crepop

Ao longo de 2024, o Crepop realizou duas reuniões nacionais. Em abril, a atividade principal foi a preparação para a realização do levantamento nacional sobre a situação de implementação (ou não) das equipes de atenção primária (EAPs), grupos multidisciplinares de saúde que acompanham o processo de desinstitucionalização de pessoas inimputáveis. Outro ponto importante do evento foi o início das atividades da revisão da metodologia do Crepop, em seminário interno, para produzir uma avaliação institucional sobre o Centro, com a participação de pesquisadores de referência. Já em outubro aconteceu a segunda reunião nacional, quando foi reali-

zado o balanço do ano e apresentada e validada a prévia do trabalho da comissão de revisão de metodologia do Crepop. Também foi validado o plano de trabalho para o ano de 2025, que seguiu para apreciação em APAF.

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Objetivo estratégico

Fortalecer as estruturas físicas, tecnológicas e os processos de governança e de gestão do CFP e do Sistema Conselhos.



Processo eleitoral do Sistema Conselhos

No ano de 2023, foi instituído um novo grupo de trabalho para revisar e reescrever o regimento eleitoral e contratar consultoria especializada para auxiliar na elaboração dos novos termos das cotas. O trabalho desenvolvido ao longo de 2023 resultou na publicação da Resolução CFP nº 10/2024 e na Instrução Normativa CFP nº 01/2024, estabelecendo as diretrizes e normas para o processo eleitoral. Em novembro houve o início das atividades das Comissões Eleitorais Regular (CER) e Especial (CEE), além da Comissão de Ações Afirmativas e Heteroidentificação (CAAH), que tem a função de coordenar o processo de heteroidentificação e aferição das candidaturas inscritas nas reservas de vagas.

A CER é responsável por coordenar o processo eleitoral para os Conselhos Regionais, enquanto a CEE coordena a Consulta Nacional para o Conselho Federal. A deflagração do processo eleitoral em todo o Brasil teve início em setembro de 2024. Entre as ações internas, destacam-se a operacionalização de treinamentos, a criação do site das eleições, a implementação do sistema de votação e a contratação de consultoria jurídica externa e da auditoria externa para garantir a segurança e a transparência do processo. Trienalmente são realizadas eleições para os CRPs, bem como a Consulta Nacional (CFP).

Nova política de classificação de porte dos CRPs

No ano de 2024, o CFP publicou a Resolução nº 8, estabelecendo a classificação de porte dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) com base no percentual de psicólogas(os) inscritas(os) e ativas(os) em cada um, em relação à base nacional. A normativa define princípios para apoio administrativo e financeiro aos conselhos regionais, conforme os níveis de porte, com o objetivo de oferecer maior suporte aos CRPs menores. Assim, busca-se possibilitar que esses conselhos desempenhem suas atividades de orientação e fiscalização em condições mais equitativas em relação àquelas que já disponibilizam de uma estrutura maior.

A classificação de porte é composta por seis níveis, definidos da seguinte forma:

I – nível 1: até 1% da base nacional de inscritos e ativos;

II – nível 2: acima de 1% até 2% da base nacional de inscritos e ativos;

III – nível 3: acima de 2% até 4% da base nacional de inscritos e ativos;

IV – nível 4: acima de 4% até 7% da base nacional de inscritos e ativos;

V – nível 5: acima de 7% até 25% da base nacional de inscritos e ativos; e

VI – nível 6: acima de 25% da base nacional de inscritos e ativos.

A classificação será atualizada anualmente com base no número de profissionais inscritas(os) e ativas(os), conforme informado nos orçamentos dos Conselhos Regionais para o respectivo exercício.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

O CFP tem avançado na direção da adequação à LGPD. Em 2024, foi nomeada uma encarregada de dados com a função de aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências, além de orientar os servidores e contratados a respeito das práticas de proteção de dados pessoais; e outras atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares. Trata-se de um importante papel no fomento e disseminação da cultura da proteção de dados pessoais.

Outro avanço importante foi a implementação de um novo gerenciador de cookies para os sites e sistemas

do CFP, garantindo que reconheçam o usuário quando de sua próxima visita. Tudo em conformidade com a LGPD. O sistema foi compartilhado também com os CRPs. Simultaneamente, os sistemas e outros formulários utilizados pelo Conselho Federal estão passando por ajustes para atender aos requisitos de proteção de dados. E para os novos softwares tem sido adotada a implementação do Privacy by Design, que prevê medidas de segurança, técnicas de desenvolvimento e de operacionalização aptas a proteger os dados pessoais, desde a fase de concepção do projeto até a sua execução.

Oficinas de boas práticas em TI

Desde 2023, o Conselho Federal de Psicologia vem realizando o maior projeto de visitas técnicas aos regionais, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia do Paraná, promovendo oficina de boas práticas na utilização do Sistema de Gestão Cadastral Financeiro (BRC), do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, também, sobre a emissão das novas carteiras de identificação profissional (CIPs). Até 2024, a oficina passou por 21 conselhos regionais, em um investimento de mais de R\$ 730 mil.

Além da abordagem sobre as três plataformas, foram compartilhadas boas práticas no âmbito da gestão administrativa, de licitações e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Destacou-se ainda a análise da infraestrutura de tecnologia da informação dos Conselhos Regionais, além da realização de um diagnóstico completo sobre situação dos regionais visitados. Outro resultado que pode ser mensurado é o número de emissão de carteiras e o de disponibilização de serviços on-line, como boletos, certidões, declarações.

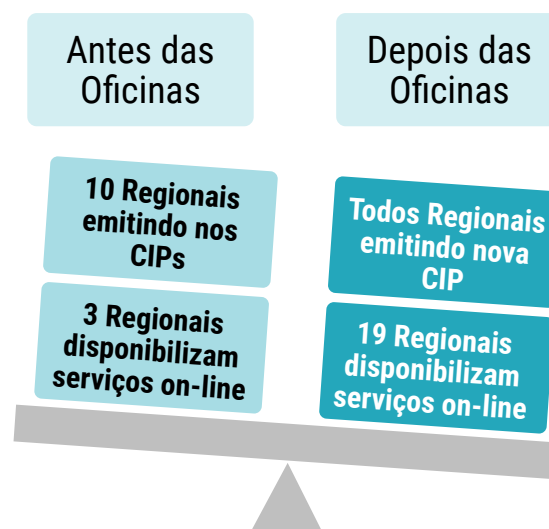


Figura - Antes e depois das oficinas

Transformação digital no Sistema Conselhos

A atenção mais sistêmica à Tecnologia da Informação (TI) no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia iniciou-se em 2016 em um encontro de técnicos de tecnologia da informação no Rio Grande do Sul. Desde então, avanços importantes têm se verificado na transformação digital da autarquia. Em 2024, foi aprovada a Política Nacional de Tecnologia da Informação (PNTI), que tem como diretriz a qualidade dos serviços públicos digitais disponibilizados a profissionais da Psicologia e à população. Outra diretriz é a integração digital entre o CFP e os CRPs, com a padronização dos recursos tecnológicos; a acessibilidade universal a serviços, informações, normativas e dados abertos administrativos autárquicos; e a segurança da Informação e Gestão de Riscos.

A política aprovada reúne estratégias para padronizar o uso e o controle de toda tecnologia do Sistema Conselhos, incluindo a contratação por parte do CFP de pessoal técnico especializado em TI para suporte, modernização e desenvolvimento das diversas áreas e estruturas de informática nos regionais. Também serão oferecidos recursos de infraestrutura básicos para a adequação dos CRPs aos requisitos mínimos exigidos pelo Governo Digital. A partir da PNTI, o Sistema Conselhos pretende estar adaptado às estratégias de TI definidas pelo Governo Digital (Lei 14.129/2021), como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI), dentre outras normas técnicas.

CFP enviou dados para o Receita Saúde

O Receita Saúde é um aplicativo da Receita Federal que emite recibo digital por consulta/serviço prestado pelos profissionais de saúde, pessoa física. Desde janeiro de 2025, ele passou a ser obrigatório. Para garantir que os recibos eletrônicos sejam de fato expedidos por profissionais de saúde, a Receita solicitou a todos os conselhos profissionais dessas áreas o fornecimento periódico de informações sobre os seus cadastros ativos. Essas informações passam a compor uma base de dados que alimenta o sistema do Imposto de Renda (IR), e servirá também como comprovante para as deduções das despesas na declaração do IR.

O CFP iniciou, em 2024, o envio mensal dos dados requisitados pela Receita Federal. Assim, a autarquia está contribuindo para o cruzamento das informações que irão indicar se o recibo foi registrado por profissional inscrito e ativo. Embora a emissão do recibo via Receita Saúde não fosse obrigatória em 2024, ainda assim

foram gerados 500 mil recibos pelo aplicativo. A Psicologia foi a categoria que mais emitiu neste ano, sendo responsável por 43,73% do total. A base de dados do Sistema Conselhos possui mais de 555 mil cadastros ativos. A região Sudeste concentra a maior parte, correspondendo a 53,22% do total. A segunda região com maior concentração é a Nordeste, com 18,09%.

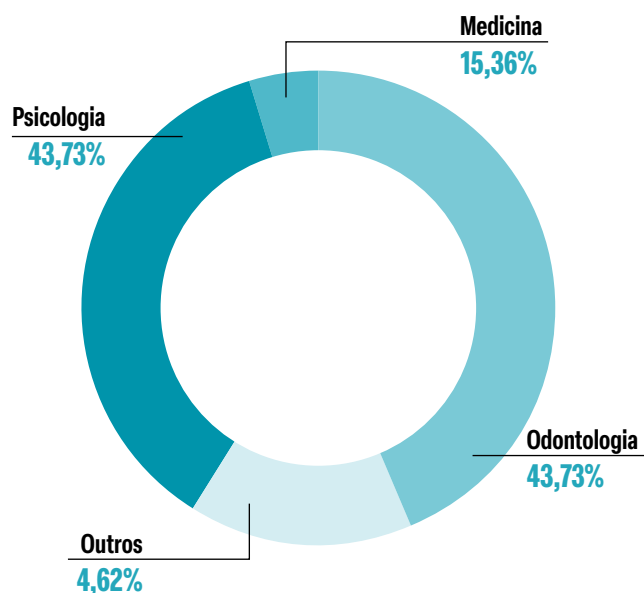


Gráfico – Emissão de recibos via Receita Saúde

Segurança da informação

O Conselho Federal de Psicologia tem realizado investimentos significativos no âmbito da segurança da informação, envolvendo a aquisição de equipamentos específicos e sistemas que auxiliam na gestão da segurança dos dados armazenados na instituição, no controle de acessos a rede de computadores, bem como

no monitoramento e execução para aprimorar a gestão de riscos. Em 2024, o CFP reestruturou as soluções de segurança e conectividade para absorver a adesão dos CRPs ao uso do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que está disponível em sua versão multi órgãos.

O Conselho Federal de Psicologia trabalhou ativamente em 2024 na análise e reestruturação de infraestrutura de TI e segurança da informação no Sistema Conselhos de Psicologia. Foram elaborados mais de 15 relatórios técnicos, em visitas aos Conselhos Regionais, contendo análise da situação, apontamento de benefícios e dificuldades técnicas, avaliação do ambiente e recomendações, e apontamento de custos para adequações de infraestrutura e segurança da informação.

Objetivo estratégico

Sistematizar e produzir conhecimentos que possibilitem gerar linhas de ação conjunta ou legados institucionais para o CFP e o Sistema Conselhos

Comissão organizadora do 12º Congresso Nacional de Psicologia

O 12º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) acontecerá no período de 3 e 6 de julho de 2025, em Brasília/DF, mas os preparativos para a sua organização tiveram início em 2022, com a definição da estrutura inicial do evento. O Congresso é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia, responsável por analisar, debater e aprovar as propos-



tas que definirão a construção coletiva do futuro da Psicologia brasileira.

O Congresso Nacional de Psicologia (CNP) é um evento trienal que reúne profissionais, estudantes e entidades da Psicologia de todo o Brasil para debater e definir as diretrizes da categoria. O regulamento e o cronograma do próximo congresso foram submetidos à aprovação da APAF e publicados em agosto de 2024. Em 2024 foi desenvolvida uma identidade visual moderna que reflete a diversidade e a relevância da Psicologia. Além disso, o site do congresso foi atualizado, tornando-se uma plataforma online mais acessível e funcional.

Foi definida uma equipe de acompanhamento dos Congressos Regionais de Psicologia (Corepsis), bem como elaborado o termo de referência para a contratação de uma empresa especializada, que ficará responsável pela sistematização das propostas recebidas nos Corepsis. O CFP também aprimorou o sistema E-CNP, utilizado para a inscrição e gestão de propostas, a ser utilizado em todas as etapas do congresso. Foram realizados treinamentos para qualificar a equipe de apoio e os representantes dos regionais.

Aprendizados em licitações e contratos

Durante o ano de 2024, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu a qualificação da equipe do setor de compras, o que reflete diretamente segurança nas contratações. Também foi aprovado o projeto de modernização do sistema de compras do Sistema Conselhos. Isso permitirá que as contratações sejam realizadas de forma centralizada no CFP, com abrangência nacional, beneficiando as 24 unidades regionais. A iniciativa visa padronizar produtos e métodos, gerando ganhos em escala e promovendo maior economicidade.

Dentre os aprendizados do ano estão a utilização de ferramentas de gestão, como o Plano Anual de Contratações, e a realização da análise de riscos das contratações para garantir que os contratos sejam geridos de maneira segura, eficiente e alinhados aos objetivos organizacionais. Podem ser destacados o foco dado à fase preparatória das contratações, à construção dos instrumentos de planejamento, de forma a garantir aquisições e serviços que atendam às necessidades da autarquia.

Outra importante ação realizada foram oficinas de qualificação e aperfeiçoamento no CRPs, voltadas para o novo regimento de contratações, conforme a Lei nº 14.133/2021. As oficinas foram conduzidas com ênfase nos pontos específicos e obrigatórios da legislação, levando em consideração as particularidades de cada regional. Em 2024, foram contempladas três unidades: CRP-14, CRP-20 e CRP-23.

45 anos da Psicologia: Ciência e Profissão

No ano em que a revista Psicologia: Ciência e Profissão completou 45 anos, foram realizadas as seguintes atividades comemorativas: lançamento dos perfis do periódico no Instagram e no Facebook; reformulação das informações no site do CFP sobre a política editorial e instruções para publicação; e a publicação do artigo História da Psicologia e Produção de Conhecimento, relatando o histórico desse periódico, na edição especial sobre os 50 anos do Conselho Federal de Psicologia. Foi realizado ainda um diálogo digital, no dia 23 de outubro de 2024, em Brasília, na sede do CFP.



PCP celebra 50 anos do Sistema Conselhos

Para marcar o cinquentenário do Sistema Conselhos de Psicologia, a revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP) publicou uma edição especial com 16 artigos. O material apresenta conteúdo que aborda aspectos da institucionalização do Conselho Federal (CFP) e dos Conselhos Regionais (CRP), bem como debates fundamentais para a história da Psicologia brasileira, como a reforma psiquiátrica, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a democratização do Sistema Conselhos por meio do Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e as questões de ética e orientação da categoria. A revista contou com a colaboração de quem fez e faz o CFP em diferentes momentos na história da autarquia.

Produção da PCP

Ao longo do ano de 2024, foram submetidos à Revista Psicologia Ciência e Profissão 624 artigos, dos quais 398 foram arquivados no crivo inicial, seis foram arquivados a pedido dos autores. Um total de 15 submissões foram selecionadas para a edição especial em comemoração aos 50 anos do CFP. Outros 205 artigos foram aprovados no crivo inicial e estão sendo avaliados pelos editores. Os artigos submetidos anteriormente e aprovados estão disponíveis em <https://www.scielo.br/j/pcp/grid>.



Clique aqui para acessar a edição da revista

CFP fortalece integração com os regionais

Ao longo de 2024, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) esteve presente em 70 ações promovidas pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). Essas participações, realizadas pela diretoria e conselheiras, representaram uma importante estratégia de integração institucional, promovendo a troca de informações e o alinhamento das ações. Essa atuação reforça o compromisso do CFP em fortalecer a interlocução com os regionais, contribuindo para a unidade e o fortalecimento da Psicologia brasileira.



Vídeo sobre a criação dos CRPs

Em 2024, foi concluída a edição de um vídeo que demonstra a expansão dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) no Brasil, desde a criação da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que instituiu o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os CRPs. O vídeo foi reproduzido na ocasião das comemorações do Dia da Psicóloga, na Câmara dos Deputados, em Brasília. O audiovisual faz parte do resgate da memória dos Conselhos Regionais de Psicologia, sendo alusivo aos 50 anos de criação da instituição.

Edital para subsidiar resgate da memória dos CRPs

Em fevereiro de 2024, foi lançado o edital de fomento nº 01/2024 que tem como objetivo conceder recursos financeiros aos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) elegíveis, para o fomento de atividades voltadas a difundir suas memórias institucionais e destacar ações que contribuíram para os avanços da Psicologia brasileira, bem como aspectos relevantes de suas trajetórias históricas. O propósito é subsidiar



as comemorações dos 50 anos nos CRPs. O CFP recebeu projetos de sete conselhos regionais, dos quais cinco foram aprovados. Entretanto, somente três solicitaram o reembolso das atividades realizadas. São eles: CRP/MS, CRP/PI e CRP/MA.

Atendimentos realizados em TI

Na área de Tecnologia da Informação e de Infraestrutura e Suporte em TI, foram realizados em 2024 mais de 2 mil atendimentos, tanto para o CFP quanto para os Conselhos Regionais. O Sistema Eletrônico de Informação (SEI) atualmente é utilizado pelo CFP e por mais oito regionais e gerou quase 40% dos atendimentos realizados pela equipe técnica. No ano, a TI do CFP prestou suporte à realização de cerca de 285 eventos, alocando mão de obra técnica, equipamentos de infraestrutura de TI e infraestrutura audiovisual, bem como coordenou e ordenou despesas junto às empresas terceirizadas prestadoras de serviços para realização de atividades diversas.

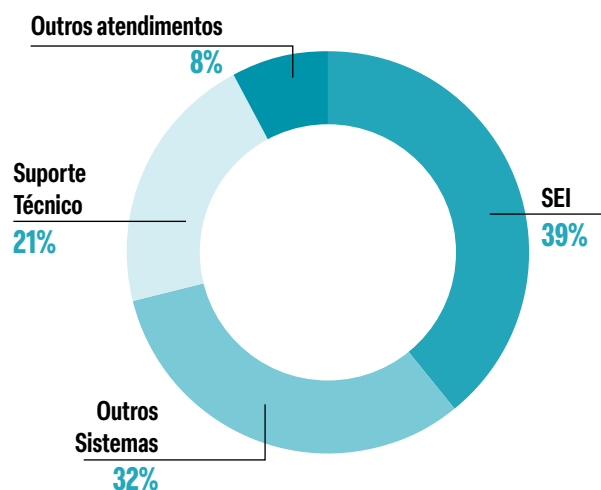


Gráfico – Atendimentos realizados em 2024

Nova carteira de identidade profissional (CIP)

Em 2024, todos os regionais foram habilitados para a emissão das novas carteiras de identificação profissional (CIPs), resultando no aumento de 324,34% no número de novas carteiras profissionais emitidas. A medida é mais um resultado do alto investimento do CFP na realização das oficinas nos Conselhos Regionais de Psicologia trouxe uma melhoria significativa na execução dos processos e disponibilização de serviços em meios digitais.



Figuras – CIPs emitidas por ano



Objetivo estratégico

Dinamizar a política e os processos de comunicação institucional (público interno e externo) do CFP.

Otimização e criação de recursos para mobilização no Legislativo

Em 2024, o CFP seguiu aperfeiçoando seus instrumentos de comunicação para a mobilização da categoria e de toda a sociedade no que se refere às ações de incidência legislativa. No Instagram, por exemplo, postagens indicam possibilidades concretas de ação, como a votação em consultas públicas, o envio de manifestações a parlamentares, o conteúdo de pareceres, notas de posicionamento e outros documentos que serviram de subsídio às ações. Destacaram-se os conteúdos relacionados aos avanços na tramitação dos projetos de lei sobre a jornada de até 30 horas; à defesa do aborto legal (campanha “Criança não é mãe!”); e na defesa da presencialidade da formação na área da saúde.

A participação da assessoria parlamentar em eventos promovidos pelas entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) foi outra estratégia importante de contato e mobilização junto à categoria. Ainda em 2024, além da otimização dos recursos já existentes, teve início a construção de uma plataforma inédita capaz de reunir um conjunto diverso

de recursos com alto potencial de mobilização. Nela estarão informações acessíveis sobre o processo legislativo, dados sobre parlamentares de cada estado, as suas comissões e, principalmente, detalhes atualizados em tempo real sobre todas as proposições legislativas, objeto das ações do CFP. O lançamento da plataforma está previsto para 2025.

20 ANOS DA REVISTA DIÁLOGOS

Os 20 anos da Revista Diálogos foram celebrados em cerimônia especial realizada em dezembro de 2024 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), com transmissão em tempo real para toda a categoria. A atividade reuniu conselheiras(os) do CFP, integrantes dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e representantes do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), bem como psicólogas e psicólogos que participaram da comissão editorial da Revista Diálogos ao longo de suas duas décadas.

Além de um panorama histórico sobre as duas décadas de publicação da revista, o encontro também marcou o lançamento da nova identidade visual do periódico e atualização de seu projeto gráfico. Uma série temática nas redes sociais também demarcou a trajetória do periódico e suas contribuições à Psicologia e o exercício cotidiano da profissão. Criada em 2004, a Revista Diálogos tem o propósito de fomentar debates acerca da realidade e dos desafios da atuação profissional da Psicologia nos seus diversos campos. A cada edição, são debatidos temas da atualidade, por meio de artigos, resenhas, entrevistas e reportagens.



Clique aqui para acessar a Revista Diálogos



16 reuniões plenárias em 2024

O Plenário, composto por todas as conselheiras do Conselho Federal de Psicologia (CFP), é o principal órgão deliberativo da instituição. Em 2024, foram realizadas 16 reuniões plenárias, incluindo sessões ordinárias e extraordinárias, nas quais são tomadas decisões importantes para a regulamentação e o desenvolvimento da profissão de psicólogo no país.

A organização dessas reuniões é de responsabilidade da secretaria executiva, que inclui a convocação dos conselheiros, o suporte físico, tecnológico e a promoção de interfaces com outros setores. Nos últimos anos, o fluxo das reuniões plenárias tem apresentado uma melhoria significativa, em razão de uma comunicação interna mais eficiente e a processos organizacionais melhor estruturados. Essa evolução tem contribuído para um funcionamento mais ágil e produtivo do Plenário, reforçando seu papel fundamental na governança do CFP.

Reuniões de Diretoria – Para além das Plenárias, também foram realizadas reuniões de Diretoria. Somente em 2024, ocorreram 25 reuniões, um número que reflete a intensa agenda de trabalho e a necessidade de um amplo esforço de organização por parte da Secretaria Executiva do CFP.

Difusão da produção técnica do Sistema Conselhos

Anualmente, o CFP disponibiliza recursos aos Conselhos Regionais de Psicologia para apoiar a produção técnico institucional do Sistema Conselhos de Psicologia. O objetivo é fortalecer a difusão de publicações elaboradas tanto pelos Regionais quanto pelo CFP, ampliando seu acesso pela categoria nas cinco regiões do país.

A iniciativa tem como base as diretrizes da Resolução 12/2018, que estabelece os critérios para o acesso aos recursos e a forma de prestação de contas. Em 2024, dez Conselhos Regionais participaram da ação, com a publicação de conteúdos voltados a fortalecer o exercício profissional da Psicologia e a atuação frente a desafios da atualidade.

A APAF teve três assembleias

A Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) é o principal fórum deliberativo dos CFP e dos CRPs. Em 2024, foram realizadas três assembleias: em maio, outubro e dezembro, com a participação de uma delegação de 111 conselheiras do Sistema Conselhos de Psicologia, em cada uma. Esses encontros foram marcados por discussões produtivas, encaminhamento de demandas e a aprovação de resoluções importantes para a categoria. Paralelamente à APAF, ocorre a Assembleia de Delegados, responsável por analisar e aprovar a proposta orçamentária e a prestação de contas anual do Conselho Federal de Psicologia. No dia anterior à APAF, são realizadas reuniões informais, porém historicamente consolidadas, entre presidentes e tesoureiros do Sistema Conselhos. O objetivo é qualificar as discussões e agilizar o andamento das deliberações durante a assembleia, contribuindo para um processo mais eficiente e bem fundamentado.





Reunião das diretorias do Sistema Conselhos

Em 2024, o encontro entre as diretorias do Sistema Conselhos ocorreu nos dias 3 e 4 de agosto, em Brasília, reunindo 100 participantes, dentre representantes dos 24 regionais e da Diretoria do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O evento se destacou pela ampla participação e pela troca de experiências entre os envolvidos. Embora não seja regimental, a reunião é uma iniciativa estratégica adotada pelo Plenário para promover discussões amplas e aprofundadas sobre temas que impactam todo o sistema. O principal objetivo desse encontro é alinhar a atuação das diversas instâncias do Sistema, garantindo uniformidade, isonomia e transparência no tratamento de questões específicas. A dinâmica das reuniões é flexível, adaptando-se aos temas em pauta e à necessidade de interação entre os diretores.

Portal da Transparência

O Portal da Transparência do CFP passou, em 2024, por algumas melhorias para atender a mudanças legais. Atualmente, o site está totalmente integrado ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), acessível para todos os cidadãos, que exibe os dados detalhados de Planos de Contratações Anuais, Editais e Avisos de Contratações, Atas de Registro de Preços e Contratos. A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021) atribui aos Conselhos Regionais e ao CFP a obrigação de divulgar as suas atividades no PNCP.

Seguindo as orientações da CGU, o Sistema Conselhos de Psicologia realizou, em 2024, uma consulta pública sobre o seu Plano de Dados Abertos, para coletar opiniões e identificar as necessidades da sociedade em relação aos dados disponibilizados. As contribuições recebidas foram fundamentais para definir as prioridades na abertura e disponi-

bilização à população. A consulta aconteceu no período de 31 de outubro a 18 de novembro, por intermédio da plataforma Participe Mais Brasil, e resultou em 74 contribuições recebidas, totalizando 4.884 votos, o que indica o grau de prioridade de abertura das bases de dados. O PDA foi publicado em 19 de dezembro de 2024.

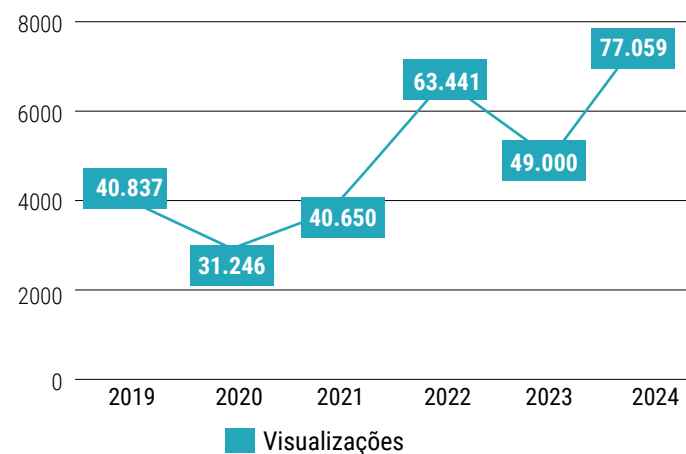
Nova política editorial da PCP

Foram atualizadas, em 2024, as informações sobre a política editorial e instruções para publicação na revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP). O conteúdo está disponível em <https://bit.ly/3XXhpNv>. Também foram criados os canais oficiais da Revista PCP nas redes sociais. No Instagram e Facebook, a revista passou a ter perfil próprio com conteúdos, ampliando a sua visibilidade junto à categoria e à sociedade.

Clique aqui para acessar os perfis da PCP no Instagram [@revistapcp](#) e no Facebook: [/revistapcp](#).

302.233

Acessos ao Portal da Transparência



Portal Atos de Ofício

Ao longo do ano de 2024 foi dada continuidade aos trabalhos referentes à implantação do portal Atos Oficiais, nos Conselhos Regionais de Psicologia, com o objetivo de divulgar resoluções, portarias e instruções normativas de forma segura, compilada e consolidada. Essa ação foi iniciada em dezembro de 2022, contudo, muitos CRPs ainda estão localizando atos normativos mais antigos, desde a sua fundação. Essa ação expressa o compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia com a manutenção, conservação, transparência e boas práticas de gestão documental.

Nove CRPs já disponibilizaram todos os seus atos normativos e a partir de agora passam à etapa de manutenção do portal. Os demais CRPs, além de atualizarem o portal com os atos recentes, continuam no processo de busca e disponibilização dos atos mais antigos. . No portal do CFP, especificamente, ao todo foram publicados 2.222 atos até dezembro/2024. Destes, 207 atos foram publicados ao longo de 2024. Durante o ano foram registrados 834.336 acessos. Os três atos mais acessados foram: Resolução CFP nº 006/2019; Resolução CFP nº 31/2022 e Resolução CFP nº 10/2005.



Clique aqui para acessar o portal dos atos oficiais do CFP

Objetivo estratégico

Promover o desenvolvimento profissional de modo a possibilitar o bem-estar e a ascensão técnico-profissional dos quadros do CFP.



Programa de Ações Afirmativas, Inclusivas e Reparatórias do Sistema Conselhos de Psicologia: Uma política de cuidado pela permanência e bem viver.

Programa de Ações Afirmativas do Sistema Conselhos

Em 2024, o CFP identificou o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) como parceiro ideal para implementação do Programa de Ações Afirmativas, Inclusivas e Reparatórias do Sistema Conselhos de Psicologia, devido à sua expertise em direitos humanos, igualdade de gênero e inclusão. Em dezembro de 2024, foi assinado um Memorando de Entendimento (MoU) com o UNFPA, formalizando a cooperação para fortalecer a política de ações afirmativas. O projeto será financiado com recursos do CFP e tem como objetivos promover a equidade, combater violências estruturais e garantir a representatividade no Sistema Conselhos de Psicologia. Essa iniciativa representa um avanço significativo na construção de uma gestão mais inclusiva e democrática.



Implantação da Escola de Governança

A APAF de maio de 2024 aprovou a implementação de um programa de formação em gestão pública no Sistema Conselhos de Psicologia, articulado pelo CFP e financiado com recursos do Fundo de Sustentabilidade. A Escola de Governança tem como objetivo capacitar conselheiras para a gestão dos Conselhos Federal e Regionais, considerando que a responsabilidade pública desses cargos exige conhecimentos específicos em gestão pública. Para a maioria, o aprendizado ocorre durante o exercício do mandato, envolvendo temas como modelos de gestão, liderança, processos organizacionais e relações de poder.

Ao longo de 2024 foram realizados avanços significativos para a concretização desse projeto. Foi criado um grupo de trabalho interno no CFP para elaborar as trilhas formativas que comporão o programa. Além disso, foram realizadas reuniões para identificar empresas ou instituições que atendam às premissas do projeto, ga-

rantindo a qualidade e a adequação da formação ofertada. Também foi feita pesquisa sobre a existência de programas similares em outros conselhos de classe, com o intuito de alinhar boas práticas e experiências já consolidadas. Atualmente, a implantação da Escola de Governança se encontra na fase final de contratação com a Fundação Dom Cabral.

Formação continuada em advocacy

Em junho de 2024, a equipe da assessoria parlamentar do CFP participou da Oficina de Atuação no Parlamento, promovida pela Câmara dos Deputados, com o objetivo de fornecer informações sobre o processo legislativo e as possibilidades de incidência por parte das organizações da sociedade civil. Apesar de todo o conteúdo da proposta pedagógica já ser de conhecimento do quadro funcional, a experiência se mostrou importantíssima no sentido de oportunizar diálogos com diferentes equipes técnicas da casa legislativa e com diversas instituições que compartilham agendas e objetivos, além de indicar potenciais formações avançadas.

Capacitação da equipe da revista

A equipe técnica da secretaria da revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP) e a editora chefe, Neuza Guareschi, participaram do Encontro ABEC Meeting 2024, realizado no período de 5 a 7 de novembro, em São Paulo. Este é o principal evento no Brasil para editores científicos e profissionais envolvidos no processo de publicação acadêmica. Foi uma oportunidade para discutir tendências, compartilhar conhecimentos e estabelecer parcerias estratégicas no campo da editoração científica. O encontro foi importante para qualificar e preparar

a equipe para as novidades do campo da editoração científica (ciência aberta, uso de inteligência artificial etc.). A expectativa é de que novos projetos sejam desenvolvidos para o aprimoramento do periódico.

RECURSOS APLICADOS NAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia têm como principal função orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de psicólogo(o) em obediência ao que dispõe a Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971.

As atividades de fiscalização são coordenadas a nível nacional, e sua execução realizada de forma regionalizada por seus respectivos Conselhos. Não sendo implementada diretamente pelo Conselho Federal de Psicologia, a autarquia não tem custos diretos na função fiscalizadora.

Os custos das atividades de fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia são apurados e demonstrados individualmente nos relatórios de gestão de cada conselho regional.

Para as funções de orientar e disciplinar, o CFP apura os custos diretos aplicados no decorrer do exercício. No ano de 2024 o CFP direcionou um total de R\$ 23.126.954,83 diretamente em atividades relacionadas à orientação e disciplina do exercício profissional.

ATIVIDADES FINALÍSTICAS	VALOR APLICADO (R\$)
Plenárias	1.698.565,83
APAF	2.571.996,46
GTs da APAF	1.459.378,65
PEPSIC	230.868,95
FENPB	489.611,17
CNP	107.694,69
CBP	88.830,01
Ações Afirmativas	31.616,91
Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita)	224.720,92
Patrocínio e Apoio Institucional	909.888,66
Representações do CFP - Controle Social e Relações Institucionais	1.290.391,09
Apoio a Ações e Eventos das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira	77.225,79
Participação de delegação do CFP em Congressos e Simpósios	1.007.398,46
Apoio a eventos de organizações da sociedade civil organizada	197.475,87
Incidência, mobiliz. e articul. da categ. p/ controle social de polít. púb.	552.555,80
Comissão de Direitos Humanos do CFP	450.262,58
A Psicologia na promoção e garantia dos Direitos Humanos	503.326,45
Co-organizações de ações com Fóruns e Ent. Prof. e da Sociedade Civil Organizada	15.246,50
Ações relacionadas aos direitos humanos no exercício profissional	46.905,06
Ações voltadas à orientação dos CRPs	665.322,90
Eventos estratégicos	206.614,08
Comissão Consultiva Avaliação Psicológica - CCAP	293.380,02
CONPAS	254.947,49
Sistema da Avaliação de Práticas Psicológicas - Aluizio Brito - SAPP	156.044,87
Prêmios Profissionais	252.695,99

ATIVIDADES FINALÍSTICAS	VALOR APLICADO (R\$)
GTs internos	275.327,53
Revista Psicologia Ciência e Profissão	234.359,65
Memória da Psicologia Brasileira	96.150,56
Censo da Psicologia Brasileira	818.230,96
Política Nacional de COEs e COFs	2.369.455,12
Planejamento e Organização dos Processos Internos	34.385,86
Revista Diálogos	580.568,20
Publicações dos Conselhos Regionais	382.828,44
Divulgação Institucional	1.589.436,43
Incidência Política no Congresso Nacional	245.533,17
CREPOP	1.275.178,61
Projeto Ouvidoria	161.650,99
Confecção/certificação nova CIP	1.265.455,72
Outros Programas*	15.428,39
TOTAL	23.126.954,83

* Ações relacionadas à atuação profissional em políticas públicas; Especialidades de Psicologia e Concurso de Especialistas; Evento Nacional de Mediação; Assistência técnicas SOE-CRs; e Sistema integrado aos portais dos CRs, redes sociais e e-CIP.

Gastos com Verbas Indenizatórias

O Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) é composto por **22 conselheiras (os)**, sendo **9 efetivas (os)**, **9 suplentes e 4 convidadas(os)**. Como esses cargos são honoríficos, as (os) conselheiras (os) não recebem remuneração pelo exercício de suas funções, sendo ressarcidas (os) por meio de **verbas indenizatórias**.

As **verbas indenizatórias** pagas às (aos) conselheiras (os) e colaboradores incluem: **diárias, auxílio representação e adicional de embarque e desembarque**. Já para as (os) funcionárias (os), são pagos diárias e adicionais de embarque e desembarque para atividades desenvolvidas fora do Distrito Federal.

No exercício de **2024**, o CFP desembolsou:

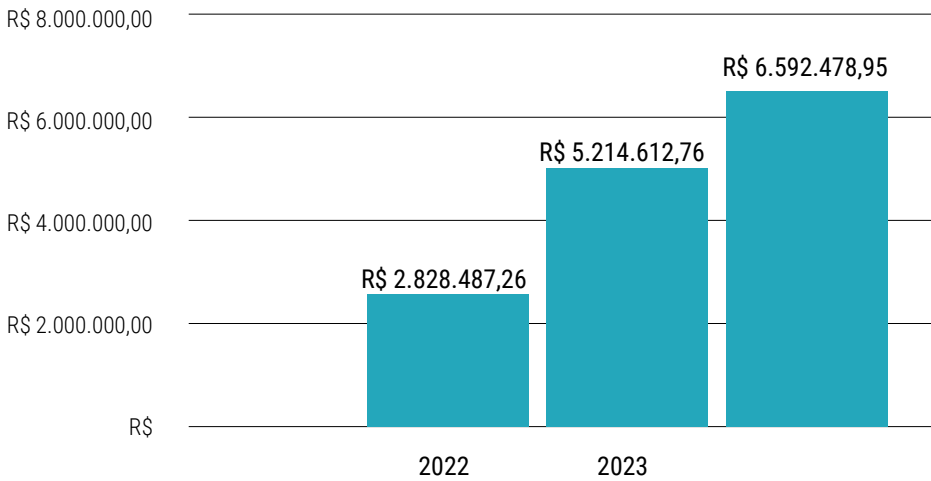
- **R\$ 5.797.793,95** em diárias;
- **R\$ 137.200,00** em auxílio representação;
- **R\$ 657.485,00** em adicional de embarque e desembarque.

O total de verbas indenizatórias pagas em 2024 foi de **R\$ 6.592.478,95**

VERBAS INDENIZATÓRIAS PAGAS EM 2024 (R\$)				
	Funcionários	Colaboradores	Conselheiros	Total
Diárias	750.763,85	3.412.635,27	1.634.394,83	5.797.793,95
Auxílio Representação	0,00	88.950,00	48.250,00	137.200,00
Adicional de Embarque e Desembarque	48.875,00	459.680,00	148.930,00	657.485,00
TOTAL	799.638,85	3.961.265,27	1.831.574,83	6.592.478,95

Valores referente a verbas indenizatórias pagas pelo CFP em 2024.

Comparativo do pagamento de verbas indenizatórias dos três últimos exercícios



O gráfico mostra o aumento dos pagamentos de verbas indenizatórias pelo CFP entre 2022 e 2024. O total passou de R\$ 2,8 milhões em 2022 para R\$ 5,2 milhões em 2023 e R\$ 6,5 milhões em 2024, refletindo maior participação em atividades institucionais e deslocamentos fora do estado de residência.

Despesas de Pessoal – Exercício 2024

Em 2024, o Conselho Federal de Psicologia registrou um total de **R\$ 31.626.175,30** em despesas com pessoal, abrangendo servidores efetivos e comissionados. Esse valor representa um **acréscimo de 14,25%** em relação ao ano anterior.

A distribuição dos gastos ocorreu da seguinte forma:

- **Remunerações:** R\$ 20.915.395,10
- **Encargos:** R\$ 6.263.738,00
- **Benefícios:** R\$ 4.447.042,20

Evolução da Despesa de Pessoal – Últimos 5 anos

Evolução da Despesa de Pessoal (Em R\$)		
Exercício	Valor	Var. %
2020	17.383.334,00	-
2021	17.840.875,20	2,63%
2022	22.800.943,64	27,80%
2023	27.681.401,81	21,40%
2024	31.626.175,30	14,25%

O crescimento dessas despesas reflete fatores como **reajustes salariais, novas contratações e impactos de encargos e benefícios**, mantendo a tendência de aumento observada nos últimos anos.

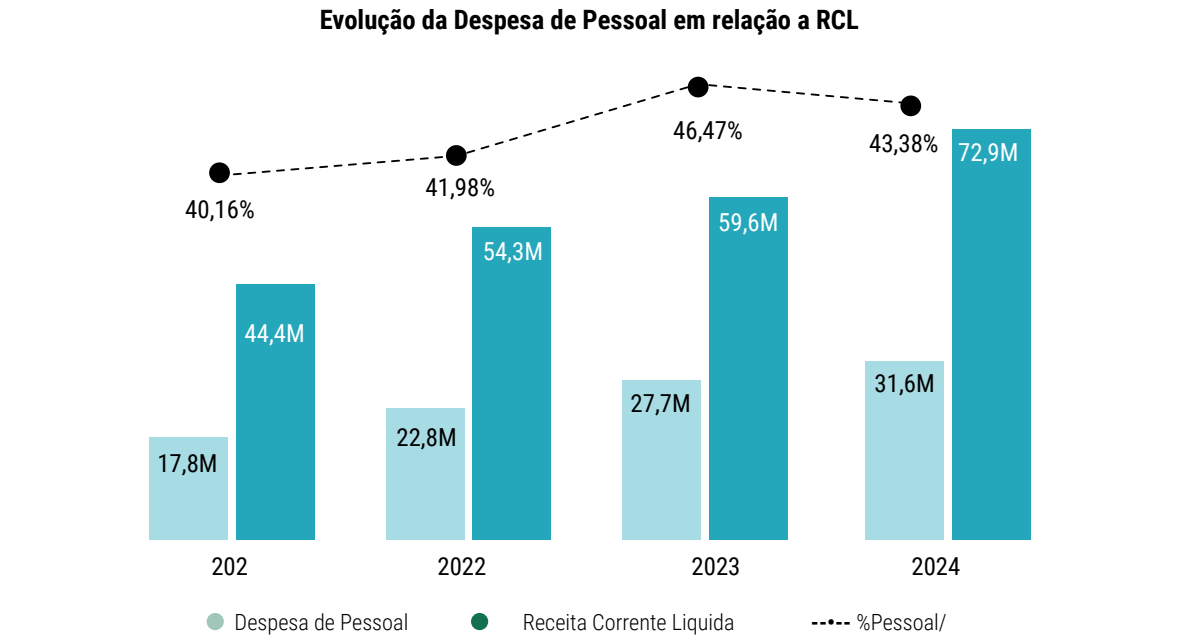
Mão de Obra Terceirizada

Em 2024, além das despesas com pessoal, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) contratou serviços terceirizados para as funções de copeiro, auxiliar de serviços gerais, auxiliar em secretariado e recepcionista, totalizando um gasto de R\$ 782.744,74 .

Percentual da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – Exercício 2024

No exercício de 2024, as despesas de pessoal do Conselho Federal de Psicologia representaram 43,38% da Receita Corrente Líquida (RCL). Ao longo dos últimos cinco anos, a variação do percentual de despesa de pessoal sobre a RCL manteve-se dentro de um patamar estável, oscilando entre 40,16% (2021) e 46,47% (2023).

Ano	Despesa de Pessoal	Receita Corrente Líquida	%Pessoal/Receita
2020	15.981.853,78	37.984.646,54	42,07%
2021	17.840.875,20	44.428.012,81	40,16%
2022	22.800.944,00	54.309.212,00	41,98%
2023	27.681.401,81	59.562.877,66	46,47%
2024	31.626.175,30	72.896.579,77	43,38%



O gráfico compara a evolução da despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) de 2021 a 2024. Em 2023, o percentual foi de 46,47%, enquanto em 2024 caiu para 43,38%, apesar do aumento da despesa de pessoal. A queda ocorreu devido ao crescimento da RCL, mantendo o índice abaixo de 50%, demonstrando equilíbrio fiscal.

COMUNICAÇÃO

Como parte do processo de assegurar transparência e de promover informação qualificada à categoria e ao conjunto da sociedade, o Conselho Federal de Psicologia conta com diversos canais e instrumentos de comunicação institucional.

Para além de dar visibilidade às diversas ações e atividades desenvolvidas, o CFP promove comunicação enquanto política de Estado – atenta, portanto, aos princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade e da eficácia, bem como ao seu importante papel para o acesso à informação e o exercício da cidadania.

É um campo estratégico que busca fortalecer a qualificação profissional, bem como o posicionamento da Psicologia como ator relevante na esfera pública, realçando a importância dessa ciência e profissão.

Entre seus instrumentos de ação estão website institucional, perfis nas redes sociais (Instagram, Facebook e Twitter), canal no YouTube, e-mail marketing, além de relacionamento com a imprensa.

WEBSITE (SITE.CFP.ORG.BR)



Dentre os conteúdos disponíveis em nosso website estão dados sobre as gestões, normativas e leis, publicações e outros instrumentos voltados à orientação e qualificação profissional.

É possível ainda acessar serviços como o Cadastro Nacional de Psicólogos, Cadastro e-Psi, tabela de honorários, informações sobre orientação e ética e sobre título de especialista.

A página reúne também notícias, publicações e produções multimídia que auxiliam o exercício profissional, função institucional do CFP.

229 notícias
publicadas
em 2024

Média de
1 matéria
a cada dia útil

3,4 MILHÕES
de views

REDES SOCIAIS

Ao longo de 2024, o CFP mais uma vez identificou crescimento no acesso a seus canais e perfis de comunicação nas redes sociais. Esse incremento responde a um processo de aperfeiçoamento da estratégia de comunicação definida pelo Plenário CFP 2023-2025, no início de seu mandato, que busca fortalecer o uso desses meios como ferramentas de promoção da missão institucional da Autarquia e dos princípios que norteiam o seu código de ética.

O Instagram é a rede social que registra a maior audiência do Conselho Federal de Psicologia. Até o final de 2024, o perfil registrou o total de **542 mil seguidores**, sendo 126.910 de novos usuários.

Para além do aumento da base de seguidores, o crescimento também foi verificado quando se analisa as interações com os conteúdos publicados. O Instagram teve um **aumento expressivo no alcance** – ou seja, distribuição orgânica de seus conteúdos. Em 2023, esse índice foi de **1,8 milhão**; em 2024, saltou para **11,2 milhões**.

- A publicação de maior alcance registrou a marca de **3,2 milhões de visualizações** – o que corresponde a **sete vezes mais** o número de seguidores à época, o que denota a

	Seguidoras(es) total 542 mil <i>(16% de crescimento em relação a 2024)</i>	Alcance do Instagram* 2024: 11,2 mi 2023: 1,8 mi <i>(crescimento de 23,1% comparado com 2022)</i> <i>*Distribuição orgânica do conteúdo, ou seja, sem pagamento ou outros mecanismos para turbinar a postagem. que foram turbinados.</i>	Novas seguidoras(es) 126.910 <i>* Número de curtidas ou reações, salvamentos, comentários, compartilhamentos e respostas no seu conteúdo, incluindo anúncios.</i>
	YOUTUBE 93.917 inscritas(os)	Crescimento em comparação com 2023: 7,9 mil novas(os) inscritas(os)	34.298 horas de exibição
	X (TWITTER) 47.841 seguidores	335 tweets em 2024* <i>*Em função das alterações promovidas pela X, não é mais possível identificar o total de interações na plataforma.</i>	1.207.357 exibições da miniatura para espectadoras(es)

Ação em Destaque

Campanha de Mídia Mês da Psicologia

Uma campanha voltada a fortalecer o reconhecimento e a valorização do trabalho de psicólogas e psicólogos foi a ação de comunicação do CFP em destaque em 2024, alcançando um público de mais de 10 milhões de pessoas nas redes sociais e de 21 milhões de telespectadores.

Além de homenagear as mais de 540 mil psicólogas e psicólogos de todo o país, a iniciativa buscou fortalecer o reconhecimento e a valorização da Psicologia pela sociedade.

A série especial Mês da Psicologia reuniu depoimentos de atletas, personalidades, gestores públicos e pessoas de referência em diversos setores da sociedade.

Apenas o depoimento da medalhista olímpica Rebeca Andrade, alcançou mais de 3,3 milhões de pessoas nas redes sociais.

Também foi promovida ação de mídia no Programa Encontro, com uma audiência de mais de 5,8 milhões de telespectadores.

Uma postagem em colaboração com a influencer Pequena Lô destacou a psicoterapia para um público além do já usualmente alcançado nas nossas redes, impactando 864 mil pessoas.

A campanha protagonizada pelo jogador Richarlison, da Seleção de Futebol, e que mostrou profissionais reais da Psicologia nos seus espaços de atuação, alcançou mais de 3,5 milhões de visualizações nas redes sociais e um público de 21 milhões de telespectadores durante a exibição no intervalo do Jornal Nacional.

AGOSTO

Ao longo de agosto, o CFP promoveu um conjunto de ações de mídia para marcar o **Mês da Psicologia brasileira**.

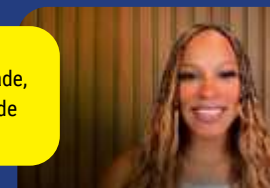
Além de homenagear as **mais de 540 mil psicólogas e psicólogos de todo o país**, a iniciativa buscou fortalecer o reconhecimento e a valorização da Psicologia pela sociedade.

Em um cenário de demandas importantes para a categoria, inclusive no Congresso Nacional, ampliar a visibilidade de nossa profissão é uma estratégia fundamental.



A série especial Mês da Psicologia reuniu depoimentos de atletas, personalidades, gestores públicos e pessoas de referência em diversos setores da sociedade.

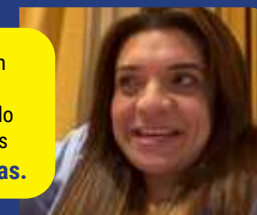
Apenas o depoimento da nossa medalhista olímpica Rebeca Andrade, alcançou **mais de 3,3 milhões** de pessoas nas redes sociais.



Também foi promovida ação de mídia no Programa Encontro, com uma audiência de **mais de 5,8 milhões** de telespectadores.



Uma postagem em colaboração com a influencer Pequena Lô destacou a psicoterapia para um público além do já usualmente alcançado nas nossas redes, impactando **864 mil pessoas**.



A campanha protagonizada pelo jogador Richarlison, da Seleção de Futebol, e que mostrou profissionais reais da Psicologia nos seus espaços de atuação alcançou **mais de 3,5 milhões de visualizações nas redes sociais** e um público de **21 milhões de telespectadores** durante a exibição no intervalo do Jornal Nacional.



5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para o exercício de 2024 foi aprovado pela Assembleia de Delegados Regionais em dezembro de 2023 e publicado por meio da [Resolução CFP nº 51, de 19 de dezembro de 2023](#).

Receita

As receitas da Autarquia são regulamentadas pela Lei Federal nº 5.766/1971 e pela Resolução CFP nº 03/2007, que definem as regras relativas à arrecadação e ao compartilhamento das receitas entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. A arrecadação do CFP é composta por receitas tributárias, patrimoniais, de serviços, restituições diversas e amortização de empréstimos realizados aos Conselhos Regionais.

A proposta orçamentária para 2024 estimou uma receita total de R\$ 68.606.906,00, acrescida da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 12.465.000,00. A arrecadação efetiva no exercício alcançou R\$ 72.956.103,86, correspondendo a 106,34% da receita inicialmente estimada.

Receita prevista	R\$ 68.606.906,00
Receita realizada	R\$ 72.956.103,86
% Realizado	106,34%

Do total arrecadado no exercício, 86,19% correspondem a repasses das cotas (cota-parte, cota-revista e fundos), enquanto os demais 13,81% são provenientes de rendimentos financeiros, amortização de empréstimos pelos Conselhos Regionais e outras receitas diversas.

ORIGEM	VALOR (R\$)	%
Cota-Parte (cota-parte, cota-revista e fundos)	62.881.973,82	86,19%
Rendimento de Aplicações Financeiras	8.963.083,59	12,29%
Amortização de Empréstimos a CRs	59.524,09	0,08%
Outras Receitas	1.051.522,36	1,44%
TOTAL	72.956.103,86	100,00%

A receita arrecadada em 2024 apresentou crescimento de 14,73% em relação ao exercício de 2023, refletindo uma tendência positiva constante. Considerando o período de 2020 a 2024, a receita teve um aumento acumulado de aproximadamente 82,42%. Esse crescimento decorre principalmente da correção anual dos valores das anuidades e do incremento na base de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

Exercício	Receitas (R\$)	Var. %
2020	39.992.935,77	-
2021	47.505.918,58	18,79%
2022	54.440.673,71	14,60%
2023	63.588.064,45	16,80%
2024	72.956.103,86	14,73%

PREVISÃO E ARRECADAÇÃO POR NATURA DA RECEITA - EXERCÍCIO 2024			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO (R\$)	ARRECADAÇÃO (R\$)	%
RECEITA CORRENTE	68.209.521,00	72.896.579,77	106,87%
COTA PARTE, REVISTA E FUNDO DE SEÇÕES	59.928.036,00	62.881.973,82	104,93%
COTA PARTE	47.822.423,00	50.107.661,22	104,78%
COTA REVISTA	11.955.613,00	12.514.804,67	104,68%
FUNDO DE SEÇÕES	150.000,00	259.507,93	173,01%
RECEITA PATRIMONIAL	7.951.485,00	8.963.420,93	112,73%
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7.950.733,00	8.963.083,59	112,73%
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	752,00	337,34	44,86%
RECEITA DE SERVICOS	80.000,00	450.902,55	563,63%
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	80.000,00	450.902,55	563,63%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.000,00	600.282,47	240,11%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	250.000,00	600.282,47	240,11%
RECEITA DE CAPITAL	397.385,00	59.524,09	14,98%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS AOS CRPs	397.385,00	59.524,09	14,98%
RECEITA REALIZADA	68.606.906,00	72.956.103,86	106,34%

Fonte: Balanço Orçamentário do CFP, situação em 31.12.2024.

Despesa

O orçamento inicial para a despesa do CFP para o exercício de 2024 foi fixado em R\$ 68.606.906,00. Com a incorporação de um superávit financeiro no valor de R\$ 12.465.000,00, a dotação total atualizada passou para R\$ 81.071.906,00.

Do montante total aprovado, foram empenhados R\$ 70.394.144,11, correspondendo a 86,83% da dotação atualizada. Desse valor, R\$ 70.177.759,48 foram destinados às despesas correntes, enquanto R\$ 216.384,63 foram alocados às despesas de capital.

A tabela abaixo resume a execução orçamentária das despesas, detalhando as dotações, os empenhos, as liquidações, os pagamentos realizados e os saldos disponíveis.

	Dotação atualizada	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga	Saldo dotação
Despesa Corrente	78.496.906,00	70.177.759,48	65.720.242,26	64.995.206,05	8.319.146,52
Despesa de Capital	2.575.000,00	216.384,63	216.384,63	216.384,63	2.358.615,37
Despesa total	81.071.906,00	70.394.144,11	65.936.626,89	65.211.590,68	10.677.761,89

Organizando as despesas por natureza, cada grupo apresentou os seguintes gastos no ano de 2024:

GRUPO	VALOR (R\$)
Pessoal e Encargos	30.125.178,86
Outras Despesas Correntes	36.702.580,62
Investimentos	216.384,63
Empréstimos concedidos a CRs	3.350.000,00
TOTAL	70.394.144,11

Pessoal e Encargos: no montante dos dispêndios com pessoal e encargos estão contemplados os gastos com benefícios (vale-transporte, vale-alimentação, plano de saúde e plano odontológico) e auxílios (educação e creche).

Outras Despesas Correntes: este grupo contempla as despesas com manutenção da máquina, realização de atividades voltadas à atuação finalística do Conselho e transferências correntes a Conselhos Regionais de Psicologia para realização de atividades comuns do Sistema Conselhos de Psicologia.

Investimentos: aquisições de bens de capital para integração ao patrimônio permanente do CFP.

Empréstimos concedidos a CRs: empréstimos aos CRP-21 e CRP-23 para aquisição da primeira sede.

O detalhamento dos gastos por elemento de despesa pode ser consultado no portal da transparência do CFP, no item “Comparativo da despesa”



Site da
transparência

Evolução das Despesas

No exercício de 2024, as despesas totais alcançaram R\$ 70.394.144,11, representando um crescimento de 19,86% em relação ao exercício anterior (2023). Esse aumento nas despesas acompanha o crescimento das receitas, que será analisado detalhadamente no próximo tópico. A série histórica demonstra uma tendência consistente de expansão orçamentária no período apresentado.

ANO	DESPESA (R\$)	VAR. %
2020	24.573.201,95	-
2021	24.356.623,02	-0,88%
2022	47.613.507,70	95,48%
2023	58.729.961,57	23,35%
2024	70.394.144,11	19,86%

Receitas X Despesas

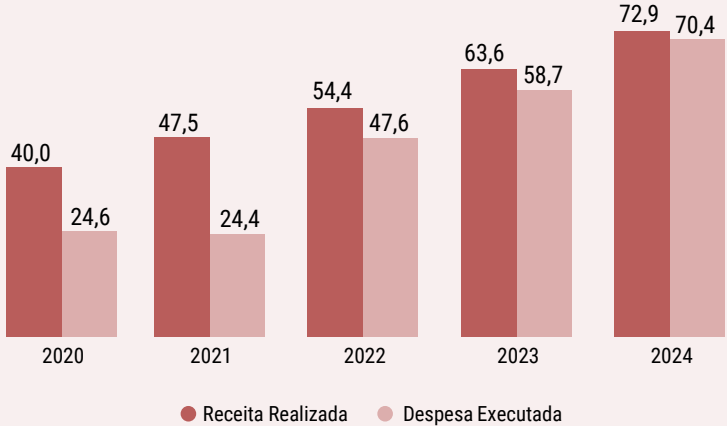
Ao confrontar as receitas e despesas do exercício de 2024, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresentou um resultado orçamentário positivo (superávit) de R\$ 2.561.959,75.

A tabela evidencia as receitas e despesas divididas entre correntes e de capital. Em termos globais, a receita realizada atingiu R\$ 72.956.103,86, enquanto as despesas totalizaram R\$ 70.394.144,11.

Conforme ilustrado no gráfico ao lado, observa-se uma tendência crescente tanto das receitas quanto das despesas ao longo dos últimos cinco anos. A redução observada nas despesas dos exercícios de 2020 e 2021 decorreu diretamente dos impactos da pandemia de Covid-19. Nos anos seguintes, especialmente em 2024, nota-se uma execução orçamentária equilibrada, refletindo o alinhamento entre o aumento das receitas e sua adequada alocação em despesas.

POR NATUREZA ECONÔMICA	CORRENTE (R\$)	CAPITAL (R\$)	TOTAIS (R\$)
Receita	72.896.579,77	59.524,09	72.956.103,86
Despesa	70.177.759,48	216.384,63	70.394.144,11
RESULTADO	2.718.820,29	(156.860,54)	2.561.959,75

Receita Realizada x Despesa Executada
(Em milhares de R\$)



GESTÃO DE CUSTOS

A apuração dos custos das atividades e dos programas do Conselho Federal de Psicologia é realizada por meio de mapas gerenciais, divididos em projetos do próprio CFP, projetos do Sistema Conselhos de Psicologia e fundos com destinações específicas. Os mapas gerenciais demonstram a execução financeira e orçamentária de cada projeto e ação.

Tabela - Mapa Gerencial da Cota Parte - 2024

AÇÕES/PROGRAMAS	CUSTO (R\$)	% RUBRICA
ATIVIDADE MEIO	40.666.476,13	74,26%
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	39.962.451,21	72,97%
PESSOAL (ADM/APOIO)	35.061.834,40	64,02%
Pessoal	31.633.978,73	57,76%
Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	234.850,15	0,43%
Qualificação	246.959,76	0,45%
Ações Trabalhistas	2.946.045,76	5,38%
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO	4.661.299,08	8,51%
Serviços de Manutenção e Apoio Administrativo	4.570.643,77	8,35%
Material de Consumo	90.655,31	0,17%
INVESTIMENTOS	239.317,73	0,44%
Móveis/Equipamentos/Computadores/Reformas	239.317,73	0,44%
GESTÃO	704.024,92	1,29%
AÇÕES DA DIRETORIA	547.525,46	1,00%
Reuniões e Ações da Diretoria	518.882,22	0,95%
Governança e Controle Interno	28.643,24	0,05%
OUTROS CUSTOS COM GESTÃO	156.499,46	0,29%
Assistência Técnica aos Regionais	156.499,46	0,29%

ATIVIDADE FINALÍSTICA	14.098.224,58	25,74%
ORIENTAÇÃO E ÉTICA	14.098.224,58	25,74%
Plenárias	1.698.565,83	3,10%
PEPSIC	230.868,95	0,42%
FENPB	489.611,17	0,89%
CBP	88.830,01	0,16%
Ações Afirmativas	31.616,91	0,06%
Patrocínio e Apoio Institucional	909.888,66	1,66%
Representações do CFP - Controle Social e Relações Institucionais	1.290.391,09	2,36%
Apoio a Ações e Eventos das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira	77.225,79	0,14%
Participação de delegação do CFP em Congressos e Simpósios	1.007.398,46	1,84%
Apoio a eventos de organizações da sociedade civil organizada	197.475,87	0,36%
Incidência, mobiliz. e articul. da categ. p/ controle social de polít. púb.	552.555,80	1,01%
Comissão de Direitos Humanos do CFP	450.262,58	0,82%
A Psicologia na promoção e garantia dos Direitos Humanos	503.326,45	0,92%
Co-organizações de Ações com Fóruns e Ent. Prof. e da Sociedade Civil Organizada	15.246,50	0,03%
Ações relacionadas à atuação profissional em políticas públicas	3.261,00	0,01%
Ações relacionadas aos direitos humanos no exercício profissional	46.905,06	0,09%
Ações voltadas à orientação dos CRPs	665.322,90	1,21%
Eventos Estratégicos	206.614,08	0,38%
Comissão Consultiva Avaliação Psicológica - CCAP	293.380,02	0,54%
CONPAS	254.947,49	0,47%
Sistema da Avaliação de Práticas Psicológicas - Aluizio Brito - SAPP	156.044,87	0,28%
Prêmios Profissionais	252.695,99	0,46%
GTs internos	275.327,53	0,50%
Política Nacional de COEs e COFs	2.369.455,12	4,33%
Planejamento e Organização dos Processos Internos	34.385,86	0,06%
Divulgação Institucional	1.589.436,43	2,90%
Incidência Política no Congresso Nacional	245.533,17	0,45%
Projeto Ouvidoria	161.650,99	0,30%
TOTAL	54.764.700,71	100,00%

Cota-Parte: orçamento financiado com 20% das receitas arrecadadas da categoria e outras receitas do Conselho, destinado a ações da Autarquia não financiadas pelos orçamentos “cota-revista” e “fundos”.

Tabela - Mapa Gerencial da Cota Revista - 2024

AÇÕES/PROGRAMAS	CUSTO (R\$)	% RUBRICA
ATIVIDADE MEIO	6.600.713,15	42,23%
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	1.368.626,17	8,76%
PESSOAL (ADM/APOIO)	137.606,47	0,88%
Qualificação (CFP/CRPs)	137.606,47	0,88%
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO	1.231.019,70	7,88%
Sistema Cadastral Financeiro	925.899,06	5,92%
Plataforma dos Atos Oficiais para os CRs	147.891,12	0,95%
Implantação do SEI nos CRs	157.229,52	1,01%
TRANSFERÊNCIA ENTRE CONSELHOS	4.966.034,32	31,77%
Repasse - Programa de Apoio às Seções	1.199.999,88	7,68%
Repasse - Programa de Sustentabilidade	335.642,12	2,15%
CREPOP - (Convênios)	80.392,32	0,51%
Repasse 1ª Sede - Resolução CFP nº 24/2022	3.350.000,00	21,43%
GESTÃO	704.024,92	1,29%
ELEIÇÕES	266.052,66	1,70%
Eleições	266.052,66	1,70%
ATIVIDADE FINALÍSTICA	9.028.730,25	57,77%
ORIENTAÇÃO E ÉTICA	9.028.730,25	57,77%
APAF	2.571.996,46	16,46%
GTs da APAF	1.459.378,65	9,34%
CNP	107.694,69	0,69%
CIP c/ Nome de Proteção do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita)	224.720,92	1,44%
Revista Psicologia Ciência e Profissão	234.359,65	1,50%
Memória da Psicologia Brasileira	96.150,56	0,62%
Censo da Psicologia Brasileira -	818.230,96	5,24%
Evento Nacional de Mediação	3.495,71	0,02%
Revista Diálogos	580.568,20	3,71%
Publicações CRs	382.828,44	2,45%
CREPOP	1.275.178,61	8,16%
Confecção/certificação nova CIP	1.265.455,72	8,10%
Sistema integrado aos portais CRs, redes sociais e e-CIP	8.671,68	0,06%
TOTAL	15.629.443,40	100,00%

Cota-Revista: orçamento destinado ao financiamento da comunicação e a projetos comuns do Sistema Conselhos de Psicologia.

Os mapas gerenciais foram elaborados a partir de informações extraídas de relatórios orçamentários nos quais as despesas estão reconhecidas na fase do empenho.

Consolidação dos Mapas Gerenciais – Cota-Parte, Cota-Revista e Fundos - 2024

Consolidando a apuração das despesas dos três orçamentos – cota-parte, cota-revista e fundos –, apuraram-se os seguintes custos:

AÇÕES/PROGRAMAS	CUSTO (R\$)	% RUBRICA
ATIVIDADE MEIO	47.267.189,28	67,15%
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	41.331.077,38	58,71%
PESSOAL (ADM/APOIO)	35.199.440,87	50,00%
Pessoal	31.633.978,73	44,94%
Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	234.850,15	0,33%
Qualificação	246.959,76	0,35%
Ações Trabalhistas	2.946.045,76	4,19%
Qualificação (CFP/CRPs)	137606,47	0,20%
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO	5.892.318,78	8,37%
Serviços de Manutenção e Apoio Administrativo	4.570.643,77	6,49%
Sistema Cadastral Financeiro	925.899,06	1,32%
Plataforma dos Atos Oficiais para os CRs	147.891,12	0,21%
Implantação do SEI nos CRs	157.229,52	0,22%
Material de Consumo	90.655,31	0,13%
INVESTIMENTOS	239.317,73	0,34%
Móveis/Equipamentos/Computadores/Reformas	239.317,73	0,34%
TRANSFERÊNCIA ENTRE CONSELHOS	4.966.034,32	31,77%
Repasses – Programa de Apoio às Seções	1.199.999,88	7,68%
Repasses – Programa de Sustentabilidade	335.642,12	2,15%
CREPOP – (Convênios)	80.392,32	0,51%
Repassse 1ª Sede – Resolução CFP nº 24/2022	3.350.000,00	21,43%

GESTÃO	970.077,58	1,38%
AÇÕES DA DIRETORIA	547.525,46	0,78%
Reuniões e Ações da Diretoria	518.882,22	0,74%
Governança e Controle Interno	28.643,24	0,04%
OUTROS CUSTOS COM GESTÃO	156.499,46	0,22%
Assistência Técnica aos Regionais	156.499,46	0,22%
ELEIÇÕES	266.052,66	0,38%
Eleições	266.052,66	0,38%
ATIVIDADE FINALÍSTICA	23.126.954,83	32,85%
ORIENTAÇÃO E ÉTICA	23.126.954,83	32,85%
Plenárias	1.698.565,83	2,41%
PEPSIC	230.868,95	0,33%
FENPB	489.611,17	0,70%
CBP	88.830,01	0,13%
Ações Afirmativas	31.616,91	0,04%
Patrocínio e Apoio Institucional	909.888,66	1,29%
Representações do CFP - Controle Social e Relações Institucionais	1.290.391,09	1,83%
Apoio a Ações e Eventos das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira	77.225,79	0,11%
Participação de delegação do CFP em Congressos e Simpósios	1.007.398,46	1,43%
Apoio a eventos de organizações da sociedade civil organizada	197.475,87	0,28%
Incidência, mobiliz. e articul. da categ. p/ controle social de polít. púb.	552.555,80	0,78%
Comissão de Direitos Humanos do CFP	450.262,58	0,64%
A Psicologia na promoção e garantia dos Direitos Humanos	503.326,45	0,72%
Co-organizações de Ações com Fóruns e Ent. Prof. e da Sociedade Civil Organizada	15.246,50	0,02%
Ações relacionadas à atuação profissional em políticas públicas	3.261,00	0,00%
Ações relacionadas aos direitos humanos no exercício profissional	46.905,06	0,07%
Ações voltadas à orientação dos CRPs	665.322,90	0,95%
Eventos Estratégicos	206.614,08	0,29%
Comissão Consultiva Avaliação Psicológica - CCAP	293.380,02	0,42%
CONPAS	254.947,49	0,36%
Sistema da Avaliação de Práticas Psicológicas - Aluizio Brito - SAPP	156.044,87	0,22%

Prêmios Profissionais	252.695,99	0,36%
GTs internos	275.327,53	0,39%
Política Nacional de COEs e COFs	2.369.455,12	3,37%
Planejamento e Organização dos Processos Internos	34.385,86	0,05%
Divulgação Institucional	1.589.436,43	2,26%
Incidência Política no Congresso Nacional	245.533,17	0,35%
Projeto Ouvidoria	161.650,99	0,23%
APAF	2.571.996,46	3,65%
GTs da APAF	1.459.378,65	2,07%
CNP	107.694,69	0,15%
Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita)	224.720,92	0,32%
Revista Psicologia Ciência e Profissão	234.359,65	0,33%
Memória da Psicologia Brasileira	96.150,56	0,14%
Censo da Psicologia Brasileira -	818.230,96	1,16%
Evento Nacional de Mediação	3.495,71	0,00%
Revista Diálogos	580.568,20	0,82%
Publicações CRs	382.828,44	0,54%
CREPOP	1.275.178,61	1,81%
Confecção/certificação nova CIP	1.265.455,72	1,80%
Sistema integrado aos portais CRs, redes sociais e e-CIP	8.671,68	0,01%

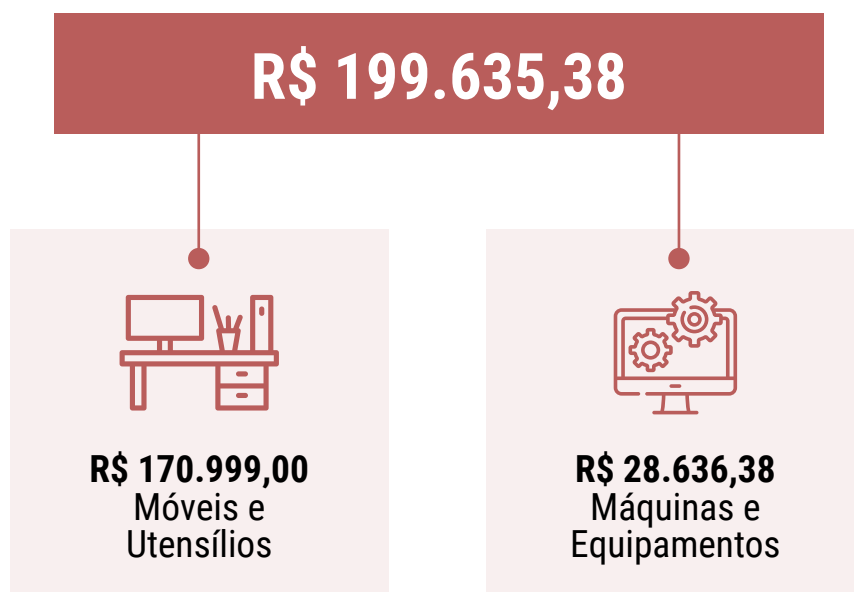
TOTAL	70.394.144,11	100,00%
--------------	----------------------	----------------

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Por meio da gestão de seus bens patrimoniais, o CFP controla os bens móveis e imóveis indispensáveis à execução de suas atividades. Com essa gestão é possível controlar a vida útil desses bens, sendo viável dimensionar o quanto se pode utilizá-los dentro de adequadas condições de uso antes que se tornem obsoletos, seja por motivos de desgaste natural ou por questões relacionadas à obsolescência tecnológica, que é inerente à natureza do produto.

Principais investimentos de capital

Os investimentos de capital totalizaram o montante de R\$ 199.635,38 no exercício de 2024, conforme tabela a seguir:



Os valores investidos em Máquinas e Equipamentos e Móveis e Utensílios no montante total de R\$ 199.635,38 destacam-se principalmente pela aquisição de equipamentos de infraestrutura de tecnologia da informação e pela aquisição de mobiliário para atender às necessidades do Conselho Federal de Psicologia.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC-TSP), alinhadas ao que regulamenta a Lei nº 4.320/1964 e aos procedimentos contábeis constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª edição).

As demonstrações contábeis exigidas por lei e elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia são as seguintes:

- **Balanço Patrimonial:** evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido do Conselho;
- **Balanço Orçamentário:** demonstra as informações do orçamento aprovado em comparação com sua execução, evidenciando as receitas previstas x receitas realizadas e despesas fixadas x despesas realizadas;
- **Balanço Financeiro:** evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os ingressos e os dispêndios extra orçamentários, bem como os saldos das disponibilidades de caixa do início do exercício e os que serão repassados para o ano seguinte;
- **Demonstração de Fluxo de Caixa:** visa demonstrar as entradas e as saídas de caixa, separando os fluxos em atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento;
- **Demonstração das Variações Patrimoniais:** demonstra as variações aumentativas (receitas) e diminutivas (despesas) que modificam o patrimônio líquido da entidade;
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido.

A seguir, apresentamos um resumo das demonstrações financeiras do exercício 2024. Para consultá-las no formato completo, conforme exigido pela legislação vigente, basta acessar o link de cada demonstrativo, conforme o destaque a seguir:



Balanço Patrimonial



Balanço Orçamentário



Balanço Financeiro



Variações Patrimoniais



Demonstração dos Fluxos de Caixa



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador José Arnaldo de Gois Júnior

O Setor Contábil (Scon) compõe a estrutura da Gerência Financeira (Gfin) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e exerce a função de órgão setorial de contabilidade do CFP.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do CFP que foram elaboradas em observância à Lei n.º 4.320/1964; às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 84/2020 e da DN-TCU n.º 198/2022, entre outros normativos do Sistema CFP/CRPs.

As demonstrações apresentadas são Balanço Patrimonial, que apresenta a situação patrimonial; Balanço Orçamentário, que evidencia informações da situação orçamentária inicial em comparação à sua execução; Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa, que visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; Demonstração das Variações Patrimoniais, que demonstra o resultado patrimonial do período; e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), que apresenta as variações ocorridas no patrimônio líquido.

Desta forma, considerando que as demonstrações contábeis, do exercício de 2024, foram elaboradas em observância às normas contábeis vigentes, declaro que os demonstrativos contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal Psicologia.

Brasília, 07 de março de 2025.



Cont. José Arnaldo de Gois Júnior
CRC-DF 024061/O-0

